

Universidade Federal de Minas Gerais
Instituto de Geociências
Departamento de Geografia

Laura Amaral Faria

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO EIXO SUL DA METRÓPOLE
DE BELO HORIZONTE:
o Instituto Inhotim (Brumadinho-MG) e o fetichismo da natureza

Belo Horizonte
2016

Laura Amaral Faria

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO EIXO SUL DA METRÓPOLE DE BELO
HORIZONTE:
o Instituto Inhotim (Brumadinho-MG) e o fetichismo da natureza**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização do espaço.
Linha de pesquisa: Produção, organização e gestão do espaço.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Doralice Barros Pereira
Universidade Federal de Minas Gerais
Co-orientador: Prof. Dr. Sérgio M. M. Martins
Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte
2016

F224p
2016

Faria, Laura Amaral.

A produção do espaço no eixo sul da metrópole de Belo Horizonte [manuscrito] : o Instituto Inhotim (Brumadinho-MG) e o fetichismo da natureza / Laura Amaral Faria. – 2016.

118 f., enc.: il. (principalmente color.)

Orientadora: Doralice Barros Pereira.

Coorientador: Sérgio Manuel Merêncio Martins.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2016.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Linha de pesquisa: Produção, Organização e Gestão do Espaço.

Bibliografia: f. 107-118.

1. Espaço urbano – Teses. 2. Planejamento urbano – Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG) – Teses. 3. Instituto Inhotim – Teses. 4. Fetichismo – Teses. I. Pereira, Doralice Barros. II. Sérgio Manuel Merêncio Martins. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Geociências. IV. Título.

CDU: 711.4(815.1)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA




FOLHA DE APROVAÇÃO

**A Produção do espaço no Eixo Sul da metrópole de Belo Horizonte:
O Instituto Inhotim (Brumadinho-MG) e o fetichismo da natureza**

LAURA AMARAL FARIA

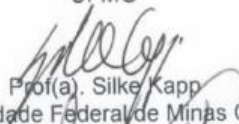
Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em GEOGRAFIA, área de concentração ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.

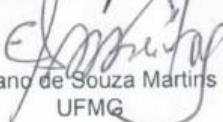
Aprovada em 02 de setembro de 2015, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Doralice Barros Pereira - Orientador
UFMG


Prof(a). Sergio Manuel Merencio Martins
UFMG


Prof(a). Klemens Augustinus Laschefski
UFMG


Prof(a). Silke Kapp
Universidade Federal de Minas Gerais


Prof(a). Eliano de Souza Martins Freitas
UFMG

Belo Horizonte, 2 de setembro de 2015.

Para Guilherme.

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta pesquisa somente foi possível graças à participação de algumas pessoas, a quem devo meus sinceros agradecimentos.

Aos funcionários da prefeitura de Brumadinho e aos moradores da cidade e das comunidades quilombolas Sapé e Marinhas, que dedicaram seu tempo para conversas e entrevistas.

À minha orientadora Doralice Pereira, por ser sempre atenciosa e solícita, pelas ideias e sugestões e pelo constante incentivo a seguir em frente.

Ao meu orientador Sérgio Martins, pelas contribuições e correções, essenciais ao percurso da pesquisa, e por me inspirar a estudar sempre mais.

Ao professor Claudinei Lourenço, pela participação nas bancas do *workshop* de teses e dissertações e do seminário de dissertação e, principalmente, pelo tempo dedicado em diálogos tão importantes para o entendimento de questões da pesquisa e para a definição dos caminhos a seguir.

À professora Diomira Faria, pela disponibilidade e disposição para contribuir e esclarecer dúvidas sobre a pesquisa.

À professora Silke Kapp, pelas sugestões feitas durante o curso na Escola de Arquitetura e pela participação na banca de defesa.

Ao professor Klemens Laschefski, pelos ensinamentos durante a disciplina de Ecologia Política e pela participação na banca de defesa.

À professora Heloisa Costa, pelos apontamentos feitos durante o seminário de dissertação.

Ao professor Eliano Freitas, pela participação na banca de defesa.

À professora Rogata Del Gaudio, pelas contribuições feitas durante o *workshop* de teses e dissertações e pelas sugestões de organização das ideias e da escrita.

Ao professor Antônio Lopes, pelas indicações bibliográficas.

Ao Programa de Pós-graduação e ao CNPq, pela oportunidade e suporte.

Aos colegas e amigos da Pós-graduação, com quem tive diálogos fundamentais e que me ajudaram em todas as etapas do mestrado, em especial a Ana Carolina de Melo, Manuela Alvarenga, Thiago Brito, Pedro Henrique Resende, Pedro Henrique Barros, Claudia Rojas, Thiago Teixeira e aos colegas dos grupos de estudos.

À professora e amiga Lana Siman, que me ajudou em um momento decisivo da escrita do texto.

Às grandes amigas Cecília Siman e Luiza Pessoa, por toda a ajuda durante o mestrado. À Mariana Amaral, pela presença e apoio constantes. À Neide Silva, pela amizade e companhia nessa fase da minha vida.

À minha querida mãe Wilza, por todo o carinho e por sempre saber os momentos em que eu mais precisava de apoio. Aos meus pais Gilson, Renata e Maria Angela, pelo suporte e cuidado durante esses anos de dedicação. À minha irmã Letícia, pela compreensão e força. Ao meu sobrinho Samuel, por trazer tanta alegria. Às minhas tias e primas, por torcerem sempre por mim.

Por último e sobretudo, ao meu marido e melhor amigo Guilherme, pelo desmesurado apoio, por sempre me dar força e coragem para prosseguir, por me ajudar a desenvolver as ideias e o texto, pelas revisões e sugestões e por todo o amor e o companheirismo, imprescindíveis à realização desta dissertação.

Quanto aos detentores da riqueza e do poder, sentem-se eles sempre ameaçados. Justificam seu privilégio diante da comunidade gastando suntuosamente suas fortunas: edifícios, fundações, palácios, embelezamentos, festas. Convém ressaltar este paradoxo, este fato histórico mal elucidado: sociedades muito opressoras foram muito criadoras e muito ricas em obras. (LEFEBVRE, 1969, p. 12).

RESUMO

O processo de metropolização da cidade de Belo Horizonte (MG) na direção sul conformou uma periferia urbana específica e complexa, chamada de Eixo Sul, na qual se destaca a produção imobiliária de alto luxo nos municípios de Nova Lima e Brumadinho. A (re)produção do espaço nesse local explicita algumas tendências ou estratégias contemporâneas de reprodução do capital que articulam a capitalização de rendas fundiárias e de monopólio, bem como a produção de novas mercadorias associadas aos discursos e representações acerca da natureza, mais especificamente de uma natureza romantizada e ao mesmo tempo racionalizada, que, contraditoriamente, tanto renuncia aos efeitos da urbanização quanto contribui para reforçá-los. Os empreendimentos imobiliários nesse fragmento da metrópole correspondem, frequentemente, ao direcionamento de investimentos outrora alocados na produção mineral, atividade que favoreceu a concentração fundiária pelas empresas de mineração. Em Brumadinho, uma antiga fazenda chamada Inhotim, na qual já houve extração de minério de ferro, foi transformada por seu proprietário Bernardo Paz em local de exposição de sua coleção de obras de arte contemporânea, dispersas em meio a jardins meticulosamente trabalhados. Dono do Grupo Itaminas, o empresário Paz fundou a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público-OSCIP chamada de Instituto Inhotim, cuja sede se localiza nessa fazenda e, ao ingressar no chamado Terceiro Setor, pôde articular verbas públicas e privadas, por meio de Parcerias e políticas de incentivos fiscais, para a gestão de seu patrimônio. A expansão da associação, pautada pelo crescente número de turistas e pela positiva cobertura feita pela mídia, tem promovido a valorização fundiária do local e dos arredores, onde serão construídos vários empreendimentos imobiliários e turísticos por parte da empresa Horizontes Ltda., controlada por Paz. A expansão do Instituto Inhotim provocou o desvanecimento do povoado de Inhotim, uma comunidade composta, até 2005, por cerca de 300 pessoas, cujas casas e terras foram compradas pelo empresário. A impressionante magnitude e abundância de investimentos financeiros, propriedades fundiárias, convênios/parcerias e patrocínios, pavilhões de arte, espécies botânicas, público visitante, visibilidade multimidiática e pesquisas acadêmicas que envolvem o Instituto Inhotim e o empreendimento vinculado a ele permitem revelar a produção de necessidades postas no processo de metropolização. A transformação dos grandes centros urbanos após a crise de acumulação capitalista, explicitada na década de 1970, foi feita através da mobilização de novas estratégias centradas na produção do espaço, que demandam uma articulação bastante próxima com o Estado, sendo este o responsável por garantir direitos legais sobre a propriedade privada da terra e sobre parâmetros construtivos, bem como por prover infraestrutura básica para viabilizar investimentos. A utilização da cultura e da arte, tornadas mercadorias, em projetos de valorização urbana se tornou mais frequente após a transição no regime de acumulação capitalista. As mercadorias culturais e artísticas, além de serem importante parte do setor de serviços das grandes cidades, permitem a obtenção de rendas de monopólio diretas ou indiretas, que demandam a existência de algum tipo de *singularidade* para o estabelecimento de preços monopolistas. A produção imobiliária e os grandes projetos de revalorização urbana de áreas industriais decadentes e centros degradados, ou de novas áreas de expansão, em ações conjuntas com o Estado, passaram a também incorporar projetos paisagísticos como estratégia mercadológica. A criação do Instituto Inhotim se insere explicitamente nesse processo e elucida que o “tempo livre” e os “espaços livres” não podem ser tratados à parte de uma discussão mais ampla sobre a sociedade urbana. O fetichismo da natureza, possibilitado pela cisão que a alienação realiza e que é reunida no espetáculo, dissimula as contradições do modo de produção capitalista e, ao legitimar certas práticas espaciais, contribui para sua reprodução.

Palavras-chave: Instituto Inhotim, Belo Horizonte, produção do espaço, natureza.

ABSTRACT

The metropolization process of the city of Belo Horizonte (MG) towards its south area conformed a specific and complex urban outskirts, called the South Axis, where are located high luxury real estate properties in the municipalities of Nova Lima and Brumadinho. The (re)production of space on that site shows some trends or contemporary strategies of reproduction of capital that articulate the capitalization of ground and monopoly rents and the production of new commodities associated with the discourses and representations of nature, specifically a romanticized and at the same time rationalized nature, which, paradoxically, both renounces the effects of urbanization as helps to strengthen them. The real estate properties located in this fragment of the metropolis often correspond to the redirection of investments formerly allocated in mineral production, an activity that favored the concentration of land by mining companies. In Brumadinho, an old farm called Inhotim, in which there used to be iron ore mining, was transformed by its owner Bernardo Paz in an exposure place for his collection of works of contemporary art scattered amid meticulously crafted gardens. Owner of the Itaminas Group, the entrepreneur Paz founded the Civil Society Organization of Public Interest (OSCIP) called Inhotim Institute, whose headquarter is located in this farm. By joining the so-called Third Sector, he could involve public and private funding through partnerships and tax incentive policies for the management of his assets. The expansion of the association, ruled by the increasing number of tourists and the positive coverage by the media, has increased the land value of the site and the surrounding area, where there will be built several private real estate developments by the company Horizontes Ltda., controlled by Paz. The expansion of the Inhotim Institute caused the fading of the village Inhotim, a community that had, by 2005, around 300 people and whose homes and land were purchased by the entrepreneur. The stunning magnitude and abundance of investments, real estates properties, partnerships and sponsorships, art pavilions, botanical species, visiting public, media visibility and academic research involving the Inhotim Institute and the enterprise linked to it can reveal the production of necessities defined by the metropolization process. The transformation of urban centers after the capitalist crisis of accumulation, revealed in the 1970s, was made by mobilizing new strategies focused on the production of space, which require a very close coordination with the State, which is responsible for ensuring legal rights on private ownership of land and on construction parameters as well as for providing basic infrastructure to facilitate investments. The use of culture and art, made commodities in urban recovery projects, became more frequent after the transition of the capitalist regime of accumulation. Cultural and artistic commodities, as well as being an important part of the large cities services sector, allow obtaining direct or indirect monopoly rents, which require the existence of some kind of uniqueness to the establishment of monopoly prices. The real estate production and large urban projects for declining industrial areas and degraded centers, or new areas of expansion in joint actions with the State, have started to incorporate landscaping projects as a marketing strategy. The creation of the Inhotim Institute is an explicitly example of this process and makes clear that the "free time" and "free spaces" cannot be treated separately from a broader discussion on the urban society. The fetishism of nature, made possible by the scission that alienation places and which is assembled in the spectacle, masks the contradictions of the capitalist mode of production and, by legitimizing certain spatial practices, contribute to its reproduction.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa do Eixo Sul de expansão da metrópole de Belo Horizonte.....	22
Figura 2 – Mapa de localização do Instituto Inhotim.....	23
Figura 3 – Figura do Ramal do Paraopeba (traço preto) e malha ferroviária de Minas Gerais em 1931.....	29
Figura 4 – Figura das estradas de acesso ao Instituto Inhotim. A via traçada em amarelo e laranja será reformada e asfaltada.....	47
Figura 5 – Imagens de satélite com a expansão do Instituto Inhotim (entre 1990, quando havia apenas a fazenda Inhotim e o povoado nas adjacências, e 2011, após a abertura de novos pavilhões e remoção do povoado), indicada pelo traço vermelho.....	52
Figura 6 – Foto da obra intitulada “Rodoviária de Brumadinho” (2005), um mural que representa antigos moradores da comunidade rural de Inhotim.....	54
Figura 7 – Foto da obra intitulada “Abre a porta” (2006), outro mural que representa antigos moradores da comunidade rural de Inhotim.....	54
Figura 8 – Foto da obra intitulada “Beam Drop” (2008), de Chris Burden, construída no Instituto Inhotim.....	72
Figura 9 – Foto da galeria de Adriana Varejão, instalada no Instituto Inhotim.....	73
Figura 10 – Foto da obra intitulada “Sonic Pavilion”, de Doug Aitken (2009), construída no Instituto Inhotim.....	73
Figura 11 – Unidades de Conservação em Brumadinho: APA Paz Municipal de Inhotim e RPPN Inhotim.....	89
Figura 12 – Figura da RPPN Inhotim em 2010.....	90
Figura 13 – Figura da RPPN Inhotim em 2014.....	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Imóveis adquiridos pela empresa Horizontes Ltda. entre 2005 e 2012.....	45
Tabela 2 – PIB de Brumadinho por setor econômico.....	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abap	Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas
AMDA	Associação Mineira de Defesa do Ambiente
APA	Área de Proteção Ambiental
Belotur	Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Caci	Centro de Arte Contemporânea Inhotim
Cimp	Centro Inhotim de Memória e Patrimônio
CNBJ	Comissão Nacional de Jardins Botânicos
Codema	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
Codemig	Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
COP-21	21ª Conferência do Clima
EFCB	Estação de Ferro Central do Brasil
Fapemig	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IR	Imposto de Renda
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos
ITR	Imposto sobre Propriedade Territorial Rural
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PIB	Produto Interno Bruto
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
UC	Unidade de Conservação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA	13
APONTAMENTOS INTRODUTÓRIOS	16
1 – METROPOLIZAÇÃO DE BELO HORIZONTE E O INSTITUTO INHOTIM	21
1.1 – O Eixo Sul da metrópole de Belo Horizonte: características da e estratégias para a produção do espaço	21
1.2 – Articulações dos capitais na produção do Eixo Sul: mineração e empreendimentos imobiliários	27
1.3 – O Instituto Inhotim e o empreendimento de Inhotim – entrelaçando interesses e materializando estratégias para a produção do espaço	36
2 – AS NECESSIDADES PRODUZIDAS PELA E PARA A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO NAS METRÓPOLES: CULTURA, ARTE E NATUREZA	60
2.1 – A “virada cultural” das metrópoles	63
2.2 – A “virada ambiental” das metrópoles	76
<i>As Unidades de Conservação e o Instituto Inhotim – funções especiais</i>	88
3 – CRÍTICA AO FETICHISMO DA MERCADORIA NATUREZA	92
COMENTÁRIOS FINAIS	105
REFERÊNCIAS	107

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa que resultou nesta dissertação de mestrado foi iniciada durante o curso de graduação em Geografia, após uma visita ao Instituto Inhotim feita no ano de 2008 na qual tomei conhecimento acerca dos empreendimentos turísticos e imobiliários projetados para serem construídos dentro e no entorno da área de visitação de tal instituição, no município de Brumadinho, situado na Região Metropolitana de Belo Horizonte-RMBH, em Minas Gerais. As notícias da abertura do Instituto Inhotim dois anos antes, bem como seu rápido crescimento e sua notoriedade, já causavam instigação à compreensão das causas e consequências de seu surgimento e atuação.

A partir das informações sobre as aquisições fundiárias e os projetos de expansão turística e imobiliária, a serem executados por uma empresa privada chamada Horizontes Ltda., identificou-se a possibilidade de estudar a fundo os processos espaciais que estariam articulados a esses empreendimentos, e de que forma eles estariam conectados ou não com o desenvolvimento da metrópole de Belo Horizonte. Tais análises e reflexões somente foram alcançadas através de estudos da área de geografia urbana que abordam a produção contemporânea do espaço e que, para isso, levam em conta importantes temas como natureza e cultura, abrindo caminhos para estudos mais específicos e complementares.

Lidar com o entrelaçamento desses assuntos foi um grande desafio e os rastros disso se mostram em algumas lacunas ainda presentes neste texto, que apontam direções para futuras investigações. Não obstante, procurou-se deixar bastante nítido o fio condutor da pesquisa: quais elementos (mercadorias), nem sempre muito óbvios, são alcançados e mobilizados pelo e para o processo de (re)produção do espaço? Desde as últimas décadas do século XX, esse processo adquiriu posição central no desenvolvimento e manutenção do capitalismo e vem demandando a elaboração de novas estratégias de valorização. Dentre essas, destacam-se a utilização e a mercadorização/comoditização da natureza, cultura e arte para a capitalização de rendas de monopólio, como pode ser observado no caso do Instituto Inhotim, objeto de análise desta dissertação.

Procurou-se evidenciar as contradições presentes na história e na atuação dessa instituição como forma de discutir os nexos, também contraditórios, entre os processos de urbanização e de “virada cultural e ambiental” das metrópoles, a partir de uma análise sobre a expansão de Belo Horizonte em seu Eixo Sul. As especificidades da urbanização desse fragmento metropolitano dizem respeito a conexões entre os setores econômicos de mineração

e de produção imobiliária, que por vezes utilizam de legislações ambientais para obter maior controle sobre a produção do espaço. A Área de Proteção Ambiental-APA Sul pode ser considerada uma importante expressão desse processo e as Unidades de Conservação-UC que abrangem a área do Instituto Inhotim, criadas entre 2003 e 2014, também acabam servindo à reprodução de processos semelhantes.

Para compor o quadro analítico desta dissertação, foram obtidos dados em documentos oficiais acerca do histórico das propriedades fundiárias que contêm a área do Instituto Inhotim e realizadas entrevistas nas secretarias municipais de Brumadinho, em 2014, para constatar a participação do Instituto Inhotim nas políticas do município. Um levantamento bibliográfico de pesquisas acadêmicas já realizadas sobre a instituição contribuiu com importantes dados para o desenvolvimento de pontos centrais desta dissertação, que também contou com o apoio de professores universitários consultados ao longo do processo da pesquisa.

Os relatos de ex-moradores da comunidade rural de Inhotim, de moradores da cidade de Brumadinho e de membros das comunidades quilombolas Sapé e Marinhos situadas no município, obtidos em trabalhos de campo realizados entre 2013 e 2014, foram imprescindíveis para o entendimento dos acontecimentos provocados pela construção do Instituto Inhotim e pela atuação da empresa Horizontes na região. Os procedimentos burocráticos exigidos pela direção do Instituto Inhotim para entrevistar seus funcionários e frequentadores inviabilizaram uma consulta direta para esta pesquisa. Portanto, foram utilizadas fontes secundárias, como trabalhos acadêmicos e reportagens publicadas em jornais e revistas que contêm entrevistas com dirigentes da instituição, bem como peças publicitárias e publicações oficiais da instituição, coletadas desde o ano de 2008.

Dois conceitos são essenciais para abordar o conjunto de dados e informações coletadas, são eles: fetiche e espetáculo. As principais referências bibliográficas que escolhemos para discutir esses conceitos foram, respectivamente, as seguintes obras de Karl Marx e Friedrich Engels e Guy Debord: *Manuscritos econômico-filosóficos* e *A ideologia alemã*, dos dois primeiros autores, e *A sociedade do espetáculo*, do último. Associadas a leituras de David Harvey, Henri Lefebvre, Otília Arantes e Raymond Williams, dentre outros (com destaque para alguns intérpretes de grandes obras), tecemos uma análise que procurou identificar e caracterizar a produção de necessidades de cultura e natureza nas metrópoles, que serve para a produção de novas mercadorias e para a captura de parcelas da riqueza social via rendas (em especial, a renda de monopólio). Ao final dessa elaboração, construímos uma crítica ao fetichismo da natureza, presente nesse processo, como um profícuo caminho para

discutir e avaliar algumas proposições recorrentes no campo do Urbanismo e da Arquitetura da Paisagem, cujas reverberações encontram-se no Instituto Inhotim, indicando suas limitações e problemas de modo a possibilitar outro olhar e atitude em relação à natureza e às soluções comumente apontadas para a chamada “questão ambiental”.

Sendo assim, a estrutura deste texto é composta por três partes: para embasar as análises posteriores, o primeiro capítulo apresenta uma visão mais ampla acerca dos elementos e da história do Instituto Inhotim, bem como dos encaminhamentos efetuados para tornar possível o empreendimento imobiliário correlato, relacionando-os com o desenvolvimento da metrópole de Belo Horizonte; no segundo capítulo, discute-se a produção de necessidades de cultura e natureza pelo e para o processo de (re)produção do espaço nas metrópoles, evidenciada no caso do Instituto Inhotim e, também, em algumas linhas do Urbanismo e da Arquitetura Paisagística; o terceiro e último capítulo aprofunda as elaborações críticas elencadas para lidar com as questões levantadas no segundo capítulo, com enfoque no fetichismo da natureza e em suas consequências teóricas e práticas.

Essa composição textual procurou deixar mais nítido o fio condutor da pesquisa e pretende-se que seu conteúdo contribua para o conhecimento sobre os percursos da urbanização de Belo Horizonte no século XXI, em face das atuais especificidades do processo de reprodução social que envolve o espaço e mobiliza elementos da cultura e, especialmente, da natureza para a valorização do valor.

APONTAMENTOS INTRODUTÓRIOS

Discutir um tema que envolve a relação entre cidade, cultura e natureza pode levar aos mais diferentes debates devido à complexidade do tema e às variadas (e diferentes) abordagens existentes. Esta dissertação apresenta uma análise de aspectos recentes da metropolização de Belo Horizonte que dizem respeito a essa interação, dentro da perspectiva da (re)produção do espaço (urbano) e destacando os papéis que a cultura e, notadamente, a natureza – como mercadorias – passaram a ter na dinâmica desse processo.

A urbanização da sociedade resulta da expansão, que ocorre em escala global, do modo de produção capitalista, responsável por reestruturar as formas e conteúdos da reprodução social, submetendo-a aos imperativos da acumulação de capital e, com isso (e para isso), generalizando o mundo da mercadoria (forma-mercadoria). O crescimento quantitativo da produção industrial foi tamanho que provocou – e necessitou de – uma mudança qualitativa no modo de produção, o que fez com que o fenômeno urbano se tornasse preponderante sobre aquele que o gerou (LEFEBVRE, 2008). Assim, o espaço passou a ser, simultaneamente, produto, meio e condição da reprodução social no mundo moderno.

A produção capitalista do espaço possui uma dupla função: o espaço, em especial os centros urbanos, se torna uma *força produtiva* que participa ativamente (i) da formação e (ii) da distribuição do mais-valor, pois (i) concentra meios de produção (trabalho morto, como, por exemplo, infraestruturas viária, energética e de comunicação) e força de trabalho (mercado de trabalho e exército de reserva, para controlar os salários), e, (ii) posto que o próprio espaço se torna mercadoria, sendo parcelado e vendido no mercado, os proprietários imobiliários recebem rendas fundiárias, parcelas do mais-valor produzido, que, não raro, alimentam o setor financeiro. Outra função fundamental que o espaço possui incide sobre a *reprodução das relações (sociais) de produção*, haja vista que ocorre uma extensão do consumo no espaço para o consumo *do* espaço, por meio da incorporação e formatação do cotidiano dos sujeitos (consumo programado que captura e coloniza o tempo do ócio), e, por isso, o espaço se tornou crucial à realização do mais-valor. Em outras palavras, a urbanização passa a agir decisivamente na relação contraditória do par dialético *forças produtivas* e *relações de produção* que constitui o modo de produção e, nesse movimento, engendra novas contradições, as contradições do espaço (LEFEBVRE, 2001).

Ressalta-se que, à medida que o caráter rentista compete com a produção de mais-valor, a atuação do Estado na (re)produção do espaço é fundamental para a continuidade do

processo de acumulação, posto que opera assegurando a propriedade privada (em especial, a da terra e dos meios de produção), organizando/mobilizando a força de trabalho e construindo/viabilizando as condições gerais da produção (como, por exemplo, infraestrutura), dentre outras ações mais específicas que estão igualmente subordinadas aos interesses do capital. Daí a necessidade de os capitalistas se associarem intimamente aos aparelhos estatais, como forma de acessar e articular o ordenamento e o controle do espaço.

O modo de produção capitalista engendra o que Henri Lefebvre chama de espaço abstrato, o meio e produto social do trabalho abstrato. Trata-se do espaço instrumentalizado, quantificado e fragmentado pelo e para o poder (capital e Estado), que tende à homogeneização e à segregação de funções, elementos e momentos da prática social (LEFEBVRE, 1974). As representações do espaço (espaço concebido) se impõem hegemonicamente sobre os espaços percebido e vivido para tentar manter coeso o espaço abstrato, escamoteando suas contradições. “O vivido se esmaga. O concebido o assalta. O histórico se vive como nostalgia, e a natureza, o horizonte perdido” (LEFEBVRE, 1974).

As representações do espaço buscam recortá-lo, segundo a divisão social do trabalho, e distribuí-lo entre os “especialistas” (arquitetos, economistas, geógrafos etc.), o que acaba por promover o fetichismo do espaço, haja vista que esses conhecimentos e práticas parcelares não revelam as relações sociais implicadas na produção espaço – inclusive as relações de classe (LEFEBVRE, 1974). Para compreender melhor o termo fetichismo do espaço, retomemos alguns escritos de Karl Marx.

O conceito de fetichismo da mercadoria desenvolvido por Marx é um desdobramento de sua teoria da alienação e do estranhamento, elaborada a partir da constatação de que, no capitalismo, “Com a *valorização* do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*)” (MARX, 2010, p. 80, grifos do autor). Isso decorre do fato de que “o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor” (MARX, 2010, p. 80, grifos do autor). A subordinação do trabalhador à mercadoria (e ao mundo da mercadoria) que ele próprio produz, apropriada privadamente por outro homem, é o principal aspecto da alienação e do estranhamento inerentes ao modo de produção capitalista, e tal inversão se assemelharia à alienação religiosa que inverte a relação entre criatura e criador, conforme analisa Marx.

A separação e oposição entre produtor e produto operada nos processos de alienação e estranhamento lançam as condições para o fetichismo da mercadoria, no qual a relação social entre os seres humanos (produtores) assume a forma fetichista de uma relação

entre coisas (produtos do trabalho abstrato/mercadorias) (MARX, 2013, p. 147). O valor das mercadorias corresponde a uma quantidade (tempo médio de duração) de trabalho humano igual (trabalho abstrato) passível ser trocada no mercado por um equivalente, sendo o dinheiro o equivalente universal. Entretanto, na prática, o conteúdo do trabalho abstrato refletido nas mercadorias aparece como características das próprias mercadorias, o que faz com que sua troca tome a forma de uma troca entre coisas, e não de uma relação social entre produtores. Como se fossem dotadas de vida própria, o mundo das mercadorias domina os seres humanos e seu controle parece lhes escapar como um feitiço.

O espetáculo, que tem seu fundamento no estranhamento e no fetiche da mercadoria, emerge em e corresponde a um estágio avançado de desenvolvimento do capitalismo (primeiras décadas do século XX), no qual o capital colonizou todas as esferas da vida cotidiana. Um conjunto de imagens produzidas para integrar os sujeitos a um modo de vida programado para o consumo se torna a mediação das relações sociais: “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (DEBORD, 1997, p. 14). Na sociedade do espetáculo essas imagens se autonomizam e se tornam representações fetichistas do vivido que se impõem sobre o próprio vivido, chegando a substituí-lo: “O espetáculo em geral, como inversão concreta da vida, é o movimento autônomo do não vivo” (DEBORD, 1997, p. 13). Em função de seu caráter tautológico, intrínseco à produção do valor, o espetáculo “não deseja chegar a nada que não seja ele mesmo” (DEBORD, 1997, p. 17). Decorre disso o alastramento, o aprofundamento e a complexificação das formas do espetáculo, sendo o consumo de divertimentos uma de suas formas particulares que interessa a esta pesquisa de mestrado.

A produção de espaços especializados de lazer, nos quais os signos do trabalho se mostram de forma menos evidente, são a exata tradução do espetáculo e contribuem para a formação de uma imagem coesa (ilusória) da sociedade. A colonização do cotidiano necessita de espaços funcionalizados para serem consumidos no tempo “livre” dos sujeitos – tornado tempo espetacular (imagem do consumo do tempo) –, de modo a monopolizar esses momentos e, assim, inibir outros usos não rentáveis. “A imagem social do consumo do tempo, por seu lado, é exclusivamente dominada pelos momentos de lazer e de férias, momentos representados à distância e desejáveis por definição, como toda mercadoria espetacular” (DEBORD, 1997, p. 106). Os espaços de lazer, ainda que possam aparentar serem “livres”, têm como objetivo fundamental reproduzir as relações de produção e estão ligados aos setores do trabalho produtivo no consumo organizado, conforme aponta Lefebvre:

Os lugares de lazeres, assim como as cidades novas, são dissociados da produção, a ponto dos espaços de lazeres parecerem independentes do trabalho e “livres”. Mas eles encontram-se ligados aos setores do trabalho no consumo organizado, no consumo dominado. Esses espaços separados da produção, como se fosse possível aí ignorar o trabalho produtivo, são os lugares de recuperação. Tais lugares, aos quais se procura dar um ar de liberdade e de festa, que se povoa de signos que não têm a produção e o trabalho por significados, encontram-se precisamente ligados ao trabalho produtivo. É um típico exemplo de espaço ao mesmo tempo deslocado e unificado. São precisamente lugares nos quais se reproduzem as relações de produção, o que não exclui, mas inclui, a reprodução pura e simples da força de trabalho. Tudo isso se lê nesses espaços, mas com dificuldades, pois o texto e o contexto estão embaralhados (como num rascunho) (LEFEBVRE, 2008, p. 49-50).

David Harvey mostra o complexo vínculo existente entre capital fixo imóvel (ambiente construído) e capital fictício, e indica que a produção capitalista do espaço é indispensável às tentativas de contornar as contradições internas da valorização do valor: “A criação de configurações espaciais e circulação do capital no ambiente construído é, podemos concluir com firmeza, um momento extremamente ativo nos processos gerais da formação e resolução da crise” (HARVEY, 2007, p. 398). Devido a seu caráter de baixa liquidez por causa do tempo de recuperação, os investimentos em capital fixo servem para absorver os excessos de capital e força de trabalho em momentos de superacumulação e, assim, podem retardar possíveis crises econômicas.

Após a crise de 1970, é registrado um aumento nos investimentos em grandes projetos urbanos, que contam com forte intervenção dos Estados na mobilização da força de trabalho, em flexibilizações jurídicas e no financiamento de infraestruturas essenciais aos empreendimentos. Nesse momento, os projetos de “requalificação/renovação urbana” já estão completamente inseridos na lógica do espetáculo e passam a incorporar amplos equipamentos culturais e áreas de lazer como forma de tornarem-se mais atrativos e rentáveis. Um caso emblemático é o de Barcelona na década de 1980, onde o planejamento urbano utilizou a cultura como principal ferramenta para revalorizar porções da cidade, através da produção de “novos espaços públicos” destinados a atividades culturais e turísticas e da renovação de museus e outros locais de eventos.

Ao longo da década de 1990, a chamada “questão ambiental” ganha força em debates internacionais e é incorporada (progressivamente) pelo planejamento urbano e pela arquitetura em geral, destacando-se a arquitetura da paisagem. Um exemplo recente desse movimento seria o *High Line Park*, situado em Manhattan, Nova York: trata-se de um parque urbano construído na década de 2000 no local de uma ferrovia elevada, com cerca de 2 km de

extensão, que fora desativada em 1980. Esse parque rapidamente se tornou um conhecido ponto turístico e área de lazer da cidade, elevou o preço da terra em seu entorno e vem influenciando projetos semelhantes em mais países.

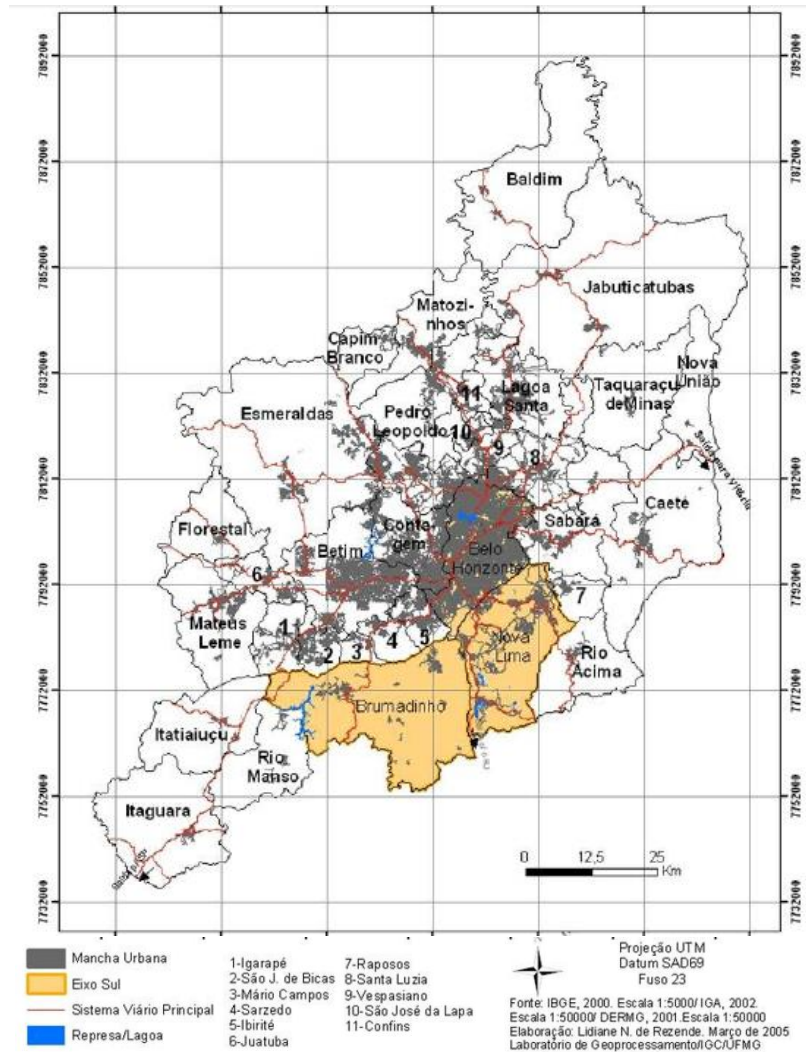
Os grandes empreendimentos envolvidos na produção do espaço nos dias de hoje necessitam incorporar cultura e natureza como mercadorias nos processos de valorização e capitalização de rendas fundiárias e de monopólio. O fetichismo dessas mercadorias espetaculares tem um vasto alcance e, por isso, facilita o desenvolvimento de tais empreendimentos, que acabam por promover segregação espacial e desigualdade social.

1 – METROPOLIZAÇÃO DE BELO HORIZONTE E O INSTITUTO INHOTIM

1.1 – O Eixo Sul da metrópole de Belo Horizonte: características da e estratégias para a produção do espaço

Chamamos de Eixo Sul o fragmento da metrópole de Belo Horizonte (MG) que corresponde a um de seus principais e ainda atuais vetores de expansão espacial, estando composto principalmente por grandes porções dos municípios vizinhos de Nova Lima e Brumadinho (MG) (FIGURA 1). Nesse espaço ocorrem processos cujas semelhanças indicam haver aí uma urbanização fortemente regida por interesses específicos de certos setores econômicos, a saber: a mineração e a produção imobiliária – que, inclusive, muitas vezes operam de maneira articulada. O estabelecimento de várias Unidades de Conservação-UC nessa mesma área pode dificultar, para muitos, o entendimento das dinâmicas espaciais em curso no Eixo Sul devido ao brilho aparente das promessas de conservação da natureza. Entretanto, as pesquisas de Eliano Freitas (2004) e Ana Carolina Euclides (2012) apontam para a existência de uma subordinação desses acontecimentos aos interesses daqueles setores acima mencionados, como será visto ao longo dessa pesquisa.

Figura 1 – Mapa do Eixo Sul de expansão da metrópole de Belo Horizonte

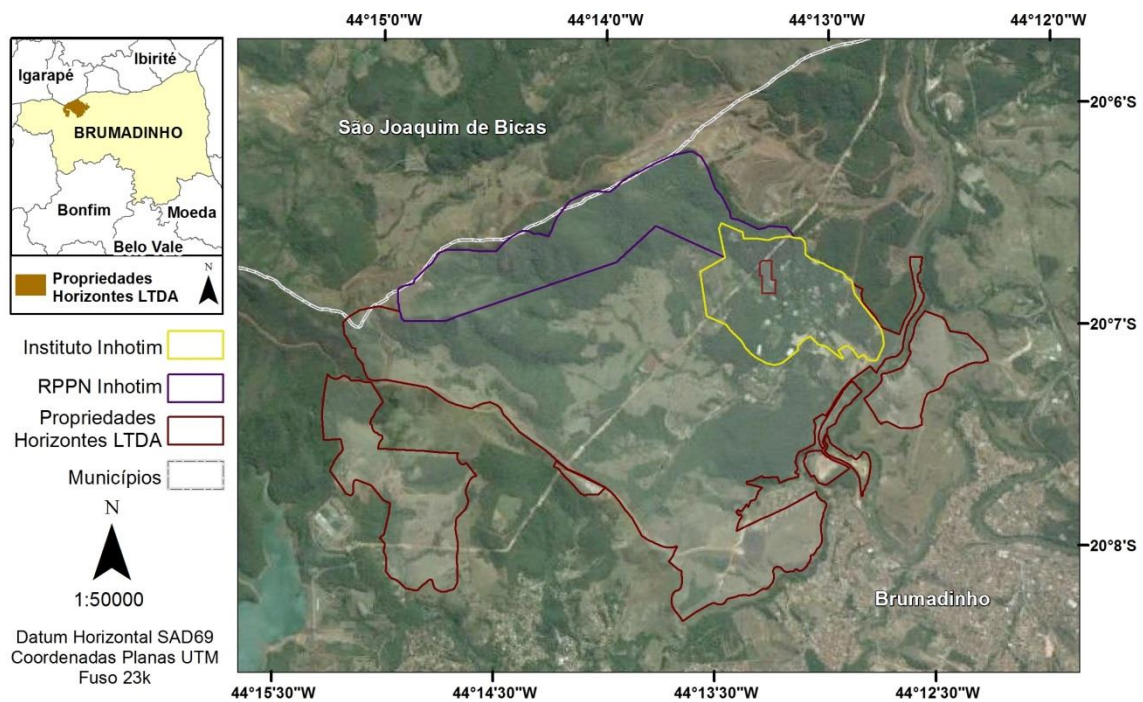


Fonte: Costa, 2006.

A história da constituição das propriedades fundiárias que repartem o Eixo Sul mostra como as ações de empresas de mineração na aquisição massiva de terras criaram condições para as posteriores incorporações imobiliárias, feitas, repetidas vezes, por elas próprias por meio de parcerias com construtoras (FREITAS, 2004). O interesse em redirecionar as propriedades para investimentos imobiliários reflete alterações ocorridas na economia mundial a partir do momento em que a produção do espaço se tornou um importante instrumento de acumulação do capital, notadamente em grandes centros urbanos e metrópoles. Por isso e, principalmente, para isso, a ação do Estado tornou-se um fundamental canal de viabilização das estratégias dos novos investimentos, pois ele detém o poder de organização e planejamento do espaço, além de garantir certas condições necessárias (como

obras de infraestrutura). A compreensão de tais processos é importante para entender os sentidos e percursos da construção e expansão do Instituto Inhotim, situado na porção nordeste do município de Brumadinho (FIGURA 2), a partir dos primeiros anos da década de 2000.

Figura 2 – Mapa de localização do Instituto Inhotim



Fonte: Pinto, 2012. Elaborado por Aline Silva.

O Eixo Sul corresponde a um espaço produzido para grupos de elevado poder aquisitivo residirem e/ou consumirem serviços de entretenimento, gastronomia e turismo, dentre eles atividades do ecoturismo. Há também crescente número de empresas prestadoras de serviço e/ou de varejo que, atraídas por incentivos fiscais, vêm se instalando no município de Nova Lima, nos bairros Vila da Serra e Vale do Sereno, limítrofes à zona sul de Belo Horizonte. Exemplos de empreendimentos construídos nesse espaço são: os “condomínios fechados” situados no entorno de corpos d’água, como as lagoas dos Ingleses (Alphaville) e do Miguelão, e no topo das serras, como o Morro do Chapéu, Retiro das Pedras, Manacás, dentre outros; os condomínios verticais localizados nos bairros Vila da Serra, Vale do Sereno e Vale dos Cristais; os shopping centers, como os do Alphaville, Jardim Canadá, Serena Mall, Ponto Verde e as galerias de lojas de luxo do bairro Vila da Serra; os luxuosos salões de festa

do bairro Jardim Canadá; os restaurantes dos bairros Vale do Sol e Vila da Serra, e dos distritos de Casa Branca, Piedade do Paraopeba e São Sebastião das Águas Claras (Macacos). Há também locais destinados à prática de ecoturismo, como o mirante do “Topo do Mundo”, o Parque do Rola-Moça, as trilhas e cachoeiras ao longo da serra da Moeda e as pousadas em Piedade do Paraopeba, Casa Branca e Macacos.

Heloisa Costa aponta que o Eixo Sul consiste numa particular expansão da zona sul do município de Belo Horizonte, onde há uma “mistura de bairros residenciais, comércio e serviços elitizados, intensa valorização imobiliária, crescente verticalização, e [...] grandes concentrações de populações em favelas que resistem em territórios claramente delimitados” (COSTA, 2006, p. 108-109). No Eixo Sul, também pode ser observada uma polarização social, pois grupos compostos por trabalhadores de baixa renda e pouca qualificação profissional se instalaram nesse local atraídos pelas possibilidades de novos postos de trabalho no setor de serviços (MENDONÇA & PERPÉTUO, 2006, p. 21), uma vez que houve uma migração de habitantes de alta renda e elevado nível de escolaridade oriundos de Belo Horizonte para os loteamentos fechados horizontais e, mais recentemente, para os condomínios verticais, o que incrementou consideravelmente o crescimento populacional ocorrido em Nova Lima e em Brumadinho nas últimas quatro décadas. Devido a essa dinâmica, é possível dizer que a expansão da metrópole de Belo Horizonte na direção sul, ainda que apresente especificidades, reproduz a polarização social observada na zona sul desse município (MENDONÇA & PERPÉTUO, 2006, p. 33). Em Nova Lima, a polarização social é expressivamente mais acentuada: verifica-se maior densidade dos grupos que compreendem elites empresariais e profissionais liberais de um lado e, do outro, trabalhadores menos qualificados (especialmente no bairro Jardim Canadá), havendo pouca representatividade de estratos de renda média (COSTA, 2006, p. 110). A situação de Brumadinho é mais heterogênea: há um maior número de loteamentos abertos e irregulares, de distritos municipais e de núcleos populacionais, o que se traduz em uma composição mais variada de níveis de renda¹.

A produção imobiliária do Eixo Sul, voltada para os grupos de maior poder aquisitivo, promove seus empreendimentos (principalmente os “condomínios fechados”) por meio de campanhas e peças publicitárias que frequentemente enfocam a procura por tranquilidade, segurança e qualidade de vida nas metrópoles. De acordo com essa abordagem de marketing, aumentar o “contato” com a natureza seria fundamental para adquirir esse

¹ As diferenças existentes entre ambos os municípios decorrem de seus distintos processos de urbanização, conforme será abordado brevemente no próximo subcapítulo.

conjunto de elementos supostamente desejáveis pelos habitantes dos “caóticos” e poluídos centros urbanos, e tal aproximação estaria incluída na mercadoria imobiliária. As representações da natureza utilizadas pelos produtores imobiliários do Eixo Sul tentam se apropriar de características geomorfológicas, florísticas e hídricas das formações serranas típicas do chamado Quadrilátero Ferrífero², em função dos atrativos cenários demarcados pelo relevo íngreme (destaque para as serras do Curral e da Moeda), da presença de fragmentos florestais ou campestres expressivos e dos volumosos mananciais, que poderiam proporcionar elevada qualidade ambiental para os habitantes locais.

Todavia, na conformação geomorfológica dessa província mineral, os depósitos de ferro situam-se, em geral, nos topos das serras e coincidem com as zonas aquíferas, ou seja, muitas áreas de recarga hídrica subterrânea (topos de morro) encontram-se sobrepostas ou lado a lado às áreas de extração mineral. Essa situação, acrescida dos demais impactos provocados pelas atividades de mineração, contribuiu para que os produtores imobiliários e os residentes dos “condomínios fechados” passassem a objetar as atividades minerárias circunvizinhas, ainda que muitos dos empreendimentos imobiliários situados no município de Nova Lima resultaram de investimentos do próprio capital atuante no setor minerário. Um importante desdobramento desse conflito foi a criação da Área de Proteção Ambiental-APA Sul (FREITAS, 2004).

A institucionalização de unidades de conservação no Eixo Sul e a criação de outros instrumentos de proteção ambiental podem cumprir funções que resguardam algumas qualidades ambientais, mas, por outro lado, possibilitam certo controle sobre a produção do espaço ao interferir nas legislações e regulações urbanísticas (COSTA, 2006, p.102; FREITAS, 2004). Com isso, as áreas protegidas podem ser utilizadas para elevar e/ou assegurar os patamares das rendas fundiárias e, conseqüentemente, dos preços das mercadorias imobiliárias, se convertendo em poderosas estratégias para legitimar processos de segregação espacial e para monopolizar o uso e acesso a recursos naturais.

A (re)produção do espaço no Eixo Sul de Belo Horizonte explícita, portanto, algumas tendências ou táticas contemporâneas de reprodução do capital que articulam a capitalização de rendas fundiárias e a produção de novas mercadorias associadas aos discursos e representações acerca da natureza, nos quais comparece uma natureza

² O Quadrilátero Ferrífero é “uma estrutura geológica cuja forma se assemelha a um quadrado, perfaz uma área de aproximadamente 7000 km² e estende-se entre a antiga capital de Minas Gerais, Ouro Preto a sudeste, e Belo Horizonte, a nova capital a noroeste” (ROESER; ROESER, 2010, p. 33). Trata-se de uma província mineral explorada economicamente desde o século XVII, destacando-se os minerais ferro, ouro, topázio e esmeralda.

romantizada e ao mesmo tempo racionalizada, que, contraditoriamente, tanto renuncia aos efeitos da urbanização quanto contribui para reforçá-los:

Os resultados mais visíveis dessa forma particular de reprodução do espaço social nas metrópoles, entre outras formas de ilegalidade consentida, são os loteamentos fechados, associados a paisagens soberbas e serviços e infraestrutura exclusivos, cujos custos diretos só podem ser arcados por poucos. Já os custos indiretos são socializados ao se traduzirem em maior pressão por investimentos, por exemplo, em sistema viário e infra-estrutura, além de naturalizar progressivamente a idéia de espaços fechados e exclusivos, redefinindo, portanto, valores acerca de espaços públicos, socialização, e convivência com as diferenças (COSTA, 2006, p. 14).

1.2 – Articulações dos capitais na produção do Eixo Sul: mineração e empreendimentos imobiliários

À medida que vem diminuindo a atividade mineradora, as empresas vêm extraindo a renda da *segunda safra* das áreas minerárias, qual seja, a renda imobiliária (MENDONÇA & PERPÉTUO, 2006, p. 23, grifos dos autores).

A produção mineral no Quadrilátero Ferrífero foi uma grande indutora do surgimento e da urbanização dos municípios de Nova Lima e Brumadinho. A primeira fase, de extração de ouro, foi feita pela Coroa Portuguesa e a segunda, na qual predominou a produção de minério de ferro, foi realizada por empresas estrangeiras, principalmente inglesas, que adquiriram direitos de exploração a partir do século XIX. Essas empresas, de elevado nível organizacional, foram bastante importantes para manter a circulação do capital inglês através da expansão de sua economia para a América Latina nesse período. Os maiores investimentos foram feitos nos setores ferroviário, minerário, agropecuário, bancário e de navegações (FREITAS, 2004, p. 27).

A atração do capital estrangeiro para o Brasil foi, em parte, incentivada pelo governo brasileiro através da legislação mineral que, entre os anos 1891 e 1934, previa que o proprietário da terra também detinha o direito de explorar seu subsolo (FREITAS, 2004, p. 40). Além disso, o preço das propriedades fundiárias não necessariamente incluía os rendimentos que poderiam ser auferidos com a exploração das jazidas minerais contidas no subsolo (BARROS, 2011, p. 55). Devido a esses fatores, as empresas interessadas em investir em mineração realizaram massivas compras de terras na região do Quadrilátero Ferrífero, o que promoveu uma significativa concentração fundiária, notadamente em Nova Lima (FREITAS, 2004).

No caso da inglesa St. John D'el Rey Company, maior empresa de exploração mineral da América Latina na passagem dos séculos XIX e XX, outros interesses também motivavam a compra de propriedades de terra: controle da reprodução da força de trabalho utilizada nas minas, por meio da construção de moradias; produção de alimentos a serem vendidos aos trabalhadores; e, também, utilização de amplas áreas para extração de insumos, como a madeira. Ao mesmo tempo, diante de uma corrida pela exploração do minério de ferro, muitas terras foram compradas apenas para impedir a chegada de novos concorrentes, ainda que não fossem ser exploradas imediatamente. A empresa St. John D'el Rey chegou a

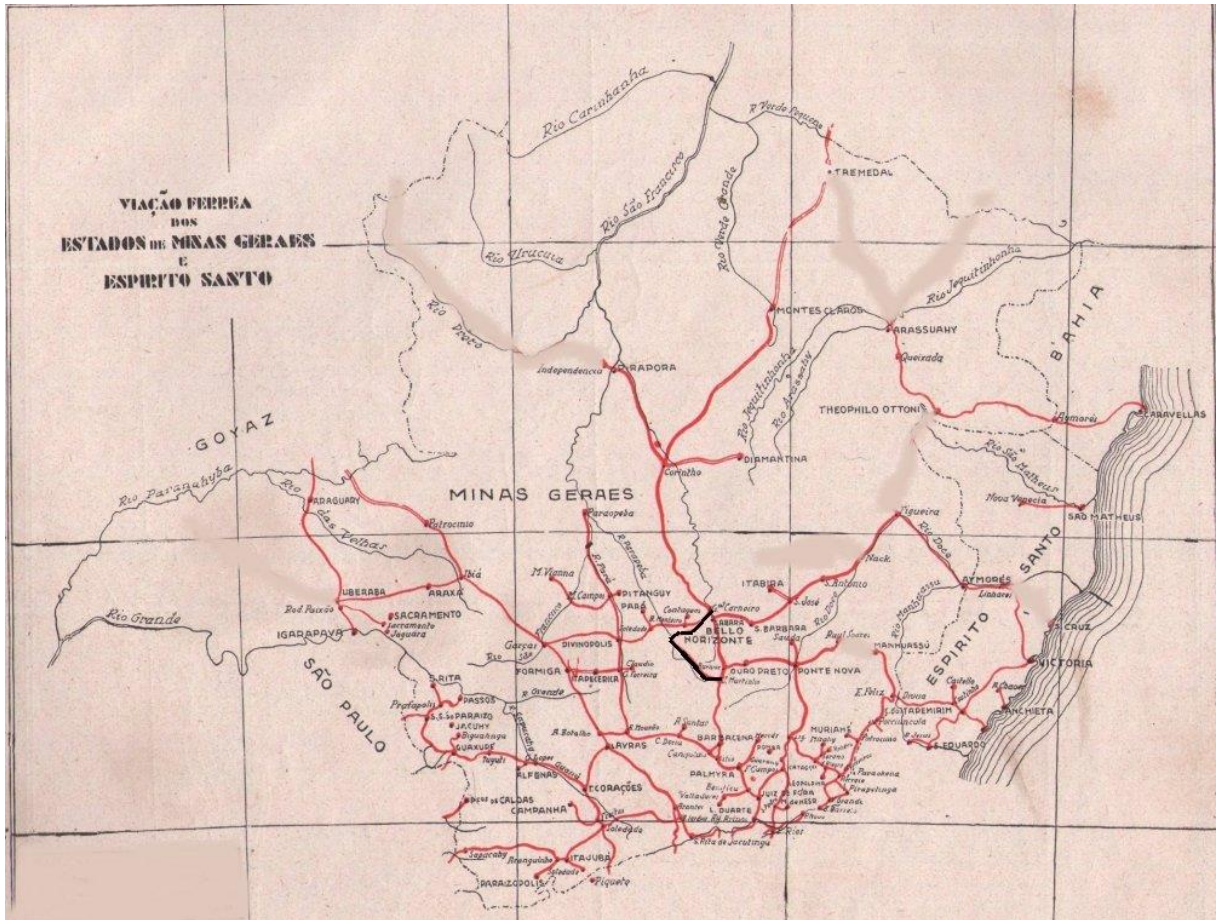
deter uma área total de 42 mil hectares de terra nos municípios de Nova Lima, Sabará e Raposos (FREITAS, 2004)³.

A partir de meados da segunda metade do século XX, diante da redução no ritmo de exploração do minério de ferro em Nova Lima e Brumadinho (devido ao esgotamento das jazidas ou a quedas na rentabilidade), algumas empresas de mineração optaram por redirecionar o uso de áreas antes produtivas (ou de apoio à produção) para a chamada “segunda safra” da mineração. Os novos empreendimentos imobiliários contemplam, além da moradia, estruturas para trabalho e lazer, e se aproveitam dos atributos ecológicos do Eixo Sul, “num processo que visa reinscrever a produção do espaço nos circuitos de valorização do capital” (FREITAS, 2004, p. 49). Alguns exemplos emblemáticos são o condomínio Vale dos Cristais, em Nova Lima, e o futuro empreendimento imobiliário cujo embrião é o Instituto Inhotim, no município de Brumadinho.

A inserção do capital estrangeiro na economia de Brumadinho ocorreu em decorrência das atividades minerária e ferroviária, responsáveis pela construção do Ramal do Paraopeba (FIGURA 3), também conhecido como Variante do Paraopeba, uma linha auxiliar da Estação de Ferro Central do Brasil-EFCB paralela ao trecho central que liga Conselheiro Lafaiete a Sabará. O Ramal acompanha parte do vale do rio Paraopeba e se conectava à Estação de Belo Horizonte aproveitando o Fecho do Funil, abertura do relevo elaborada pelo rio Paraopeba nas elevadas serras do Quadrilátero Ferrífero. A EFCB atravessava o estado de Minas Gerais e seguia até São Paulo e Rio de Janeiro. Atualmente parte dessa estrutura férrea é operada pelas empresas VLI Logística, do Grupo Vale S/A, e MRS Logística.

³ A empresa AngloGold se tornou a detentora de antigas minas de ouro da St. John D’el Rey Company.

Figura 3 – Figura do Ramal do Paraopeba (traço preto) e malha ferroviária de Minas Gerais em 1931



Fonte: GIESBRECHT, 2015

A construção do Ramal do Paraopeba, iniciada em 1917 e concluída em 1919, deu origem ao povoado que atualmente corresponde à Sede Municipal de Brumadinho. Ao todo, compreendia as estações de Brumadinho (situado na Sede), Belo Vale, Fecho do Funil, Sarzedo, Ibirité, Jatobá e Gameleira (em Belo Horizonte) (PREFEITURA DE BRUMADINHO, 2015). O distrito de Conceição do Itaguá, antigo distrito de Brumado do Paraopeba ou vila de Brumado Velho, que já existia desde o século XVIII em função das bandeiras, foi utilizado como ponto central para a distribuição de materiais e suprimentos para a construção da linha férrea (GASPAR, 2005, p. 25). A exploração dos depósitos de ferro que se estendiam pelas cristas das serras que circundam Brumadinho a norte e a leste mantinham as operações da ferrovia altamente lucrativas e, ao mesmo tempo, viabilizavam economicamente o comércio do minério.

Nesse período, muitas terras destinadas às lavouras de subsistência após a decadência da extração do ouro (e que também serviram para fornecer mantimentos aos

bandeirantes) foram compradas por empresas interessadas na mineração de ferro (GASPAR, 2005, p. 31). Foi esse o caso da Fazenda Nhotim, ou Inhotim, localizada no distrito de Conceição do Itaguá. Um documento do ano de 1865 indica a existência de uma localidade nomeada “Nhotim”, que pertencia a Joaquim Rodrigues Ribeiro, fazendeiro e inspetor de quarteirão do município do Bomfim (MARTINS; OLIVEIRA, 1864), atual Brumadinho. Entretanto, as descobertas geológicas divulgadas no começo do século XX iriam redefinir a história dessa fazenda.

O XI Congresso Internacional de Geologia realizado em 1910 em Estocolmo, promovido pelo então presidente norte-americano Theodore Roosevelt, teve como um de seus temas principais a divulgação das reservas de minério de ferro no mundo (BARROS, 2011, p. 52). O governo brasileiro não participou do evento, porém enviou um relatório – “*The Iron Ores of Brazil*” – com o mapeamento das jazidas de Minas Gerais a ser apresentado no congresso. As reservas de minério de ferro de alto teor existentes no estado foram consideradas dentre as maiores do mundo e a repercussão disso foi uma imediata corrida pelo ferro. Em 1912, diversas empresas estrangeiras já haviam adquirido jazidas no estado (BARROS, 2011, p. 53).

De acordo com um relatório de 1912, a empresa inglesa Bracuhy Falls Company, por intermédio da brasileira Companhia Metallurgica, figurava como proprietária da jazida de Inhotim, além de outras jazidas também situadas no Quadrilátero Ferrífero nos municípios de Congonhas e Ouro Preto (BARROS, 2011, p. 54). Um relatório divulgado no Diário Oficial da União (DOU) de 1962 (MME, 1962) traz detalhes sobre a Mina Nhotim, uma jazida de hematita compacta de pequena extensão, registrada oficialmente em 1937, localizada na Fazenda Nhotim, no município de Brumadinho, em uma área hoje ocupada pelo Instituto Inhotim. A formação ferrífera da Mina Nhotim ou Inhotim encontrava-se nas cristas do alinhamento serrano que conforma a porção noroeste do Quadrilátero Ferrífero, um prolongamento da serra do Curral chamado localmente de Serra das Farofas, em vertente da margem esquerda do rio Paraopeba, próxima ao Fecho do Funil.

Um relatório geológico americano publicado em 1968 (SIMMONS, 1968) chama essa mesma mina pelo nome de Inhotim, em referência a um povoado existente no local que, assim como os povoados de Tijuco, Souza Noschese e Fecho do Funil, são apontados como “comunidades minerárias”. Em Inhotim e Souza Noschese havia pequenas paradas ferroviárias de carregamento de minério. A Parada de Inhotim, inaugurada em 1934 (JARDIM & JARDIM, 1982, p. 82), correspondia a um trecho ferroviário de um quilômetro

de extensão construído por José Pacífico Homem para atender a Mina Nhotim (FARIA, 2012, p. 134).

De acordo com um documento de 1944, a Fazenda Nhotim, imóvel rural avaliado em Cr\$ 939.800,00 à época, figura como propriedade da empresa Stahlunion Ltda. (DOU, 1944a). Segundo Gustavo de Barros (2011, p. 153), a Stahlunion era a representante no Brasil da Vereinigte Stahlwerke, empresa alemã responsável por tentar levar adiante, em 1928, um grande projeto de construção de uma usina siderúrgica em Minas Gerais e de um porto no Rio de Janeiro, que também incluía arrendamento de trechos ferroviários. Esse projeto havia sido elaborado inicialmente, em 1923, pela empresa alemã Dortmunder-Union em conjunto com um grupo de empresários mineiros, que juntos detinham o controle da Companhia Siderúrgica Brasileira, tendo o governo de Minas Gerais parceria direta no empreendimento. O objetivo de tal articulação era abastecer a indústria alemã como forma de reverter os significativos prejuízos que o país sofreu com o Tratado de Versalhes, após a perda da região da Alsácia-Lorena para a França onde havia grandes reservas de minério – estima-se que a Alemanha ficou privada de, aproximadamente, três quartos da sua produção de minério de ferro anterior (BARROS, 2011, p. 122). Entretanto, o projeto não foi efetivado e a Stahlunion passou a comprar minério vindo da mina de Itabira-MG, tendo feito outras negociações com a empresa inglesa Itabira Iron Ore Company no ano de 1929, que detinha enormes minas de ferro no estado (BARROS, 2011, p. 169). A Stahlunion também era dona da jazida Fábrica, em Congonhas e Ouro Preto, da Três Irmãos e Itatiaia, no município de Bonfim, da serra do Pires, no município de Ouro Preto, da São João Batista, da João Pereira, da Rodeio, da Córrego do Feijão e da Córrego do Meio (BARROS, 2011, p. 54-55).

Na década seguinte, a Stahlunion enfrentou grandes dificuldades financeiras, que culminaram com sua liquidação no ano de 1944 em função da Segunda Guerra Mundial (DOU, 1944b). Em 1938, os direitos de pesquisa e de lavra do minério de ferro que ela detinha na Fazenda Nhotim haviam sido cedidos a Antonio Pacifico Homem Júnior e José Pacífico Homem (DOU, 1954). Nos anos de 1943 e 1953 foram publicados, respectivamente, os decretos (nº 11.358/1943 e nº 32.640/1953) que autorizaram a lavra de minério de ferro em uma área de 10 hectares e em outra de 47 ha localizadas na Fazenda Nhotim, não obstante, a extração do minério já havia sido iniciada antes disso informalmente. Em 1948, Antonio Pacífico Homem Júnior transferiu seus direitos de lavra e de pesquisa que possuía na Fazenda Nhotim para José Pacífico Homem (DOU, 1954). No ano de 1954, ambos os direitos minerários de lavra, avaliados em Cr\$ 4.500.000,00, foram integralmente incorporados ao patrimônio da empresa Minas Paraopeba S/A (Mipasa), da qual José Pacífico Homem era

acionista. Com essa transação, Pacífico Homem aumentou sua participação societária na empresa e se tornou um dos principais acionistas já que, antes da incorporação, o capital social da Mipasa era de apenas Cr\$ 500 mil (DOU, 1954). Em 1956, quando a Mipasa iniciou sua produção minerária, seu capital somava Cr\$ 20 milhões (DOU, 1956), e, em 1960, chegou a Cr\$ 50 milhões (DOU, 1960).

O depósito mineral de hematita de alto teor da Mina Nhotim, lavrado a céu aberto, foi quase completamente exaurido até 1960, restando essencialmente a lavra de canga destinada à produção de ferro-gusa pela empresa Siderúrgica Brumadinho S/A, da qual a Mipasa era acionista. Entretanto, essa empresa também detinha outros direitos minerários na Fazenda Três Irmãos, no distrito de Piedade do Paraopeba em Brumadinho, e suas atividades se estenderam por anos na região (decretos nº 11.363/1943, nº 73.506/1974, nº 24.250/1947, nº 43.445/1958 e nº 82.511/1978). Na década de 1980, a empresa Mipasa e seu patrimônio foram adquiridos pela empresa espanhola WM. H. Muller S/A - Minérios, Comércio e Navegação (FARIA, 2012, p. 136), que, em um decreto de 1978 (nº 82.733), já era apontada como a proprietária da Fazenda Nhotim. Um de seus diretores, Kurt Falk, era também diretor da empresa Mipasa (DOU, 1954 e 1955). No ano de 1980, a WM. H. Muller exportou 130 mil toneladas de minério de ferro e produziu para consumo doméstico um milhão de toneladas (KLINGER, 1980, p. 412).

O empresário Bernardo de Mello Paz, fundador do Instituto Inhotim, adquiriu a WM. H. Muller S/A também na década de 1980 (FARIA, 2012, p. 136). Em 1986, Paz abriu uma empresa de mineração de ferro chamada Minas do Paraopeba Ltda., cuja matriz possui registro no município de Sarzedo-MG (situado no Quadrilátero Ferrífero) e uma de suas filiais tem sede na Fazenda Nhotim. Essa empresa integra o Grupo Itaminas, controlado por Paz, que possui mais de 10 outras empresas (JORNAL VALOR ECONÔMICO, 2008) atuantes nos ramos de mineração, siderurgia e silvicultura para produção de carvão vegetal. Em entrevista à revista Trip (2013), Paz explica como se tornou um grande empresário do ramo de mineração, por influência de seu ex-sogro João do Nascimento Pires, dono do antigo Banco Mineiro do Oeste, e os percursos pelos quais passou até construir o Instituto Inhotim:

- Mas como é que você virou dono de mineradora, milionário, e chegou onde está hoje? (TRIP)

- Eu tinha um percentual na mineradora. Quando comprei, era quebrada.

- Mas de onde veio essa mineradora?

- Quando me casei, acabei indo trabalhar no banco que era do pai da minha primeira mulher [*o Banco Mineiro do Oeste, de João do Nascimento Pires, primeiro sogro de Bernardo*]. Ele quebrou e perdeu tudo o que tinha. Eu já tinha saído para cuidar da mineração, que tinha sido dele, mas estava quebrada. Ele tinha perdido a cabeça. A história dele foi dramática, porque

ele era um homem extraordinário que nos últimos anos da vida estava na macumba, cortava pescoço de carneiro para tomar sangue. Eu tinha que correr atrás para ele não ser roubado. Pus ele na mineração na época e foi uma tragédia, porque, na hora de pagar os transportadores e pessoal, ele pegava o dinheiro para pagar esses videntes. Então eu passei dez anos segurando greves, acordava às quatro da manhã, chegava em casa à meia-noite. Mas aí esse homem morreu, foi uma complicação.

- Isso foi durante os anos 70, quando teve o milagre econômico?

- Para mim não teve. Eu vivia com duplicatas, dívidas, tinha mais de 2 mil cheques sem fundo. Eu não dormia. Às vezes pra dormir tinha que tomar uma garrafa de uísque, porque não tomava tranquilizante na época. Hoje tomo. Dormia 2 horas e acordava com dor de cabeça, mas ia trabalhar. Minha vida passou como uma ventania. Descobri uma fórmula de resolver esse problema, que era comprar outras empresas falidas, recuperá-las e fazer um monte maior pra sair lá na frente. Chegou um ponto em que a jazida não pertencia à mineração, era arrendada. Aí tive de fazer uma empresa às pressas, para fazer o arrendamento, continuar trabalhando, conseguir pagar toda a dívida e liberar todo o patrimônio. Foi o maior sufoco da minha vida. Minha mulher e eu nos separamos. Fiquei sem nada, criei uma holding e a partir daí eu vi que não tinha saída: a dívida era grande demais. Fui para a China e fiquei amigo de uns ministros chineses. Tive a primeira reunião com o Deng Xiaoping [*secretário-geral do Partido Comunista Chinês*]!

- Você foi o primeiro empresário brasileiro a ir para a China comunista?

- Ninguém nunca tinha ido à China. Quando eu fui, só os judeus estavam lá. O Deng Xiaoping foi o motor dessa história toda, mas por trás tinha um grupo de pessoas brilhantes. Eles botaram US\$ 10 milhões na siderurgia. Comprei outras minas também e virei uma empresa de 10 mil funcionários. Uma correria... Tinha que viajar 300 quilômetros por dia, indo e vindo, correndo atrás. Eu estava bêbado quando comprei a primeira usina siderúrgica. Fiz um discurso que ninguém entendeu. Lembrei de quando era criança e dormia num quarto com três irmãos, que dava pra um terreno baldio ao lado. Todo dia uma galinha cantava. Eu subia no muro e descobri que ela estava botando ovo. Aí comecei a pegar o ovo e guardar. Aquilo pra mim era uma coisa impressionante! Eu estava ganhando aqueles ovos que a galinha botava de lado. E naquilo acumulei 12, 13 ovos.

- Mas foi nessa época que sua história de empresário melhorou.

- Não, o Brasil ficou uma loucura. Teve Plano Cruzado, Plano Collor, Plano Real, e depois o Meirelles [*Henrique Meirelles, presidente do Banco Central entre 2003 e 2011*], que acabou com as indústrias botando o câmbio lá embaixo.

- E você estava onde nessa altura?

- Na mineração. O que aconteceu? O minério subiu de US\$ 10 para US\$ 180. Então, mesmo com o câmbio caindo 100%, o minério subiu 1.800%. Com isso consegui pagar a dívida de bancos, adequar a dívida fiscal, parcelar com o fisco. E consegui triplicar, quadruplicar a produção de minério.

- Quer dizer, aí foi surgindo esse dinheirão. E você ainda vendeu uma mina para os alemães.

- Surgiu o dinheiro e construí Inhotim. A mina eu doei, é uma história longa. Mas acabou dando dinheiro e os alemães retribuíram botando dinheiro no Inhotim. Depois larguei tudo, porque tive um problema de saúde em Paris, em 95, que me fez pensar em fazer algo maior, para a comunidade. (REVISTA TRIP, nº 223, Páginas Negras, Bernardo Paz, 2013, inserções da revista).

Conforme dito anteriormente, a jazida existente na Fazenda Nhotim era de pequena extensão e já deixou de ser explorada, apesar de haver uma recente autorização de pesquisa mineral para minério de ferro em uma área de 83,44 ha da fazenda (DNPM, 2004). Todavia, juntamente com a mina de Inhotim, Bernardo Paz adquiriu outras jazidas em municípios próximos. Localizada no município de Sarzedo-MG, a principal mina do Grupo Itaminas foi colocada à venda em 2008. Com uma reserva de minério de ferro estimada em 1,3 bilhão de toneladas, a mina foi avaliada em 1,2 bilhões de dólares e recebeu proposta de compra por uma estatal chinesa (JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 2010). A oferta desse ativo no mercado fazia parte de um “plano de reestruturação financeira, fiscal e tributária das empresas que compõem o conglomerado mineiro [Grupo Itaminas], que atua em mineração, produção de ferro-gusa e reflorestamento” (JORNAL VALOR ECONÔMICO, 2008, inserção nossa), elaborado em 2008, após Paz ter se tornado o principal controlador do grupo (com 99% das cotas). De acordo com a reportagem,

o objetivo da venda do negócio de minério de ferro, cuja mina fica em Sarzedo, na região do quadrilátero ferrífero mineiro, é equacionar toda a dívida da Itaminas, que é relevante, e fortalecer as demais empresas do grupo. A Itaminas tem plano de manter o negócio de ferro-gusa” (JORNAL VALOR ECONÔMICO, 2008).

O Grupo Itaminas opera três produtoras de ferro-gusa: Itasider – Usina Siderúrgica Itaminas S/A (Belo Horizonte), Siderurgia São Sebastião de Itatiaiuçu S/A (Itatiaiuçu-MG) e Mgs Minas Gerais Siderurgia Ltda. (Belo Horizonte) (JORNAL VALOR ECONÔMICO, 2008), sendo que a Siderúrgica Piratininga Ltda. (Itaguara-MG) também consta como de propriedade de Bernardo Paz. Outra integrante do Grupo Itaminas é a Replasa Reflorestadora S/A (São João do Paraíso-MG), empresa que se ocupa da silvicultura de eucalipto para produção de carvão vegetal e que já figurou na “Lista Suja” de degradação ambiental da Associação Mineira de Defesa do Ambiente-AMDA em 2003.

Na entrevista à revista Trip (2013), Paz menciona ter aberto uma empresa holding. Identificamos, nesta pesquisa, a Bmp⁴ Participação e Empreendimentos Ltda., uma holding criada em 1994 e sediada em Belo Horizonte cujo principal sócio (com 99% das cotas) é Bernardo de Mello Paz. A importância dessa empresa é que ela promove uma ponte entre os empreendimentos do Grupo Itaminas e os projetos imobiliários e turísticos que serão construídos ao redor do Instituto Inhotim pela empresa Horizontes Ltda., aberta no ano de

⁴ Possivelmente as iniciais do nome Bernardo de Mello Paz (BMP).

2000. A Bmp consta como sócia majoritária da Minas do Paraopeba, da Mgs, da Itaminas Siderurgia Ltda. e da Siderurgia Piratininga, e também é sócia da Horizontes (com 8,20%). Outra holding que participa da administração da Horizontes, como sócia majoritária, é a Vine Hill Financial Corp LTD, uma *off shore* aberta em 2005 e domiciliada nas Ilhas Virgens Britânicas, no Caribe, considerado um paraíso fiscal. Devido a essa condição, não foi possível identificar em nossas bases de pesquisa quais seriam os principais sócios dessa *off shore*.

A ligação entre a mina exaurida da Fazenda Nhotim, o capital excedente do Grupo Itaminas e as possibilidades de acumulação colocadas pela produção do espaço no Eixo Sul da metrópole de Belo Horizonte constituiu a base que alicerçou a construção do Instituto Inhotim em 2002. A curva de elevação dos preços da commodity de minério de ferro registrada na primeira década de 2000 foi acompanhada pelos investimentos feitos nesse projeto, cujo pico ocorreu no ano de 2009, o que pode confirmar o movimento de “transusão” dos capitais atuantes nos setores minerários e imobiliários que ocorre nesse fragmento da metrópole.

Atualmente, com a crise e a queda vertiginosa no preço desse mineral desde 2014, Bernardo Paz tem procurado novas formas de garantir seus investimentos, haja vista que os empreendimentos imobiliários e turísticos da empresa Horizontes, que funcionarão no entorno da área de visitação do Instituto Inhotim, ainda não foram inaugurados. Entretanto, a expansão da marca dessa associação, pautada pelo crescente número de turistas e pela positiva cobertura feita pela mídia, e a concentração fundiária, causada pela enorme aquisição de terras por parte da Horizontes em Brumadinho, já vêm promovendo a elevação dos preços das propriedades fundiárias dos arredores da associação. A caracterização do processo de construção e expansão do Instituto Inhotim é objeto de análise no próximo subcapítulo.

1.3 – O Instituto Inhotim e o empreendimento de Inhotim – entrelaçando interesses e materializando estratégias para a produção do espaço

Fundado há 14 anos e aberto à visitação pública há apenas dez, o Instituto Inhotim pode impressionar pela magnitude e abundância de investimentos financeiros, convênios/parcerias e patrocínios, espécies botânicas, pavilhões de arte, público visitante, visibilidade midiática e pesquisas acadêmicas. Esse subcapítulo apresenta alguns desses elementos para compreender um pouco mais a engenharia financeira da associação, apontando as diferenças, bem como o entrelaçamento, entre o público e o privado, de maneira a embasar as análises dos capítulos posteriores no que concerne ao estabelecimento de nexos entre natureza, cultura e espaço.

O Instituto Inhotim vem sendo adjetivado de várias formas, dentre elas, a mais comum pode ser apreendida em redes sociais, blogs, guias de viagem, jornais e revistas e diz respeito a um *museu de arte contemporânea a céu aberto em meio a um grande jardim botânico*. Outras definições que também aparecem com frequência são: parque, parque-museu, centro de arte, jardim botânico e jardim tropical. Entretanto, uma acurada definição do que é o Instituto Inhotim pode ser encontrada no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras dessa associação, elaborado pela empresa Ernst & Young:

O Instituto Inhotim, fundado em 02 de novembro de 2002, é uma associação civil sem fins lucrativos, com sede no município de Brumadinho, MG. Suas operações constituem-se basicamente em incentivar e promover atividades e projetos nas áreas culturais, meio ambiente, patrimônio cultural, educação, geração, difusão e transferência de conhecimento, inclusão social e práticas de governança e cidadania.

As operações podem ser efetuadas por meio de ações próprias ou em parcerias com instituições públicas e/ou privadas, através do apoio e fomento dessas atividades.

As atividades do Instituto Inhotim são financiadas, principalmente, através de doações, bem como venda de ingressos para visitação do Instituto. O Instituto Inhotim também possui diversas parcerias com entidades governamentais para desenvolvimento de projetos específicos [...]. Nesses casos, os recursos para desenvolvimento dos projetos são liberados pelo respectivo órgão governamental e o Instituto é responsável pela aplicação desses recursos no desenvolvimento desses projetos (ERNST & YOUNG, 2015, p. 10).

Para compreender a assertividade de tal definição, é necessário também dizer o que o Instituto Inhotim não é: os jardins, as obras de arte, os pavilhões arquitetônicos e as propriedades fundiárias não pertencem a essa associação, mas sim ao empresário Bernardo

Paz, estando registradas, em sua maioria, na empresa Horizontes. O Instituto Inhotim é apenas o operador das atividades culturais, artísticas, ambientais e educativas realizadas na estrutura privada existente junto a sua sede.

O Instituto Inhotim, cujo CNPJ é 05.422.243/0001-31, aberto em novembro de 2002 com sede na fazenda Inhotim/Nhotim, em Brumadinho-MG, detém um cadastro de Associação Privada. De acordo com o novo Código Civil de 2002, Art. 53 (BRASIL, 2002), “Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos”, ou seja, uma associação é uma pessoa jurídica de direito privado, criada por iniciativa de particulares sem fins lucrativos. A atividade econômica principal do Instituto Inhotim está registrada no CNAE-Classificação Nacional de Atividades Econômicas (IBGE, 2015) na seguinte categoria:

- Seção R: artes, cultura, esporte e recreação;
- Divisão 90: atividades artísticas, criativas e de espetáculos;
- Grupo 900: atividades artísticas, criativas e de espetáculos;
- Classe 9001-9: artes cênicas, espetáculos e atividades complementares;
- Subclasse 9001-9/99: - produção de espetáculos de som e luz;
 - produção de shows pirotécnicos;
 - atividades de diretores, produtores e empresários de eventos artísticos ao vivo;
 - atividades de apresentadores de programa de televisão e de rádio; atividades de cenografia;
 - atividades de elaboração de roteiros de teatro, cinema, etc.; e
 - produção e promoção de espetáculos artísticos e de eventos culturais não especificados anteriormente, havendo restrição a algumas atividades previstas no CNAE.

Por sua vez, a empresa Horizontes Ltda. (CNPJ 04.191.784/0001-33) tem sua atividade econômica principal enquadrada na mesma subclasse do Instituto Inhotim (9001-9/99), entretanto, possui a seguinte atividade econômica secundária: construção de edifícios (41.20-4-00).

O Instituto Inhotim se trata, portanto, de uma associação privada que capta recursos destinados ao desenvolvimento das atividades descritas acima e que, para tal, utiliza a infraestrutura dos jardins e dos pavilhões e obras de arte que integram o patrimônio particular de Bernardo Paz, com o qual há algum tipo de contrato de comodato para alocação dos acervos. Ressalta-se que museus, jardins botânicos e atividades paisagísticas possuem outros códigos referentes à atividade econômica principal – 9252-5, 9103-1/00 e 8130-3/00 (IBGE, 2015) respectivamente. Logo, descrever o Instituto Inhotim como um “museu de arte

contemporânea a céu aberto em meio a um grande jardim botânico” não seria a forma mais precisa de caracterizá-lo.

Ao afirmar ser uma “instituição sem fins lucrativos, destinada à conservação, exposição e produção de trabalhos contemporâneos de arte e que desenvolve ações educativas e sociais” (INSTITUTO INHOTIM, 2014a), o Instituto Inhotim pôde se enquadrar no parágrafo II do Art. 3º da Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP (Lei nº 9.790/99). Esse parágrafo prevê a seguinte finalidade como uma das exigências a constarem nos objetivos sociais de uma entidade jurídica que queria se qualificar como OSCIP: “promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico” (BRASIL, 1999).

O título de OSCIP, concedido pelos governos estadual e federal nos anos de 2008 e 2009 respectivamente (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2009), implica que todo o patrimônio do Instituto Inhotim está sujeito a manter-se em alguma associação do chamado Terceiro Setor⁵, não podendo ser transferido ou vendido para uma empresa privada (limitada ou sociedade anônima), nem mesmo para o Estado. Em outras palavras, se porventura o Instituto Inhotim vier a encerrar suas atividades, todos os seus bens teriam que ser destinados a outra associação de classificação e enquadramento semelhante (Lei nº 9.790/1999, Art. 4º). Todavia, conforme visto acima, o acervo artístico e a coleção botânica expostos no Instituto Inhotim não estariam incluídos na lista de bens a serem mantidos como patrimônio de alguma outra OSCIP por se tratarem de propriedade privada de Bernardo Paz.

Uma das maiores vantagens que uma OSCIP oferece é a facilidade para obter Parcerias com o Poder Público, feitas através de seleções por chamamento público nos termos recentemente regulamentados pela Lei nº 13.019/2014, sem a obrigatoriedade de realização de licitações. Outra vantagem é a possibilidade de remunerar seus dirigentes que atuem efetivamente na gestão executiva ou que prestem serviços específicos, seguindo os salários praticados pelo mercado da região (Lei nº 9.790/1999, Art. 4º). O Instituto Inhotim vem articulando dirigentes de alto nível para compor os seus quadros, como os ex-reitores da Universidade Federal de Minas Gerais, Ana Lúcia Gazzola, ex-diretora executiva, e Clélio Campolina, atual vice-presidente do Conselho Administrativo, e o ex-presidente da Funarte, Antonio Grassi, atual diretor executivo. O ex-diretor artístico da associação, o alemão Jochen Volz, é um famoso curador artístico que já trabalhou em bienais como as de Veneza e São Paulo, sendo o atual curador da 32ª Bienal de São Paulo (2016).

⁵ O Terceiro Setor integra organizações sem fins lucrativos e não governamentais, que têm como objetivo gerar serviços de caráter público.

A engenharia financeira que envolve o Instituto Inhotim é bastante complexa, pois articula dinheiro público e capital privado oriundos de diferentes fontes. Tentou-se capturar o quadro completo desses fluxos para ser apresentado nesta pesquisa, entretanto, permaneceram algumas lacunas face à dificuldade na obtenção de informações e à impossibilidade de validação de certas fontes jornalísticas. A síntese que foi montada é exposta a seguir.

O Instituto Inhotim é obrigado, pela Lei nº 9.790/1999, a divulgar publicamente seu relatório de atividades e demonstrações financeiras, o que é feito em seu endereço eletrônico anualmente. No ano de 2014, a associação teve uma receita líquida total de R\$39.850.000,00, que inclui doações, ingressos e eventos, direitos autorais, projetos e convênios, patrocínios e gratuidade, e desconta imposto sobre serviços (ISSQN⁶). Desse montante, as doações correspondem a R\$18.889.000,00 e a receita advinda de ingressos e eventos, R\$6.780.000,00. A receita referente aos convênios e projetos foi de R\$12.908.000,00 (ERNST & YOUNG, 2015, p. 20), sendo que 10 dos 12 projetos⁷ são total ou parcialmente financiados por verbas públicas. O fundo patrimonial do Instituto Inhotim é de apenas R\$1.000,00 e o superávit acumulado em 2014 foi de R\$1.087.000,00 (ERNST & YOUNG, 2015, p. 4), o que confirma que quase toda a infraestrutura, a propriedade da terra, a coleção botânica e o acervo artístico não pertencem à associação.

A principal despesa ocorre com o pagamento de funcionários, um total de R\$9.426.000,00, acrescido de R\$10.287.000,00 referentes aos encargos trabalhistas (ERNST & YOUNG, 2015, p. 20). A estimativa do número de funcionários gira em torno de 1.000 a 1.500 trabalhadores, sendo que a maior parte da mão de obra está alocada em cargos de baixa a média qualificações e/ou remunerações, como atividades de jardinagem e de monitoria para visitantes, realizada por estagiários. Essa associação figura dentre os três maiores empregadores do município de Brumadinho, estando ao lado da Prefeitura e das mineradoras de ferro, com destaque para as empresas Vale e Ferrous. Entretanto, os quadros de técnicos e de executivos são, em geral, ocupados por profissionais não residentes em Brumadinho (advindos de Belo Horizonte, São Paulo ou do exterior), haja vista a baixa qualificação da mão de obra local.

A receita referente a convênios e projetos do Instituto Inhotim (cerca de 30% de sua receita total) é captada através de políticas de incentivos fiscais (renúncia fiscal) disponíveis para a iniciativa privada, que estão previstas na Lei Federal de Incentivo à Cultura

⁶ Imposto sobre serviços de qualquer natureza.

⁷ Os projetos são: Plano Anual de Atividades e Manutenção; Democratização Cultural; três convênios com a Fapemig; Escola de Cordas; Projeto Inhotim; Convênio Fundo Clima; Convênio Escola Integrada; Projeto Livro Inhotim; Projeto Objeto para o Mundo; e Patrocínio Correios.

(Lei nº 8.313/1991, conhecida como Lei Rouanet) e na Lei Estadual de Incentivo à Cultura (Lei nº 17.615/2008) do Estado de Minas Gerais. Conforme afirma Paz (REVISTA TRIP, 2013), a associação possui um departamento responsável por aprovar e gerir os projetos junto ao Ministério da Cultura e à Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais. Pela Lei Federal, os projetos aprovados podem ser financiados por pessoas físicas pagadoras de Imposto de Renda-IR – que podem destinar até 6% do imposto devido – e por empresas tributadas com base no lucro real – até 4% do imposto devido; já pela lei estadual, pessoas jurídicas que pagam ICMS⁸ podem destinar de 3 a 10% do imposto devido aos projetos, variando de acordo com o faturamento da empresa.

Em seu endereço eletrônico, o Instituto Inhotim separa as formas de financiamento da associação entre duas modalidades: (i) a doação direta, feita por meio do projeto “Amigos do Inhotim”, que engloba pessoas físicas e jurídicas, ou por aportes diretos; e (ii) o patrocínio, por meio do financiamento dos demais projetos já aprovados, do fornecimento de produtos (como veículos e alimentos) e da prestação de serviços. O Instituto Inhotim possui 12 projetos aprovados (vide Nota 7) e 13 empresas privadas que ele classifica como “parceiras”⁹, além do Governo de Minas Gerais e do Ministério da Cultura. Os projetos já aprovados também contam com a contribuição da FAPEMIG, da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, do Ministério do Meio Ambiente e de várias outras empresas privadas além daquelas mencionadas na Nota 9. Em meados 2015, a associação aprovou, junto ao governo estadual, uma verba de R\$700.000,00 para o projeto “Democratização Cultural do Instituto Inhotim – 2015” (SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, 2014).

Chama atenção o grande volume de projetos e de verbas que o Instituto Inhotim consegue mobilizar, que chega próximo ao limite permitido pela Lei Rouanet, a saber: no máximo 10 projetos para pessoa jurídica, sendo admitidas apenas as “propostas para o proponente que tiver liberação da movimentação dos recursos captados em pelo menos 33% das propostas apresentadas, considerado o número de propostas apresentadas nos últimos três anos” (MINC, 2015).

Entretanto, a maior parte da receita líquida total do Instituto Inhotim, aproximadamente 50%, advém de doações (excluindo-se aquelas feitas por meio do projeto “Amigos do Inhotim”). Não foi possível confirmar quais seriam as empresas doadoras, porém

⁸ ICMS: Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

⁹ Vale (desde 2011), Itaú (desde 2010), Pirelli (desde 2014), Banco Votorantim (desde 2009), IBM (desde 2013), Localiza (desde 2013), Fiat (entre 2008 e 2010), Cemig (desde 2009), Café Três Corações (desde 2014), CBMM (desde 2012), Cemil (desde 2014), J Chebly (desde 2011) e Pad (desde 2014). Fonte: Instituto Inhotim, 2015a.

em entrevistas à mídia Bernardo Paz afirma ser o principal financiador, alocando capital de suas outras empresas de mineração e siderurgia para a associação – à Revista Trip (2013) ele afirma destinar R\$ 2 milhões por mês ao Instituto Inhotim. Paz também declara receber doações estrangeiras:

- Esses financiamentos, como funcionam? (TRIP)

- Doação.

- Mas como eles vêm e oferecem? Ou você tem uma equipe que faz captação?

- Tenho um grupo de profissionais, mas o pessoal de fora chega aqui, se impressiona com o lugar e quer ter o nome vinculado ao Inhotim. Já para a captação de Lei Rouanet temos um departamento que cuida disso.

- Como acontece a negociação com os estrangeiros?

- É fascinação, só isso. No domingo estive aqui um francês, que tá tentando construir em São Paulo. Ele comprou aquele hospital Matarazzo na Avenida Paulista. Ele quer fazer Inhotim comigo, tem dinheiro demais [*Bernardo se refere aos franceses do grupo hoteleiro Allard, que compraram o hospital em São Paulo para fazer um hotel de luxo assinado por Philippe Starck*]. Mas é dinheiro árabe, eu acho. Nunca perguntei a ele. Ele quer me levar em Abu Dhabi pra conhecer o emir, que é fascinado com arte (REVISTA TRIP, 2013, inserções da revista).

No ano de 2015, com a queda no preço da commodity de minério de ferro e a crise no mercado siderúrgico brasileiro, o Instituto Inhotim passou a enfrentar dificuldades para financiar seus projetos por depender do capital vindo de empresas desses setores (principalmente do Grupo Itaminas e da Vale), o que vem provocando grandes demissões. Em decorrência dessa situação, novas formas de financiamento foram criadas e, agora, uma empresa pode “adotar” diretamente um pavilhão ou galeria, pagando por sua construção e manutenção – os custos médios variam entre R\$ 2 e 5 milhões (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015a). Foi esse o caso da galeria da artista Cláudia Andujar, que apresenta uma extensa exposição de fotos do povo Yanomami, tendo sido inaugurada no fim do ano de 2015 por meio de financiamento do banco Santander Select, que batizou a galeria.

Segundo Antônio Grassi, diretor-executivo do Inhotim, “a estratégia será reduzir ao máximo o volume gasto pelo dono [Bernardo Paz]. Isso renderá presença mais ostensiva dos nomes de patrocinadores e logomarcas de empresas mais visíveis no museu” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015a, inserções nossas). De acordo com a reportagem, três pavilhões estão na fila para adoção (dos artistas Ernesto Neto, Anish Kapoor e Olafur Eliasson), bem como a reconfiguração da galeria de Cildo Meireles e a manutenção das galerias de Adriana Varejão e Tunga. Há previsão para expansão do acervo botânico, porém não foram encontradas informações específicas sobre seu financiamento. Na entrevista à revista Trip

(2013), Bernardo Paz diz que sua intenção seria criar em Inhotim “uma Disney World pós-contemporânea, que faça com que as pessoas cresçam” e aponta os alguns planos:

- Quais são os novos projetos para Inhotim? (TRIP)

- O Anastasia [*Antonio Anastasia, governador de Minas Gerais*] esteve lá no Louvre, ele quer trazer o museu pra Belo Horizonte. Só que o presidente do Louvre conhece o Inhotim e falou pra ele: “Você tem o lugar mais impressionante do planeta, por que você quer o Louvre lá?”. Aí o governador foi na Lafarge [*empresa francesa, uma das maiores construtoras do mundo, com filiais em MG*], falou com o presidente deles na França. E a Lafarge vai construir de graça um pavilhão para mim. São R\$ 6 milhões que eles vão investir. É este aqui [*Bernardo mostra a maquete de um ovo aberto e, dentro, o formato de um anfiteatro*], terá 30 metros por 18 metros de altura. Tem um restaurante que vai debaixo da terra. Começa a construir no ano que vem.

- Tem outros projetos já desenhados?

- Tem 58 pavilhões pra construir. Já projetados. Só que eu tô com a cabeça quente. É tanta coisa... Na parte botânica, tem uma green house de 50 metros de altura por 50 mil metros de área que vamos fazer. Vou botar a Floresta Amazônica dentro. Isso é o governo da Noruega que vai financiar. (REVISTA TRIP, 2013, inserções da revista)

Por enquanto, o Instituto Inhotim não se sustenta economicamente por si próprio. No ano de 2014, mesmo com as doações totalizando R\$18.889.000,00, a associação teve um superávit de apenas R\$28.000,00. Em 2013, as doações somaram R\$18.240.000,00 e, mesmo assim, houve um déficit de R\$1.271.000,00 (ERNST & YOUNG, 2015, p. 5). Em 2012, houve um superávit de R\$1.831.000,00, provavelmente em decorrência da “revenda de mercadorias” que rendeu à associação R\$1.192.000,00 (ERNST & YOUNG, 2014, p. 4 e 19). Em 2011, houve déficit de R\$3.208.000,00 (INSTITUTO INHOTIM, 2013, p. 4). Todavia, os rendimentos com ingressos, eventos, alugueis, direitos autorais, projetos, convênios, patrocínios e gratuidade em 2014, aumentaram sua proporção em relação à receita total se comparados ao ano de 2013, o que sugere uma redução na dependência das doações – ainda que tenha sido pequena, poderá significar uma tendência para os próximos anos. Ressalta-se que os investimentos na marca da associação vêm crescendo bastante através da produção de peças exclusivas, como a linha de roupas e acessórios fabricados pela loja Osklen e as havaianas e outros produtos personalizados e vendidos nas Lojas Inhotim.

A principal fonte de lucros obtidos a partir do Instituto Inhotim serão, provavelmente, os vários empreendimentos imobiliários e turísticos do empresário Bernardo Paz que ocuparão o entorno da sede da associação e serão administrados por sua empresa Horizontes Ltda. Um “hotel boutique”, que se chamará Nhô e contará com 44 chalés de alto luxo com 120 m² cada e uma “vila-apartamento” de 450 m², foi projetado pela arquiteta Freusa Zechmeister (JORNAL O TEMPO, 2013; REVISTA FORBES, 2013) e deve ser o

primeiro a ficar pronto – o licenciamento urbanístico já se encontra em análise no Setor de Obras da prefeitura de Brumadinho desde 2012, pois o projeto inicial previa a inauguração para a Copa das Confederações. A revista Forbes publicou uma imagem desse projeto em sua seção *Travel Wishlist 2014* e se refere ao Instituto Inhotim, que ficou em 4º lugar no *ranking*, como “*a mecca for the art world*”, afirmando que a única coisa que faltaria à associação era um adequado local de hospedagem (REVISTA FORBES, 2013).

De acordo com artigo publicado no jornal O Globo em 2012, há projetos para mais nove pousadas e, para os próximos cinco anos, “um teatro, um centro de convenções, um novo restaurante e uma rua com lojas de grife estão nos planos do empresário”. Notícias veiculadas em 2008 divulgaram o projeto do centro de convenções, assinado pelo arquiteto Gustavo Penna, que teria de 6.000 m² (GUSTAVO PENNA ARQUITETOS ASSOCIADOS, 2008) e contaria com financiamento público, porém ainda não foi empreendido por motivos não confirmados – há informações de que um inquérito civil (nº MPMG-0024.09.002304-5) instaurado em 2008, referente à defesa do patrimônio público, analisaria a situação desse financiamento e da futura gestão do centro, porém o mesmo foi arquivado em maio de 2015.

Bernardo Paz afirma que há projeto para construção de um aeroporto nas proximidades do Instituto Inhotim (REVISTA TRIP, 2013), a fim de canalizar mais eficazmente o fluxo de turistas que visitam Minas Gerais para conhecer a associação. Esse projeto chegou a ser noticiado pelo Jornal Estado de Minas em 2013 e se trataria de uma parceria público-privada (PPP) entre a prefeitura de Brumadinho e investidores privados, a ser articulada por Bernardo Paz, cujo objetivo seria

atender o público visitante do Instituto de Arte Contemporânea e Jardim Botânico Inhotim e do município e principalmente facilitar o transporte de moradores do Vetor Sul, que dependem basicamente do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, na Grande BH (JORNAL ESTADO DE MINAS, 2013).

O mais recente empreendimento previsto para ocupar parte significativa do entorno do Instituto Inhotim são as “vilas tecnológicas”, com capacidade para cerca de 10 mil habitantes, que Bernardo Paz vem anunciando desde meados de 2015. Em uma palestra para empresários e políticos em Minas Gerais em junho do referido ano, Paz defendeu seu “projeto utópico” a ser implantado dentro dos próximos cinco anos: construir vilas no entorno do Instituto Inhotim, onde as pessoas poderão “viver de modo mais simples, ganhando menos, mas sendo mais felizes, promovendo escambo entre elas, mas com alto uso de tecnologia” (REVISTA VIVER BRASIL, 2015). Uma ação relacionada a esse empreendimento foi uma

palestra, realizada em agosto de 2015, com o título “Afinal, qual é a cidade do futuro?”, ministrada pela consultora em sustentabilidade Denise Chaer. Essa palestra integra um dos grandes projetos da associação chamado de “Pessoas pelo Clima”, que conta com o patrocínio da IBM e apoio da Fundação Clóvis Salgado. No ano de 2012, o Instituto Inhotim recebeu recursos financeiros do Governo Federal para o “Fomento a Estudos, Projetos e Empreendimentos que visem à Mitigação e à Adaptação à Mudança do Clima”, por meio de transferência no valor de R\$ 1.865.240,00 (CGU, 2012).

Outro projeto na área de mudanças climáticas, anunciado na COP-21 (21ª Conferência do Clima realizada em Paris em dezembro de 2015), conta com a parceria do Governo de Minas Gerais e do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e prevê a construção de um novo pavilhão temático e uma exposição que será levada a vários países. O BID irá aportar US\$ 700 mil ao Instituto Inhotim e “espera construir uma plataforma de discussão sobre adaptação da biodiversidade frente ao desafio da mudança do clima a partir da experiência de Inhotim” (AGÊNCIA MINAS GERAIS, 2015), pois, para Thiago de Araújo Mendes, especialista em mudança climática do BID, esse banco “procura um modelo de desenvolvimento para a América Latina que inclui indústria criativa, parceria público-privada, desenvolvimento sustentável, conservação da biodiversidade e combate à mudança do clima, e tudo isso está reunido em um só local que é o Inhotim” (AGÊNCIA MINAS GERAIS, 2015). Em artigo escrito por Bernardo Paz para o jornal Folha de São Paulo em dezembro de 2015, essa parceria é exaltada por ele, que aproveita para reforçar a proposta de construção das pequenas vilas ao justificar que “não é possível criar sonhos dentro de uma megalópole” (PAZ, 2015).

Uma condição essencial necessária à execução desses vários empreendimentos e projetos de expansão é a propriedade da terra. Bernardo Paz, através da Horizontes, adquiriu muitas propriedades fundiárias no município de Brumadinho, especialmente no entorno da sede do Instituto Inhotim. O empresário possui hoje uma área de aproximadamente 1.100 hectares (11.067.128 m²), ou seja, quase oito vezes o tamanho da área de visitação da associação, que conta com 140 hectares (1.400.000 m²) (INSTITUTO INHOTIM, 2015b), como mostra aproximadamente a Figura 1 localizada no início deste capítulo. De acordo com o preço registrado em cartório, o total das compras somou R\$ 57.530.963,00 e a relação por metro quadrado variou bastante, mas em geral esteve acima dos preços médios de mercado. A Tabela 1 a seguir, elaborada por Rafaela Pinto (2012), traz detalhes das propriedades que integram o patrimônio da Horizontes:

Tabela 1 – Imóveis adquiridos pela empresa Horizontes Ltda. entre 2005 e 2012 em Brumadinho (MG)

Anos	Item	Nome do vendedor	Data que a escritura foi lavrada	Localização	Área do terreno (m²)	Valor venal registrado em cartório (R\$)	Valor por m² (R\$)	Média dos valores por m² / ano (R\$)
2005	1	*	28/02/2005	Faz. Bocaina (Olhos d'água)	410.381,00	400.000,00	0,97	3,44
	2	*	05/07/2005	Fazenda Areão	258.900,00	150.000,00	0,58	
	3	*	29/12/2005	Inhotim / Olhos d'água	97.463,00	900.000,00	9,23	
	4	*	29/12/2005	Olhos d'água	100.487,00	300.000,00	2,99	
2006	5	*	25/07/2006	Inhotim	273.580,00	450.000,00	1,64	1,09
	6	*	11/08/2006	Buracão	150.000,00	80.000,00	0,53	
2007	7	*	18/09/2007	Olhos d'água	539.000,00	160.000,00	0,30	11,61
	8	*	30/10/2007	Rocha	360.200,00	3.300.000,00	8,32	
	9	*	30/10/2007	Rocha	328.000,00	350.000,00	1,07	
	10	*	18/12/2007	Inhotim	121.000,00	917.000,00	7,58	
	11	*	18/12/2007	Inhotim	13.730,00	560.000,00	40,79	
2008	12	*	16/01/2008	Inhotim	8.543,00	250.000,00	29,26	19,46
	13	*	09/03/2008	José Henriques	10.000,00	650.000,00	65,00	
	14	*	18/04/2008	Olhos d'água	148.550,00	600.000,00	4,04	
	15	*	09/05/2008	Olhos d'água / Fazenda Sauá	67.765,00	200.000,00	2,95	
	16	*	11/10/2008	3 Pontes	330.000,00	300.000,00	0,91	
	17	*	16/10/2008	Zé Amaral	30.000,00	750.000,00	25,00	
	18	*	11/11/2008	Inhotim	55.383,00	1.500.000,00	27,08	
	19	*	28/11/2008	Olhos d'água	423.500,00	600.000,00	1,42	
2009	20	*	06/02/2009	Inhotim	6.865,00	1.100.000,00	160,23	44,79
	21	*	06/02/2009	Inhotim	2.530,00	300.000,00	118,58	
	22	*	06/03/2009	Inhotim	6.865,00	500.000,00	72,83	
	23	*	12/03/2009	Varjão	132.000,00	309.182,00	2,34	
	24	*	13/04/2009	Cachoeira Marques	130.000,00	500.000,00	3,85	
	25	*	13/04/2009	Fazenda Bahia / Barreiras	1.110.000,00	2.200.000,00	1,98	
	26	*	16/04/2009	Olhos d'água	71.000,00	900.000,00	12,68	
	27	*	18/05/2009	Olaria	28.410,00	200.000,00	7,04	
	28	*	03/07/2009	Picoal / Fazenda do Morro	464.000,00	460.000,00	0,99	
	29	*	20/07/2009	Inhotim	20.000,00	2.000.000,00	100,00	
	30	*	20/07/2009	Fazenda do Morro / 3 Pontes	360.000,00	150.000,00	0,42	
	31	*	21/07/2009	lavrado / Jambanda	165.000,00	425.000,00	2,58	
	32	*	03/08/2009	Olhos d'água	55.142,00	192.266,00	3,49	
	33	*	12/08/2009	Fazenda Sauá	60.000,00	80.000,00	1,33	
	34	*	12/08/2009	Olhos d'água	20.166,00	200.000,00	9,92	
	35	*	18/08/2009	Inhotim	6.865,00	175.000,00	25,49	
	36	*	17/09/2009	Olhos d'água	36.300,00	850.000,00	23,42	
	37	*	16/10/2009	Inhotim	6.875,00	2.055.000,00	298,91	
	38	*	15/12/2009	Olhos d'água	30.250,00	150.000,00	4,96	
2010	39	*	24/03/2010	Fazenda do Morro	67.300,00	300.000,00	4,46	9,92
	40	*	22/10/2010	Fazenda Santa Cruz	130.000,00	2.000.000,00	15,38	
2011	41	*	01/05/2011	Olaria	273.000,00	935.000,00	3,42	14,18
	42	*	01/08/2011	Rocha	520.000,00	1.700.000,00	3,27	
	43	*	16/09/2011	Fazenda Santa Cruz Monte Alegre	400.000,00	3.000.000,00	7,50	
	44	*	28/12/2011	A. Flores/ C. Feijão/ Faz. Recanto	342.928,00	2.430.000,00	7,09	
	45	*	28/12/2011	Olhos d'água	20.163,00	1.000.000,00	49,60	
2012	46	*	18/05/2012	Olhos d'água	26.565,00	1.052.515,00	39,62	23,28
	47	*	18/05/2012	Cohab	15.722,00	850.000,00	54,06	
	48	*	23/05/2012	Fazenda do Morro	369.200,00	3.300.000,00	8,94	
	49	*	06/09/2012	Olhos d'água	40.500,00	300.000,00	7,41	
	50	*	18/09/2012	Fazenda do Engenho	2.423.000,00	15.500.000,00	6,40	

Fonte: Elaboração própria a partir de levantamento de dados primários realizado no Cartório de Registro Civil e Notas de São José do Paraopeba

Fonte: Pinto, 2012, p.68.

O Instituto Inhotim e os empreendimentos de Bernardo Paz referidos nesse capítulo se conectam aos processos de metropolização do Eixo Sul da metrópole de Belo Horizonte por também buscarem produzir um espaço elitizado e altamente rentável. Uma diferença entre os futuros empreendimentos de Paz e os “condomínios fechados” de Nova Lima situa-se na quantidade de elementos mobilizados pelo primeiro, que tenta englobar não apenas o discurso da sustentabilidade, mas também o da Economia da Cultura e o das novas tecnologias (“tecnologias limpas/sustentáveis”), além de articular parcerias público-privadas.

Um indicativo da conexão do Instituto Inhotim com o Eixo Sul de Belo Horizonte pode ser visto na disponibilização de uma verba de R\$ 4.875.000,00 do Ministério do Turismo, no ano de 2009, destinada à melhoria e asfaltamento da rodovia que liga Brumadinho (FIGURA 4), passando pelo distrito de Casa Branca¹⁰, à rodovia BR-040, principal via de circulação que atravessa o Eixo Sul (CGU, 2010).

¹⁰ O distrito de Casa Branca é um importante destino turístico do município de Brumadinho, onde também há muitas casas de campo/segunda residência de moradores de Belo Horizonte.

Figura 4 – Figura das estradas de acesso ao Instituto Inhotim. A via traçada em amarelo e laranja será reformada e asfaltada



Fonte: Instituto Inhotim, 2014.

Em reunião do projeto de Macrozoneamento da RMBH realizada em fevereiro de 2014 em Brumadinho, o Secretário de Obras do município denominou essa via de Estrada Inhotim-040 (informação verbal), sugerindo claramente que a melhoria viária está voltada para atender as necessidades da associação. Essa obra poderá contribuir para o alargamento da “fronteira” de expansão do Eixo Sul de Belo Horizonte, atualmente mais restrito às imediações da serra da Moeda, pavimentando o caminho para novos empreendimentos imobiliários em direção à sede de Brumadinho. Conclui-se, portanto, que a construção do Instituto Inhotim implicou um novo e importante estímulo à expansão da produção do espaço que merece atenção pelo movimento e imbricação de diferentes setores, condições jurídicas de capital e espaço, assentados nesse fragmento da metrópole de Belo Horizonte.

Conforme mencionado anteriormente, uma das particularidades do capital de caráter rentista é que suas estratégias dependem de uma articulação próxima com o Estado, sendo este o responsável por garantir direitos legais sobre a propriedade privada da terra e sobre parâmetros construtivos, bem como por prover infraestrutura básica para viabilizar investimentos. O Instituto Inhotim possui assento na maioria dos Conselhos Municipais Deliberativos de Brumadinho e vem sendo beneficiado por investimentos públicos municipais e estaduais em obras de infraestrutura, como estradas e pontes que facilitaram o acesso dos turistas à associação. No ano de 2008, o DER investiu R\$2,5 milhões de reais na pavimentação de 1,16km do trecho Brumadinho-Inhotim e na construção de uma ponte sobre o rio Manso (GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2011). Em 2013, o governo estadual liberou verba para pavimentar a estrada de 46 km de extensão que liga Brumadinho ao município de Bonfim (MG-040) (PREFEITURA DE BRUMADINHO, 2013), melhorando o acesso para quem chega ao Instituto Inhotim pela BR-381 oriundo do sentido SP-BH.

Ressalta-se que o Plano Diretor do município está sendo revisado na Câmara Municipal desde 2013, abrangendo a revisão de leis sobre os limites da construção civil por zonas, os perímetros urbanos, parcelamento, uso e ocupação do solo e mobilidade urbana (PREFEITURA DE BRUMADINHO, 2014), e seus resultados em relação ao empreendimento imobiliário da empresa Horizontes Ltda. devem ser observados.

O poder de influência política que o Instituto Inhotim adquiriu em Brumadinho é legitimado pelo prestígio social de sua atividade – vista, em geral, como “ambiental e politicamente correta” –, e também pelo fato de ter se tornado um dos três maiores empregadores do município – ao lado das mineradoras e da Prefeitura –, o que parece ter encoberto os impactos negativos que a associação provocou em Brumadinho. De acordo com um levantamento realizado no ano de 2012 por Rafaela Pinto, a presença do Instituto Inhotim tem provocado intensas modificações no espaço do município devido à valorização imobiliária e ao estímulo à construção de equipamentos turísticos. Como consequência disso, os preços dos aluguéis também sofreram aumento, o que é apontado como um problema por moradores já que o poder aquisitivo da maioria dos habitantes da cidade não é alto. Sobretudo, um dos grandes impactos da construção do Instituto Inhotim foi o desvanecimento da comunidade rural de Inhotim, um longo conflito territorial desconhecido pela maioria dos turistas que visitam a associação, comentado a seguir.

1.4 - Conflitos territoriais relacionados ao Instituto Inhotim

Conforme consta em seu site, o Instituto Inhotim se projeta como um agente de inclusão social local (em Brumadinho) e regional (em municípios vizinhos e em Belo Horizonte) por causa de suas ações voltadas para educação, cultura, turismo e cidadania:

Agente propulsor de desenvolvimento social, cultural e econômico, o Instituto Inhotim articula diversas atividades em conjunto com a comunidade da cidade de Brumadinho e do seu entorno. Desde a valorização de manifestações culturais populares, ao incremento de negócios das redes gastronômica e hoteleira, passando pela mobilização social e pesquisas de resgate histórico, o Inhotim se afirma como um ator relevante nas relações da cidade. Segundo empregador do município, o Inhotim tem sido fundamental na formação profissional dos jovens de Brumadinho que têm no Instituto o seu primeiro emprego e a abertura de incontáveis e inovadoras perspectivas de futuro (INSTITUTO INHOTIM, 2016).

Entretanto, apesar do discurso acima declarado, a construção e a presença do Instituto Inhotim também promoveu um processo de segregação espacial no distrito de Conceição do Itaguá e na sede municipal de Brumadinho. Conforme apresentado no subcapítulo anterior, seu proprietário Bernardo Paz adquiriu muitas das propriedades fundiárias situadas no entorno do Instituto Inhotim e se tornou detentor de uma grande parcela do território do município, o que provocou alterações no mercado imobiliário local que contribuíram para aumentar inclusive os preços dos alugueis praticados na cidade de Brumadinho (PINTO, 2012). Após a concretização dos empreendimentos projetados por Paz e das obras rodoviárias a serem realizadas pelo governo estadual, é possível que tais efeitos sejam ainda mais acentuados.

Uma importante consequência da expansão do Instituto Inhotim e das aquisições fundiárias, ainda pouco conhecida, foi o desvanecimento do povoado de Inhotim, chamado por ex-moradores de comunidade do Inhotim ou comunidade rural do Inhotim (OLIVEIRA, 2010). Esse povoado, localizado na zona rural do distrito de Conceição de Itaguá, a três quilômetros da sede municipal, teria sido fundado em 1870 por escravos libertos e comerciantes de animais e servia como local de apoio para viajantes (FARIA, 2012, p. 136) e, entre 1995 e 2005, contava com aproximadamente 70 casas e cerca de 300 moradores. A sede da fazenda Nhotim/Inhotim, apresentada no Subcapítulo 1.2, fazia parte desse povoado e se destacava pelo porte e padrão construtivo em relação às demais residências.

Uma pesquisa mais antiga, realizada no princípio da década de 1980, aponta que esse povoado tinha aproximadamente 20 casas e as principais atividades econômicas

exercidas por seus moradores eram a agropecuária e a extração mineral (JARDIM & JARDIM, 1982, p. 82). De acordo com levantamento feito em 2003 em Brumadinho para uma pesquisa da UFMG, no povoado de Inhotim havia 60 residências (50 residências permanentes, sete de fim de semana e três desocupadas) e seus habitantes se ocupavam principalmente da prestação de serviços (PEREIRA; MUNGAI; RODRIGUES; 2004, p. 365).

Valdir Oliveira, escritor e ex-morador do povoado, o descreve da seguinte maneira em seu livro:

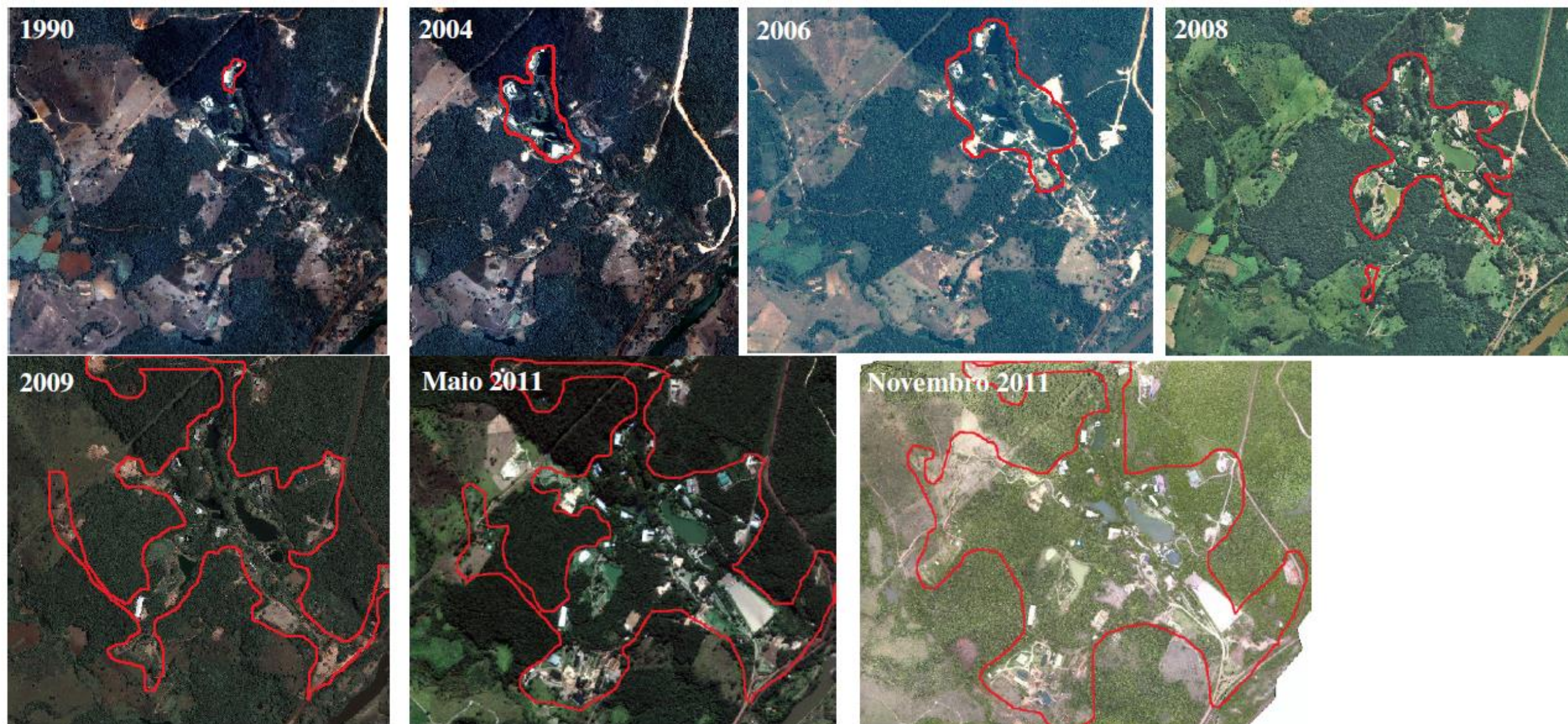
A comunidade [rural do Inhotim] podia ser considerada como sendo uma espécie de bairro rural e ficava a três quilômetros de distância da sede do município se espraiando por uma área de aproximadamente dois quilômetros quadrados cercada, por um lado, de montanhas de onde se extrai o minério de ferro, o que é feito hoje pela Mineradora Ferrous, para exportação e que serviu e serve como fonte de emprego para muitos ex-moradores do Inhotim e, por outro lado, pelo Rio Paraopeba e linha férrea (antiga Central do Brasil, RFFSA e hoje MRS). O acesso à comunidade se fazia por trem, estradas de terra ou por antigas trilhas de tropas de burro. A principal via de acesso, que era de estrada de terra, foi asfaltada em 2010 pelo governo do Estado para favorecer o acesso aos milhares de visitantes do Museu [Instituto Inhotim] em feriados e fins de semana (OLIVEIRA, 2010, p.2-3, inserção nossa).

Bernardo Paz passou a morar no povoado de Inhotim em meados da década de 1980, quando adquiriu a Fazenda Nhotim junto com uma mineradora de ferro, como mencionado anteriormente. Desde esse período, o empresário fez investimentos em reformas na área da sede, principalmente em projetos paisagísticos, que contaram com sugestões feitas por Roberto Burle Marx quando visitou o local na década de 1980. Ao longo da década de 1990, Paz passou a colecionar obras de arte moderna e a dispô-las nos jardins da sede da fazenda, até que, por sugestão de um famoso artista plástico, trocou seu acervo por peças de arte contemporânea.

Em 2000, a empresa Horizontes foi aberta e, em 2002, foi fundado o Instituto Inhotim (chamado de Centro de Arte Contemporânea Inhotim-Caci à época). Desse momento em diante, Paz iniciou as aquisições das propriedades fundiárias dos moradores do povoado, intensificando-as a partir de 2005, ano em que a associação foi aberta a visitas pré-agendadas para estudantes e grupos específicos. O processo massivo de compras durou até 2009, quando os últimos moradores que tentaram resistir ao desmantelamento da comunidade acabaram, por fim, vendendo suas residências para Paz (OLIVEIRA, 2010), que fazia “propostas irrecusáveis” às famílias e pagava, em geral, preços bastante acima da média do mercado (MUNGAI, 2003, p. 22). A Tabela 1, apresentada no subcapítulo anterior, mostra que o maior volume de compra de terrenos e o preço médio por metro quadrado mais elevado foram

registrados no ano de 2009. A Figura 5 a seguir mostra imagens de satélite da expansão do Instituto Inhotim. Ressalta-se que o período no qual foram feitas as grandes aquisições fundiárias coincide com o momento em que o preço da commodity de minério de ferro registrou uma vertiginosa ascensão, sendo a mais elevada do século XXI.

Figura 5 – Imagens de satélite com a expansão do Instituto Inhotim (entre 1990, quando havia apenas a fazenda Inhotim e o povoado nas adjacências, e 2011, após a abertura de novos pavilhões e remoção do povoado), indicada pelo traço vermelho



Fonte: Pinto (2012, p.43).

Valdir Oliveira detalha como esse processo foi sentido pela comunidade de Inhotim:

Embora as negociações e transações para aquisição dessas propriedades tenham sido feitas de forma relativamente respeitosa e pacífica e por preços justos, inúmeros conflitos colaterais e discordâncias ocorreram entre as partes, principalmente por parte de alguns moradores que, ambigualmente, por um lado aceitavam as vendas, mas, por outro lado, não aceitavam o fim da comunidade. Também criticavam as formas de agir do Museu por interferir na paisagem local e destruir vários de seus bens comunitários (bens materiais e imateriais) construídos em regime de mutirão ao longo dos anos muito antes da chegada do Museu. Em suma, lamentavam contra o fim anunciado da comunidade enquanto uma experiência humana e social intensamente vivida por cerca de 140 anos (OLIVEIRA, 2010, p. 21).

A construção do Caci ocorreu sem divulgação pública antecedente, tampouco licenciamento ambiental e urbanístico prévio, o que certamente pode ter fragilizado as possibilidades de uma resistência mais articulada, por parte dos moradores do povoado de Inhotim, à fragmentação da comunidade diante das ofertas de aquisição fundiária. Anna Thereza Menezes (2012) realizou entrevistas com os ex-moradores dessa localidade e apresenta seus relatos sobre o “entrar e sair de caminhões levando plantas e materiais para obras. Quando as construções começaram a tomar forma, não se imaginava as proporções que o projeto alcançaria” (MENEZES, 2012, p. 100). Nos primeiros anos de construção, Bernardo Paz se aproximou dos moradores de Inhotim, realizando festas junto à comunidade e, em 2004, contratou dois artistas para residirem no povoado e elaborarem murais sobre a vida de seus habitantes (MENEZES, 2012, p. 100-1), confeccionados a partir de moldes dos corpos dos próprios moradores (FIGURAS 6 e 7).

Figura 6 – Foto da obra intitulada “Rodoviária de Brumadinho” (2005), um mural que representa antigos moradores da comunidade rural de Inhotim



Fonte: Foto da autora. Data: 28/07/2012.

Figura 7 – Foto da obra intitulada “Abre a porta” (2006), outro mural que representa antigos moradores da comunidade rural de Inhotim



Fonte: Foto da autora. Data: 28/07/2012.

Ainda nesses anos iniciais da construção, Paz também passou a empregar no Caci pessoas do povoado de Inhotim e, segundo relatos de ex-moradores, a contratação do líder comunitário incitou o desvanecimento da comunidade. Esse líder teria passado a tomar decisões por conta própria em benefício do projeto de expansão do Caci, sem necessariamente contar com o respaldo dos outros moradores do povoado. Foi autorizada por ele a demolição

ou remoção de alguns importantes locais e símbolos da comunidade, como “o campo de futebol, o boteco, [...] o Cruzeiro, o salão de São Vicente de Paulo e a creche” (MENEZES, 2012, p. 103). A capela de Santo Antônio, onde eram realizadas festas como a folia de reis e as festas de Santo Antônio e de São Benedito, foi mantida e houve a proposta de um projeto para sua reforma, feito pelo Caci com consulta à comunidade, porém não foi levado adiante (MENEZES, 2012). Esses acontecimentos acabaram estimulando alguns moradores a aceitarem as propostas de compra dos terrenos feitas por Bernardo Paz, pois minaram parte do sentimento que alimentava o vínculo daquelas pessoas ao local e à comunidade. Atualmente, a capela de Santo Antônio, agora reformada pelo Instituto Inhotim, tem sido alugada por essa associação para a celebração de luxuosos casamentos; a creche, por sua vez, foi transformada na loja do Instituto Inhotim, situada junto à portaria da associação.

Após a compra de todos os terrenos do povoado de Inhotim em 2009, grandes projetos de expansão do Instituto Inhotim foram implementados, destacando-se a construção de novos pavilhões e as modificações na portaria e no estacionamento. Todavia, é importante perceber que as aquisições fundiárias tiveram o objetivo não apenas de disponibilizar a área necessária para essas expansões, mas também de criar um “cinturão” de isolamento em relação ao entorno, haja vista que a soma total das propriedades adquiridas por Bernardo Paz é quase oito vezes maior do que a área atual de visitação da associação. Um dos motivos que explicam a retirada do povoado de Inhotim seria sua “incompatibilidade estética” com a proposta do Instituto Inhotim – e dos futuros empreendimentos que serão construídos no entorno. Um indicativo disso foi a alteração no trecho rodoviário de 1,7 km que conectava a sede de Brumadinho com a entrada da associação, solicitada junto ao Conselho Municipal de Meio Ambiente-Codema em 2003. A justificativa para essa mudança viária seria a de que os ruídos e incômodos provocados pelo trânsito de caminhões que transportam minério de ferro prejudicam a “atmosfera” necessária à apreciação das obras de arte e dos jardins, como expressado no trecho a seguir:

Para dar prosseguimento à construção do museu, no dia primeiro de agosto deste ano [2003], foi solicitado junto ao Codema a autorização para mudança de um trecho de 1700 metros, da atual estrada de acesso a Souza Noschese [que dá acesso ao Instituto Inhotim] [...], desmatando assim uma área de 2,8 ha, decretada como de preservação permanente. A justificativa para a execução da obra é o fato de que esta atende a um tráfego intenso de caminhões de minério, que *prejudicam o silêncio necessário à apreciação das obras*; somada a necessidade de se fazer uma interligação da propriedade à área do futuro hotel (SMMA, 2003). A licença ambiental foi concedida, no dia seis do mesmo mês, e em contrapartida à área a ser desmatada, o proprietário será obrigado a replantar 6 hectares de espécies nativas (MUNGAI, 2003, p. 21, inserções e grifos nossos).

Além do incômodo gerado pelo trânsito dos caminhões pesados, a antiga estrada de acesso ao Instituto Inhotim atravessava um bairro de baixa renda chamado Conjunto Habitacional-Cohab Dona Maria de Souza, situado no distrito de Conceição do Itaguá. Valdir Oliveira (2007) refere-se a isto em uma crônica publicada em um jornal regional, que relata a travessia de uma limusine com turistas do Instituto Inhotim pelo referido bairro:

Apenas quando chegavam ao bucólico Centro de Arte Contemporânea é que os passageiros dos carros, mais sossegados pela distância da incômoda paisagem social que presenciaram no caminho, trocavam o olhar pela amena paisagem dos jardins do Museu. Ali observavam a paz dos lagos, o grasnar de marrecos, patos e cisnes e a beleza das obras de arte expostas pelos jardins, tudo em perfeito equilíbrio estético (OLIVEIRA, 2007, p. 4).

O desprezo à história do espaço local – inclusive do histórico da própria fazenda Nhotim –, que remete à mineração e aos pequenos povoados de Brumadinho formados frequentemente em função dessa atividade, reforça o processo de segregação socioespacial desencadeado pelo Instituto Inhotim e pelas ações da empresa Horizontes. Após mobilizar e forjar a área de entorno segundo seus padrões estético-econômicos, essa associação passou a reforçar seus discursos e ações orientadas de inclusão social local e regional, criando, no ano de 2007, a Diretoria de Inclusão e Cidadania.

Menezes conclui que há três posturas diferentes do Instituto Inhotim para com a população do entorno: “[i] o início da construção do Caci e o convívio entre população e museu [antes da compra de todos os terrenos do povoado de Inhotim]; [ii] a inexistência da população [remoção do referido povoado]; [iii] uma reaproximação do museu com o entorno [ações de inclusão com grupos sociais de Brumadinho]” (MENEZES, 2012, p. 99, inserções nossas). Quando analisamos alguns dos futuros empreendimentos da empresa Horizontes, como as vilas tecnológicas, esse movimento contraditório fica bastante nítido, pois, na prática, o que ocorrerá será a substituição do povoado de Inhotim por outro conjunto de habitações, mais sofisticado e tecnológico e, evidentemente, mais rentável. Todavia, a presença e a história do povoado não poderão ser completamente apagadas, pois permanecerão no palimpsesto que conforma o espaço e abarca o passado. Valdir de Oliveira (2010, p. 33) traduz essa realidade em versos:

A comunidade do Inhotim

Se não tivesse história
 Se não tivesse estórias
 Se não tivesse famílias
 Se não tivesse festas
 Se não tivesse arte
 Se não tivesse dança
 Se não tivesse luta e lutos
 Se não tivesse nome
 Se não tivesse laços
 Se não tivesse gente
 Se não tivesse tristeza
 Se não tivesse memória
 Bastava um trator
 Para esquecê-la.

No ano de 2008, o Instituto Inhotim iniciou a formação do Centro Inhotim de Memória, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG e com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais-Fapemig. O objetivo seria produzir o “Acervo de Memória e Patrimônio da Região de Brumadinho”, organizado em quatro coleções temáticas: “História da Região de Brumadinho”, “Tradições culturais locais”, “História Ambiental” e “Inhotim: História e Memória”. Essa iniciativa lembra o caso do Memorial Minas Gerais Vale, montado pela mineradora Vale no Circuito Cultural Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, no qual é possível encontrar registros de comunidades e culturas que foram devastadas por ações diretas da empresa, estando agora apenas museificados, assim como os moradores do povoado de Inhotim, transformados em estátuas e afixados em paredes do Instituto Inhotim, que terão parte de suas histórias passadas catalogadas pela associação para compor o acervo do Cimp (Centro Inhotim de Memória e Patrimônio).

Outros poemas de Oliveira (2010, p. 95 e p. 137, respectivamente) remetem a essa apropriação e museificação da vida, da cultura e da história do povoado:

Forasteiros

Quando chegaram
trouxeram novos nomes,
mas nós já tínhamos nome.

Quando chegaram
Trouxeram novas histórias,
Mas nós já tínhamos história.

Quando chegaram
Trouxeram novos projetos
Mas nós já tínhamos projetos

Quando saímos
Ficaram com nossos projetos,
Nossos sonhos,
nosso nome,
e contaram outras histórias

Paredão

Na parede do museu sobrou lugar
para a alma do Inhotim se abrigar.
No alto do quadro, a dor dos negros é registrada
em ata e no lamento do congado.
No meio, o olhar triste da Laura testemunha
a simbiose da arte contemporânea com o povoado.
Abaixo, o baile da vida aconchega Moretti
que se esfrega em todas as mulheres.
Da parede jorra molho de salmoura
para fazer fingir de vivo o que está morto.
O Inhotim está no paredão
como todo rebelde preso em tempo de revolução.

Ressalta-se que as ações de inclusão social conferidas pelo Instituto Inhotim em Brumadinho também exercem uma função turística que vem ganhando peso face ao aumento do número de visitantes a cada ano. Uma parte considerável dos turistas dessa associação não se percebe enquanto consumidora de turismo de massa (como ocorre na cidade de Las Vegas e na Disney World em Orlando, por exemplo), ainda que reproduzam muitas de suas características. Por isso, se sentem atraídos e se identificam com certos projetos sociais capitaneados pela associação que se apropriam de alguns elementos de seu entorno, como, por exemplo, as comunidades quilombolas situadas em Brumadinho, ou os investimentos na criação de uma cultura local mais sofisticada por meio do desenvolvimento de grupos musicais e do artesanato regional. Todavia, essas iniciativas podem acabar reforçando o

processo de segregação espacial por incrementarem o turismo de massa e, conseqüentemente, a rentabilidade dos futuros empreendimentos de Bernardo Paz.

A modernização do espaço, ou “varredura”, ocorrida no distrito de Conceição do Itaguá parece estar blindada às críticas comumente feitas a outros grandes empreendimentos que também promovem conflitos territoriais. Arte e natureza parecerem ter papel fundamental nessa estratégia, pois “neutralizam” as críticas e, desse modo, se tornam preciosas táticas para a valorização capitalista. Entender como isso ocorre é o objetivo do próximo capítulo.

2 – AS NECESSIDADES PRODUZIDAS PELA E PARA A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO NAS METRÓPOLES: CULTURA, ARTE E NATUREZA

Sem dúvida, a pseudonecessidade imposta pelo consumo moderno não pode ser contrastada a nenhuma necessidade ou desejo autêntico que não seja, ele mesmo, produzido pela sociedade e sua história. (DEBORD, 1997, p. 45)

A crise estrutural de acumulação capitalista revelada amplamente na recessão econômica de 1973 promoveu significativas mudanças na organização urbana, especialmente nas metrópoles e nos grandes centros. A alteração do regime de acumulação devido à prevalência da valorização financeira na economia fez com que o rentismo se tornasse um protagonista dentro do próprio âmbito produtivo (PAULANI, 2013). As consequências dessa modificação podem ser observadas, por exemplo, no aumento da precarização e da informalidade das relações de trabalho, na flexibilização dos processos de trabalho (toyotismo) e no deslocamento de unidades produtivas para periferias (cidades ou países).

Diante desse novo cenário econômico, a (re)produção do espaço passa a ter grande importância por corresponder às novas estratégias de acumulação, uma vez que articula propriedade privada fundiária (ativo seguro) e mercado financeiro (ALVAREZ, 2012, p. 65). Com a migração das empresas para zonas periféricas (desconcentração industrial), que acentuou a divisão internacional do trabalho (MAGALHÃES, 2015, p. 120), a economia de muitas cidades ficou comprometida, processo chamado frequentemente de “crise das cidades”. Sendo assim, os grandes projetos de “requalificação urbana” – ou, em termos mais apropriados, revalorização urbana – passaram a despontar como a solução para o emprego e a arrecadação municipal, haja vista que mobilizam força de trabalho e capital em investimentos que promovem a valorização imobiliária de porções da cidade. Portanto, os discursos que buscam convencer acerca da existência de uma crise urbana, desconectada de um processo mais amplo de crise da reprodução capitalista, levam a reboque a legitimação de grandes empreendimentos imobiliários e projetos de urbanização. Propondo-se a solucionar “problemas locais” e a melhorar a “qualidade de vida” das pessoas, esses discursos acerca da necessidade de renovações urbanísticas são elaborados de modo a beneficiar mercados produtivos e, principalmente, a remunerar elevados patamares de renda fundiária.

Não menos importante nesse contexto de mudanças econômicas, o setor de serviços, cuja participação na economia das grandes cidades é expressiva, também beneficia-se por esses empreendimentos que produzem e transformam o espaço urbano. Na economia

brasileira, desde o fim da década de 1980, houve, por um lado, um “progressivo descolamento relativo da acumulação de capitais e da geração de remunerações, lucros e rendimentos do crescimento da indústria de transformação” (MAGALHÃES, 2015, p. 119), e, por outro, uma expansão dos setores extrativos e de serviços. Em Minas Gerais, o setor extrativo já era, desde tempos anteriores, o mais pujante por causa das reservas minerais e da atividade metalúrgica, enquanto que a atividade industrial se concentrava no estado de São Paulo. No caso de Belo Horizonte, a participação da indústria na economia municipal sempre foi reduzida e seu destaque maior se assenta, cada vez mais, no setor de serviços: no ano de 2012, o PIB (Produto Interno Bruto) do setor da indústria do município foi de R\$ 7.621.381.000,00, enquanto o de serviços foi R\$ 41.372.484.000,00 (IBGE, 2012).

A situação do município de Brumadinho, no Eixo Sul de Belo Horizonte, é apresentada na Tabela 2 a seguir. Ainda que o setor de serviços tenha crescido cerca de oito vezes entre 2001 (antes da abertura do Instituto Inhotim) e 2012, a economia do município ainda é dependente do setor industrial, que correspondeu a mais da metade do PIB em ambos os anos e registrou expansão de 13 vezes nesse período, aumentando sua proporção em relação ao PIB total. As principais atividades industriais são a mineração e a siderurgia, desenvolvidas por empresas como Vale, MMX, Ferrous e Vallourec.

Tabela 2 – PIB de Brumadinho por setor econômico

Ano	2001		2012	
	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem
PIB Total	219.168.000,00	100%	2.397.660.000,00	100%
PIB Indústria	116.816.000,00	53%	1.524.458.000,00	64%
PIB Serviços	83.758.000,00	38%	740.692.000,00	31%

Fonte: IBGE, 2012.

A atividade turística desenvolvida e desencadeada pelo Instituto Inhotim requer uma estrutura de suporte que conte com grande oferta de serviços e, por isso, sua inserção no tecido metropolitano de Belo Horizonte é essencial para viabilizá-la. A proximidade da associação com esse centro urbano garante o fluxo de turistas, fornecedores e mão-de-obra especializada e, por outro lado, sua distância em relação a ele foi fundamental para permitir a enorme aquisição fundiária realizada, bem como serve para embasar o discurso de “fuga da

metrópole” endossado por Bernardo Paz e também muito utilizado pelos empreendedores imobiliários do Eixo Sul.

A tese de Diomira Faria (2012), que pesquisou a influência do turismo no desenvolvimento econômico regional de Brumadinho a partir da fundação do Instituto Inhotim, revela que a maior parte dos ganhos financeiros gerados direta ou indiretamente pela associação são retidos pelo município de Belo Horizonte, de onde provém a maioria de sua mão de obra qualificada. Essa pesquisa também aponta que o turismo de museus e centro culturais pode ser visto como um fenômeno urbano e que a metrópole é o local que concentra a maior parte dos visitantes dessas instituições, bem como contém a estrutura de serviços que dá apoio à atividade turística, o que leva à conclusão que a participação de Belo Horizonte no fornecimento de turistas para o Instituto Inhotim será sempre relevante e que essa metrópole sempre será economicamente beneficiada pelo desenvolvimento turístico realizado em sua área de expansão (FARIA, 2012, p. 189).

Para sobreviver economicamente no novo contexto de acumulação capitalista, as metrópoles necessitam funcionar de modo a propiciar investimentos na (re)produção do espaço e no fortalecimento do setor de serviços. Por isso, seus dirigentes – públicos e privados – fazem de tudo para colocar as grandes cidades “à venda” como forma de manter a circulação do capital. Algumas importantes estratégias mobilizadas nesse sentido envolvem processos que chamamos de “viradas cultural e ambiental” das metrópoles, analisados a seguir. Ambos esses movimentos se situam, fundamentalmente, no âmbito da reprodução das relações de produção e corresponderiam a tentativas de contornar as contradições geradas pelo desenvolvimento das forças produtivas no fim do século XX que atingem a realidade urbana.

2.1 – A “virada cultural” das metrópoles

A utilização da cultura e da arte, tornadas mercadorias, em projetos de valorização urbana se tornou mais frequente após a transição no regime de acumulação capitalista. A adaptação da economia e da política à nova conjuntura global e aos novos patamares reprodutivos implicou ajustes também nos mercados cultural e artístico, principalmente em decorrência dos cortes orçamentários estatais impostos pela agenda neoliberal. Uma expressão disso seria a privatização de museus e outras instituições culturais e artísticas, intensificada desde esse momento, o que tornou mais evidente a condição mercadológica de tais produtos em nossa sociedade. Entretanto, as mercadorias culturais parecem carregar um fetichismo maior do que aquele presente em qualquer outra mercadoria, pois

há a crença muito difundida de que algo muito especial envolve os produtos e os eventos culturais (estejam eles nas artes plásticas, no teatro, na música, no cinema, na arquitetura, ou, mais amplamente, em modos localizados de vida, no patrimônio, nas memórias coletivas e nas comunhões afetivas), sendo preciso pô-los à parte das mercadorias normais, como camisas e sapatos (HARVEY, 2005, p. 221).

O caráter “especial” dessas mercadorias culturais e artísticas pode se tornar uma grande vantagem no âmbito concorrencial do mercado e, por isso, observou-se um alargamento da intervenção corporativa nas artes (WU, 2006). A expansão das instituições museológicas e artísticas nas últimas décadas, as acirradas disputas entre cidades para sediar grandes bienais de arte e a “arquitetura de marca” (ARANTES, 2008) são indícios desse processo. Elas deixam evidentes algumas estratégias envolvidas na “venda das cidades” que podem ser medidas através do saldo de visitantes de museus e centros culturais, da quantidade de exposições, da circulação e do tempo de permanência das obras em exposições e do retorno gerado aos investidores.

Esse fenômeno pode ser verificado não apenas nas grandes metrópoles europeias e americanas, mas também em países em desenvolvimento que, igualmente, buscam os efeitos da revalorização de determinadas regiões das cidades e do estímulo ao setor de serviços possibilitados pela construção de grandes equipamentos culturais (OHTAKE, 2000, p. 111). Tais projetos “caracterizam-se pela presença simultânea da iniciativa privada e do poder público num esforço conjunto para transformar a metrópole em um local de atração do grande público para os eventos culturais [...] com o intuito da revitalização urbana” (OHTAKE, 2000, p. 111).

As mercadorias culturais e artísticas, além de serem importante parte do setor de serviços das grandes cidades e de envolverem mão de obra especializada como arquitetos, designers, decoradores, publicitários etc., permitem a obtenção de rendas de monopólio diretas ou indiretas, que demandam a existência de algum tipo de *singularidade* para o estabelecimento de preços monopolistas (HARVEY, 2005, p. 222). A criação do Instituto Inhotim se insere explicitamente nesse processo, como vemos no texto escrito por Bernardo Paz para a inauguração do então Centro de Arte Contemporânea Inhotim-Caci:

Em 2004, eu completo a primeira etapa de um sonho e de uma busca que teve início há 20 anos. [...] Essa minha jornada começou com o auxílio do saudoso paisagista Roberto Burle Marx. Juntamente com meu amigo querido, construímos um jardim que aguçou minha sensibilidade para o belo, a natureza e a criação humana.

Em meados dos anos 90, comecei a colecionar arte contemporânea e a colocar algumas esculturas neste jardim. Rapidamente me envolvi com os artistas e suas obras e *passei a vislumbrar a possibilidade de criar condições específicas para a exibição de obras-de-arte*. Queria poder participar e, de alguma forma, *contribuir no processo de criação dos artistas*, principalmente instigando-os com um *contexto singular para as suas obras*. A arte é, para mim, como a natureza – espiritual, e, como tal, deve ter um poder transformador sobre as pessoas.

A partir das conversas com os meus amigos do meio cultural, o que era uma idéia individual se transformou num projeto coletivo – o Centro de Arte Contemporânea Inhotim, uma nova instituição brasileira dedicada a colecionar e exibir arte de maneira sistemática. *Com uma singular fusão entre arte e natureza*, o Caci é um espaço para a criação, fruição e formação cultural (PAZ, 2004, p.1, grifos nossos).

Conforme apresentado no capítulo anterior, a concentração fundiária, promovida pelas aquisições das várias propriedades de terra que provocou o desvanecimento da comunidade de Inhotim, foi necessária a esse “singular” projeto executado por Bernardo Paz. Ele foi financiado com o capital advindo das atividades de mineração e siderurgia de suas outras empresas e contou com a participação do Estado – diretamente, via investimentos públicos em infraestrutura, ou por meio de parcerias. Isso evidencia a importância que a propriedade privada da terra possui por possibilitar a extração de rendas, afinal, o “poder monopolista da propriedade privada é, portanto, tanto o ponto de partida como o ponto final de toda a atividade capitalista” (HARVEY, 2005, p. 224-5).

A ideia de Bernardo Paz não inaugura, digamos, um novo “estilo” no modo de exibição ou produção de arte. Rosalind Krauss, em 1990, já alertava para a mudança que os museus vinham passando durante a década de 1980, a qual pode ser resumida na seguinte frase: “*the museum itself – as a building – is somehow the object*”¹¹ (KRAUSS, 1990, p. 4),

¹¹ “o museu, ele próprio, – enquanto um prédio – é, de alguma maneira, o objeto” (tradução nossa).

ou seja, tanto o objeto de arte quanto o local de sua exposição integrariam a obra. Um dos tributários dessa proposição teria sido o movimento artístico chamado de Minimalismo, que, em sua tentativa de “*create that experience of articulated spatial presence*”¹² (KRAUSS, 1990, p. 3), foi visto como responsável por ter influenciado a produção dos megamuseus. Entretanto, Krauss indica que essa mudança também derivou de algo mais profundo: a crise sofrida nos mercados culturais e artísticos como resultado da alteração do regime de acumulação, gerenciada nos países centrais capitalistas pelos governos neoliberais:

*“To a great extent the museum community’s crisis results from the free-market spirit of 1980s. The notion of the museum as a guardian of the public patrimony has given way to the notion of a museum as a corporate entity with a highly marketable inventory and the desire for growth”*¹³ (WEISS, 1990 *apud* KRAUSS, 1990, p. 5).

Thomas Krens, diretor do museu Guggenheim entre 1988 e 2008, evidenciou o caráter empresarial que passou a predominar nos museus e na composição dos acervos artísticos ao cunhar o termo *museum industry*. Graduado em Administração Empresarial na Universidade Yale, ele afirmava “estar ocorrendo com os museus algo da mesma ordem do que sucedera em todos os outros setores em que a produção em escala industrial também acabou por se instalar – da agricultura ao esporte” (ARANTES, 2005, p. 3).

O Minimalismo contribuiu para incrementar o retorno financeiro dos museus não somente por insistir na importância dos investimentos feitos nos locais de exposição, mas também por não se opor à reprodutibilidade das peças, o que teria “revolucionado” (revogado) o conceito de originalidade da obra de arte. Logo, muitos artistas multiplicaram o número de suas exposições pelo mundo e os custos com conservação e restauração de obras puderam ser reduzidos, já que as peças danificadas poderiam ser facilmente substituídas.

Entretanto, o problema dessa “libertação” do original é que, geralmente, “quanto mais facilmente negociáveis são tais itens ou eventos [como, por exemplo: obras de arte, objetos arqueológicos, edifícios históricos, monumentos antigos, templos budistas e experiências ligadas ao turismo] (e sujeitos à replicação por falsificações, fraudes, imitações ou simulacros), menos eles proporcionam a base para a renda monopolista [...] [pois] menos únicos e especiais eles se afiguram” (HARVEY, 2005, p. 223, inserções nossas). Em outras palavras, a produção de obras de arte em série ou escala industrial, contraditoriamente, pode acabar por reduzir os ganhos financeiros com sua comercialização, pois provoca uma

¹² “criar aquela experiência de presença espacial articulada” (tradução nossa).

¹³ “Em grande medida, a crise da comunidade de museus resultou do espírito do mercado livre da década de 1980. A noção de museu como um guardião do patrimônio público deu lugar à noção de museu como uma entidade corporativa que possui um inventário altamente vendável e o desejo pelo crescimento” (tradução nossa).

homogeneidade insossa que suprime as vantagens monopolistas. “Para a renda monopolista se materializar, é preciso encontrar algum modo de conservar únicos e particulares as mercadorias ou os lugares” (HARVEY, 2005, p. 224). Para resolver esse “problema” de homogeneização, retoma-se o conceito de “experiência espacial” a ser propiciada pelos locais de exposição de arte e cultura, o que abre caminho para a produção do espaço.

Adolfo Cifuentes (2011), artista visual e professor da escola de Belas Artes da UFMG, analisa como conceitos de “espaço” e “lugar” são incorporados aos discursos e práticas estéticas contemporâneas, o que ele chama de “*tópos lócus*: o sentido de ‘lugar’ como eixo recorrente de construção discursiva em muitas práticas estéticas contemporâneas” (CIFUENTES, 2011, p. 201). Como alguns exemplos representativos, ele aponta: a “paisagem da *Land Art*, o espaço urbano e público do situacionismo ou da arte relacional, [e] as múltiplas formas da instalação e do *site-specific*” (CIFUENTES, 2011, p. 204). Esse autor indica como o “espaço” da arte contemporânea pode reverter a homogeneização de uma mercadoria cultural produzida em larga escala, como no caso de uma música gravada em formato digital, já que a “experiência espacial” seria capaz de restaurar a *autenticidade* da obra de arte (o “aqui” e “agora” da teoria benjaminiana), inexistente nas obras reproduzíveis. A análise a seguir, feita por Cifuentes, traz como referência o próprio Instituto Inhotim:

A coleção de Inhotim, dizíamos, está composta em boa parte por obras que, como a instalação, o *site-specific*, os diálogos com a arquitetura e a paisagem, estariam situados no que chamamos aqui de um *Tópos Lócus*. O lugar e o projeto estão ligados à noção da experiência física direta de obras criadas e localizadas nesse ponto, nesse lugar do mundo. Para ter a experiência delas precisa-se ir até lá para *experimentá-las*. Mesmo no caso de obras que estão compostas basicamente por elementos eletrônicos reproduzíveis, como som digital (exemplo: Janet Cardiff, Dominique González-Foster). Elas não estão constituídas por aquele segmento reproduzível da trilha sonora. Caso fosse possível adquirir o CD, ou baixar o som num arquivo digital, não poderíamos levar a obra para casa porque a obra não é essa trilha digital. O som não é produzido ao vivo, mas pré-gravado, ele é reproduzível, e seria possível, em princípio, levá-lo para outro lugar. Mas a obra está feita pela *experiência espacial* desse som, que só pode ser vivenciada nesse local para o qual ela foi realizada, adaptada e acondicionada. E essa *experiência sonoro-espacial para percorrer* não pode ser reproduzida, porque não é reproduzível. A obra não pode ser escutada num quarto, como era em teoria o caso do concerto coral (gravado num vinil ou CD) do qual nos fala Benjamin [...]. Ele se referia à perda da noção do *aqui e do agora*, do *Hic et Nunc* da experiência artística que sofreria uma depreciação no universo da reprodução técnica. Mas aqui nos achamos perante vários tipos de obra que, por definição, apesar dos suportes de reprodução técnica, estão feitas para o *aqui e agora* de uma fruição que só pode acontecer nesse local, e só ali.

[...] A localização de múltiplos alto-falantes e amplificadores ao longo do percurso permite esta experiência *espacializada* do som que constitui a obra. Isso não invalida nem a experiência de escutar um CD em casa, nem a

experiência de assistir a um concerto em um auditório, simplesmente conforma *outro tipo* de experiência. E uma forma de arte particular, a instalação, que implica, por definição, uma espacialização, e em muitos casos, um percurso, uma experiência da parte do visitante, quem se desloca nesse *aqui e agora* desse espaço particular (CIFUENTES, 2011, p. 222-4, grifos do autor).

A partir dessa análise de Cifuentes, e retomando o texto de Bernardo Paz no qual ele afirma ter vislumbrado “a possibilidade de criar condições específicas para a exibição de obras-de-arte”, percebe-se o grande potencial da produção do espaço para a formação de rendas monopolistas através da construção de equipamentos culturais excepcionais e singulares. É importante fazer uma pequena ressalva: entende-se que há uma diferença entre movimentos artísticos que procuraram se apropriar do espaço público – ainda que possa haver limites teóricos nesse tipo de crítica –, e movimentos que produzam espaços privados onde a criação e exposição artísticas contribuem – ainda que essa não seja a intenção do próprio artista – para remunerar rendas fundiárias e monopolistas, como ocorre em grandes redes de museus pelo mundo e, também, no Instituto Inhotim.

Thomas Krens, antes de se tornar o diretor do Guggenheim, participou de um episódio revelador para a compreensão dessas mudanças ocorridas no mercado cultural a partir da década de 1980. Ao visitar uma galeria de arte situada no edifício de uma antiga fábrica na periferia de Colônia, na Alemanha, em 1985, ele teve a ideia (ou “revelação”, em suas próprias palavras) de construir o Museu de Arte Contemporânea de Massachusetts – MASS MoCA (KRAUSS, 1990, p. 7). Enquanto passava pela rodovia onde ficava a galeria, Krens notou vários outros prédios de fábricas e, nesse momento, teria se lembrado de uma enorme área de fábricas abandonadas no bairro onde morava, nos Estados Unidos. Foi aí que veio a ideia de converter esses prédios obsoletos em um grande complexo museológico, que, segundo ele, colocaria fim aos pequenos museus de “caráter enciclopédico” (KRAUSS, 1990, p. 7). Para Krens, o novo museu deveria ser “sincrônico”:

The encyclopedic museum is intent on telling a story, by arraying before its visitor a particular version of the history of art. The synchronic museum – if we can call it that – would forego history in the name of a kind of intensity of experience, an aesthetic charge that is not so much temporal (historical) as it is now radically spatial, the model of which, in Krens’s own account, was, in fact, Minimalism. It is Minimalism, Krens says in relation to his revelation, that has reshaped the way we, as late twentieth-century viewers, look at art: the demands we now put on it; our need to experience it along with its interaction with the space in which it exists; our need to have a cumulative, serial, crescendo towards the intensity of this experience; our need to have more and at a large scale. It was Minimalism, then, that was part of the revelation that only at the scale of something like MASS MoCA

*could this radical revision of the very nature of the museum take place*¹⁴
(KRAUSS, 1990, p. 7).

Reforçando a ideia de museu “sincrônico”, que produz uma interação com o “espaço”, no ano de 2010 o Instituto Inhotim publicou o seguinte texto em seu site eletrônico:

Hoje, museus devem ser entendidos não apenas pelos acervos neles expostos, mas também pela sua forma, funções e pelas áreas de interação que são capazes de desencadear. O foco deve se deslocar do “que” é apresentado para o “como” é apresentado. O que importa não são apenas as coleções apresentadas, mas as estratégias e as metodologias de interface com o público visitante. [...] Além de romper com a arquitetura e o modo de visitação associados aos museus mais convencionais, Inhotim oferece aos visitantes a oportunidade de uma fruição não disciplinar, ao aproximar galerias de arte e circuitos ambientais. [...]

Boa parte das obras do acervo foi instalada com base em um intenso processo de comissionamento, que diferencia substancialmente o trabalho realizado no Inhotim do que ocorre em outros museus. Por meio de um estreito diálogo com artistas, curadores, arquitetos e paisagistas, são criados espaços para abrigar obras, respeitando as especificidades de cada trabalho e os interesses do autor, *mantida sempre a conexão com o entorno*. (INSTITUTO INHOTIM, 2010, grifos nossos).

A “necessidade” de “experiências sensoriais espaciais” casa-se muito bem com a necessidade de revalorização de áreas decadentes e improdutivas de grandes cidades, ou de expansão para novas áreas a serem modernizadas, pois uma “experiência” parece ter, aparentemente, um caráter mais dificilmente reproduzível do que uma mercadoria comum, mais facilmente replicável – nada melhor do que uma análise sobre o “fenômeno do turismo” do século XX para compreender tal afirmação. A “arquitetura de marca”, conforme comenta Pedro Arantes, serve a essa tentativa de formar monopólios através da produção de espaços *singulares*, desejados por visitantes ávidos por experiências *únicas e exclusivas* e, principalmente, pelos investidores atrelados ao mercado financeiro:

Os arquitetos da era financeira, ao contrário dos modernos, não procuram soluções universalistas, para serem reproduzidas em grandes escalas – o que anularia o potencial de renda monopolista da mercadoria. O objetivo é a

¹⁴ “O museu enciclopédico tem como objetivo proporcionar o relato de uma história através do arranjo de uma versão particular da história da arte para seu visitante. O museu sincrônico - se nós pudermos chamá-lo assim - renunciaria à história em nome de uma tal intensidade da experiência, uma carga estética que não é tão temporal (histórica) mas agora radicalmente mais espacial, o modelo pelo qual, segundo ponto de vista de Krens era, de fato, o Minimalismo. É o Minimalismo, Krens comenta com relação à sua revelação, que efetivamente remodelou a maneira pela qual nós, espectadores do final do século XX, olhamos para a arte: as novas demandas que agora colocamos sobre ela, nossa necessidade de experimentá-la em conjunto com a interação com o espaço no qual se insere, nossa necessidade de ter um aumento cumulativo e serial na direção da intensidade da experiência, nossa necessidade de ter mais e em larga escala. O Minimalismo que foi, então, parte da revelação de que somente em uma escala de algo como MASS MoCA poderia acontecer essa radical revisão da real natureza dos museus” (tradução nossa).

produção da exclusividade, da obra única, associada às grifes dos projetistas e de seus patronos. (...). A arquitetura de marca tem, assim, um limite comercial que a obriga a adotar soluções inusitadas e sempre mais chamativas: se diversas cidades almejam uma obra de Frank Gehry [que arquitetou o museu Guggenheim de Bilbao], por exemplo, perderão progressivamente a capacidade de capturar riquezas por meio de projetos desse tipo (ARANTES, 2008, p. 179, grifos e inserções nossas).

A “onda culturalizante” (ARANTES, 1996, p. 232) se tornou, portanto, uma indispensável peça na transformação das cidades em negócios por meio do empresariamento da administração urbana (HARVEY, 1996). Executados, na maioria das vezes, através de parcerias público-privadas, os projetos responsáveis por “revitalizar” áreas desvalorizadas das cidades para atrair novos investimentos e público consumidor – como o local onde foi erguido o MASS MoCA – capturaram as possibilidades que a cultura e a arte oferecem para o retorno dos empreendimentos. Ocorre, assim, uma dupla necessidade: as cidades mais competitivas precisam ter uma vitrine cultural para atrair consumidores e investimentos, ao mesmo tempo em que os centros culturais somente sobrevivem da captura de parte da riqueza social concentrada e em circulação nas cidades, especialmente nas metrópoles.

Harvey sintetiza os termos da nova forma de administrar as cidades ao dizer que os grandes investimentos urbanos se resumem a uma negociação entre o capital financeiro internacional e os poderes locais, que se esforçam para maximizar os atrativos dessas cidades, e conclui que “o crescimento do empresariamento urbano pode ter tido um papel importante numa transição geral da dinâmica do regime de acumulação de capital (fordista-keynesiano) para um regime de ‘acumulação flexível’” (HARVEY, 1996, p. 50).

Em Belo Horizonte, o empresariamento urbano da cidade também vivencia uma “virada cultural” (ARANTES, 2005): como forma de atrair mais investimentos para o setor de serviços, a administração municipal tem tentado forjar uma “vocação” para o turismo de negócios e eventos, recorrentemente se referindo à cidade como a “capital dos negócios”. Os recentes investimentos nesse ramo confirmam a estratégia: reforma do centro de convenções e exposições Expominas, em 2003, assinada pelo arquiteto Gustavo Penna¹⁵, mesmo arquiteto que projetou o centro de convenções que seria construído junto à sede do Instituto Inhotim;

¹⁵ Os gastos com a reforma foram cerca de R\$ 150 milhões, advindos da CODEMIG. A fala a seguir explicita os objetivos desse investimento: “Segundo o vice-presidente do Belo Horizonte Convention and Visitors Bureau (BHCVB), Mauro Werkema, a ampliação do Expominas permitirá que Belo Horizonte entre, definitivamente, na disputa por feiras e exposições de médio e grande portes. Com isso, o turismo de negócios será incrementado na cidade. ‘Essa é a única vocação de Belo Horizonte, cujo setor terciário responde por 82% do Produto Interno Bruto (PIB). As cidades na área central de Minas, próximas à capital, possuem vários atrativos naturais, artísticos e culturais e que complementam o segmento de turismo de negócios’, disse Werkema. Conforme levantamentos do BHCVB, em 2001 foram realizados 3.752 eventos na capital mineira, que movimentaram R\$ 1,4 bilhão” (AGÊNCIA MINAS GERAIS, 2004).

lançamento da implantação do Expominas II, em 2014¹⁶; operação urbana simplificada para construção de um novo centro de convenções com capacidade para 10 mil pessoas na região Nordeste da cidade, lançada em 2015¹⁷; “requalificação” da praça da Savassi em 2011¹⁸; construção viária da Linha Verde em 2005, para ligação do centro da cidade ao aeroporto internacional; e obras para a Copa do Mundo de 2014. Um exemplo de significativa expressão, analisado por Pedro Resende (2014), é a produção do Centro Cultural Praça da Liberdade – CCPL em 2010, processo no qual os antigos prédios que sediaram a administração estatal foram convertidos em equipamentos culturais, operados por parcerias público-privadas. Harvey comenta que essas parcerias, características do empresariamento urbano, objetivam “muito mais o investimento e o desenvolvimento econômico através de empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos do que a melhoria das condições em um âmbito específico” (HARVEY, 1996, p. 53).

Uma pesquisa de satisfação do turista de Belo Horizonte, elaborada pelo Sistema Fecomércio em parceria com a Belotur¹⁹ e divulgada logo antes da Copa das Confederações de 2013, afirma que essa metrópole, cuja economia é majoritariamente dependente do setor de serviços, “tem por característica o turismo de negócios e eventos [...] [e] vive uma efervescência cultural” (SISTEMA FECOMÉRCIO, 2013, p. 2). Os resultados dessa pesquisa mostraram que, para 32,4% dos turistas entrevistados, o motivo da viagem era “negócios ou trabalho”; 21,9%, “visitar amigos e parentes”; 20,3%, “lazer ou descanso”; e 10,4%, “estudos ou cursos”. O turismo de lazer tem ganhado destaque na economia de Belo Horizonte, conforme aponta análise a seguir:

De acordo com o presidente da Belotur, Mauro Werkema, a pesquisa traçou um panorama de avaliação do turista em relação ao modo como ele se comporta na capital. “A pesquisa evidencia a vocação de Belo Horizonte para o turismo de negócios, tendo em vista que a capital concentra suas atividades econômicas no setor terciário. E ainda reforça que Belo Horizonte vem ganhando na oferta de atrativos de lazer e entretenimento, consolidando-se cada vez mais como destino para o turismo de lazer.” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2013).

Além de estimular o comércio, o turismo de lazer contribui para incrementar o turismo de negócios e eventos já que torna a cidade mais “atrativa” ao empresário-turista. Por isso, observa-se um esforço cada vez maior, por parte da prefeitura, em desenvolver e

¹⁶ Previsão do investimento: R\$ 400 milhões, por meio de parceria público-privada (JORNAL O TEMPO, 2014)

¹⁷ Reportagem do site Turismo de Negócios BH, divulgada em 29/07/2015, que menciona a construção de outros dois centros de convenção pela iniciativa privada.

¹⁸ Na reforma da Savassi “Foram investidos cerca de R\$ 10,41 milhões neste empreendimento que faz parte do Programa Centro Vivo” (PORTAL DA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2012).

¹⁹ Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A.

divulgar roteiros turísticos de Belo Horizonte. Em seu endereço eletrônico encontram-se em destaque alguns pontos turísticos, apresentados na seguinte ordem (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2015):

1. Marcos da Modernidade (Conjunto Moderno da Pampulha);
2. Ofícios de Minas (Praça Sete, Palácio das Artes, Casa do Conde, Parque Municipal, Praça da Estação e Serraria Souza Pinto);
3. Síntese de Minas (Minas Centro e Mercado Central);
4. Horizontes da Cidade (Praça do Papa e Parque das Mangabeiras); e
5. Circuito Cultural Praça da Liberdade.

Dentre os demais atrativos da cidade, há uma seção chamada de “Entorno de Belo Horizonte”, formada por: i) Estrada Real; ii) Gruta do Maquiné; iii) São João del-Rei; iv) Lavras Novas; v) Serra da Moeda; vi) Tiradentes; vii) Sabará; viii) Serra do Cipó; ix) Mariana; x) Ouro Preto; xi) São Sebastião das Águas Claras (Macacos); e, finalmente, xii) Inhotim (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2015). Nota-se, claramente, quais são os elementos que a administração de Belo Horizonte elenca de seus arredores para compor seu *city-marketing* e reforçar sua posição de metrópole centralizadora: *patrimônio histórico-cultural e elementos naturais*, corroborando com a pesquisa da Fecomércio (SISTEMA FECOMÉRCIO, 2013). Essa aponta que “Os atrativos culturais e naturais são os preferidos dos turistas que visitam Belo Horizonte, somando 49,3% das respostas” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2013).

O empreendimento de Bernardo Paz captura justamente essa preferência por atrativos culturais e naturais apresentada pelos turistas, uma vez que no Instituto Inhotim se encontrariam articulações – ainda que problemáticas, como veremos no próximo capítulo – entre ambas as mercadorias (arte e natureza). Retomando a discussão acerca da renda de monopólio, procura-se forjar no Instituto Inhotim uma *singularidade* frente a outras atrações culturais ou naturais justamente através da junção desses dois tipos de atrativos, o que seria capaz de propiciar as tão desejadas “experiências espaciais” únicas e exclusivas. Para isso “dar certo”, a escolha pela arte contemporânea foi fundamental já que em seus discursos e práticas é recorrente a incorporação de noções de “espaço” e “lugar”, conforme discorre Cifuentes, que indica ser esse o caso do Instituto Inhotim:

Fizemos esta exploração da natureza do *espaço* em múltiplos eixos discursivos porque, segundo a nossa hipótese, o Inhotim não só possui um acervo composto por obras “contemporâneas”, senão que, além disso, o projeto se inscreve nesse *Tópos Lócus* que assinalamos como elemento central de vários eixos discursivos contemporâneos. A própria multiplicidade do Inhotim, como lugar de biodiversidade e grande beleza natural fazem dele, ao mesmo tempo em que um “centro de arte”, um parque, uma reserva

natural, um jardim botânico, um centro de pesquisa ambiental e um conjunto paisagístico e arquitetônico (CIFUENTES, 2011, p. 211, grifos do autor).

Todavia, muitas vezes, o “espaço” da arte contemporânea não passa de um espaço cartesiano, um espaço vazio, um receptáculo em branco a ser preenchido por elementos externos, que, no caso do Instituto Inhotim, seriam provenientes da “natureza”. As Figuras 8, 9 e 10 a seguir mostram algumas obras de arte construídas especificamente para serem exibidas no Instituto Inhotim e que se encontrariam em “conexão” com o “espaço natural”.

Figura 8 – Foto da obra intitulada “Beam Drop” (2008), de Chris Burden, construída no Instituto Inhotim



Fonte: Instituto Inhotim, 2015.

Figura 9 – Foto da galeria de Adriana Varejão, instalada no Instituto Inhotim



Fonte: Instituto Inhotim, 2015.

Figura 10 – Foto da obra intitulada “Sonic Pavilion”, de Doug Aitken (2009), construída no Instituto Inhotim



Fonte: Site Jornal Wall Street Journal (2013)

Esta pesquisa entende que a conexão dos elementos artísticos ao “espaço natural” que os circunda corresponde tão-somente a uma junção física, posta no nível da aparência, organizada e reunida pelo espetáculo, nos termos de Guy Debord (1997):

O espetáculo, como a sociedade moderna, está ao mesmo tempo unido e dividido. Como a sociedade, ele constrói sua unidade sobre o esfacelamento. Mas a contradição, quando emerge no espetáculo, é, por sua vez, desmentida por uma inversão de seu sentido; de modo que a divisão é mostrada unitária, ao passo que a unidade é mostrada dividida (DEBORD, 1997, p. 37).

Uma leitura materialista e, portanto, histórico-geográfica do espaço onde foi construído o Instituto Inhotim não poderia desconsiderar, por exemplo, o povoado de Inhotim e os conflitos e contradições do processo de desvanecimento da comunidade. Ela derivaria da proposição de que o espaço é um produto social, composto por acúmulos históricos, um palimpsesto que carrega vestígios do passado, e não uma folha que se renova a cada nova apropriação ou dominação. Se as obras de arte são propostas de modo a dialogarem com e a se integrarem ao espaço onde passarão a fazer parte, permanecer apenas no nível da aparência desse espaço não será suficiente para tal empreitada.

Cabe questionar, por fim, o porquê da escolha pela “natureza” como o elemento para compor o “espaço” do Instituto Inhotim: o fato de o *site-specific* do Instituto Inhotim ser um extenso jardim botânico cercado por remanescentes florestais tropicais abre a discussão para outro campo, o da transformação da natureza em nova raridade, como será visto no próximo subcapítulo. Há muitos indícios de que, dentre os dois principais elementos que o Instituto Inhotim procura articular, a natureza sobressai em relação à arte. A fala do próprio idealizador da associação, Bernardo Paz, em entrevista concedida ao jornal *The New York Times*, indica que a natureza possui peso maior no Instituto Inhotim: “‘Há obras de arte aqui que eu ainda não visitei e que todos me disseram que são espetaculares, mas por que eu deveria ir lá?’, questionou Paz. ‘Eu não me considero apaixonado por arte. Mas de jardins, sim, eu gosto.’” (PORTAL IG, 2012).

Uma forma de captar a dominância da natureza em relação à arte presente no Instituto Inhotim pode ser deduzida a partir da pesquisa de Diomira Faria (2012). A autora aplicou cerca de 400 questionários aos turistas da associação em 2010. Na saída do Instituto Inhotim, os entrevistados responderam a um item sobre a satisfação da visita que fizeram e tinham que dar respostas livres aos seguintes tópicos: i) o que mais gostou da visita; ii) o que menos gostou; e iii) o que permanece como recordação depois de haver visitado Inhotim (FARIA, 2012, p. 184). Como as respostas foram muito variadas, as expressões mais similares foram agrupadas, e o resultado foi bastante revelador: em relação ao primeiro item

(i), 45% dos visitantes disseram ter gostado mais da “natureza”; 28,1%, das “galerias”; 7,9%, de “tudo”; e 6,6%, da “integração do meio ambiente e arte” (FARIA, 2012, p. 185). Já as respostas sobre “o que menos gostou” (segundo item) foram distribuídas da seguinte maneira: 45,1% disseram “nada”; 13,1%, as “galerias”; e 7,2%, o “preço da alimentação”; sendo que 0,5% afirmou não ter gostado dos “jardins excessivamente artificiais”. Finalmente, em relação à terceira pergunta (iii), as respostas foram: 31,3%, a “natureza”; 15,6%, a “sensação”; 12,5%, a “beleza”; e 11,1%, a “arte” (FARIA, 2012, p. 187). Nota-se, portanto, que, de todos os atrativos do Instituto Inhotim, a maioria dos visitantes aprecia mais a “natureza”, sendo que alguns (13%), inclusive, não gostam das galerias de arte contemporânea. A confusão e/ou a igualação entre os termos “natureza”, “jardins” e “meio ambiente”, observada nessas avaliações dos turistas, bem como de maneira recorrente em matérias e reportagens sobre o Instituto Inhotim (nas quais também aparecem, frequentemente, “parque” e “paisagem”), revela diferentes facetas do fetichismo da natureza.

Um fato curioso sobre a preferência pela “natureza” do Instituto Inhotim pode ser observado em reações à primeira exposição de parte da coleção de arte do Instituto Inhotim feita fora de sua sede, em um museu de Belo Horizonte e um centro cultural de São Paulo, por meio de parceria com o Banco Itaú e o Itaú Cultural. Chamada “Do objeto para o mundo – Coleção Inhotim”, essa exposição itinerante teve pouco destaque na mídia, principalmente se comparada à atenção que a associação costuma receber, e também um número não muito expressivo de visitantes. Uma crítica de Fábio Cypriano no jornal Folha de São Paulo (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015b) afirma que essa mostra “contradiz tudo o que o torna [o Instituto Inhotim] original”, pois retira as obras de seu contexto de “integração com a natureza”, e conclui que a exposição “é muito pouco para quem conhece o original”, avaliando-a como “ruim”. Diante dessa crítica, há um questionamento pertinente a ser feito: caso a situação fosse inversa, qual avaliação receberia a “natureza” do Instituto Inhotim se fossem removidas de lá as galerias e instalações artísticas?

Conclui-se que, de maneira semelhante à que ocorre com a cultura e a arte, a produção de singularidades com fins monopolistas a partir de elementos da natureza se tornou uma importante estratégia para os produtores do espaço. O apelo à “natureza” e/ou ao meio ambiente, mesmo que com os mais diferentes propósitos, tem enorme respaldo na opinião pública e, por isso, parece ter a potência de dissimular contradições concretas presentes no processo de reprodução da sociedade.

2.2 – A “virada ambiental” das metrópoles

Esse subcapítulo se propõe a levantar alguns importantes pontos de inflexão de atitudes da sociedade em relação à natureza para compreender como elas aparecem no atual momento da reprodução do espaço: “Não é por acaso que, em anos recentes, um dos aspectos mais inovadores da cultura urbanística e paisagística tenha sido a busca por meios para reintroduzir elementos naturais nos aglomerados urbanos” (PANZINI, 2013, p. 657). O aumento da preocupação com o meio ambiente, impulsionado por movimentos sociais e conferências mundiais, desde as últimas décadas do século XX, teve como um de seus reflexos a instituição de novos parques urbanos, em geral associados a cursos d’água ou áreas úmidas, e a produção de outros “espaços verdes” nas grandes cidades. Entende-se que a presença do Instituto Inhotim no tecido urbano da metrópole de Belo Horizonte se insere nessa tendência, referida nesta pesquisa como “virada ambiental”.

A decisão por agrupar na mesma discussão diferentes modalidades de “espaços verdes” junto com unidades de conservação situadas em regiões metropolitanas pode parecer incoerente por possuírem, em geral, funções distintas. Entretanto, essa opção se justifica diante da percepção de que há um fetichismo exacerbado em relação à natureza, o que acaba por ocultar essa disparidade e por promover o “culto ao verde”, festejando toda e qualquer iniciativa que contenha algum “apelo ambiental”. Isso faz com que muitos empreendimentos e projetos urbanísticos que poderiam ser alvo de críticas sociais passem a ser aceitos e executados sem grandes obstáculos. Ao incorporarem elementos da natureza em seus desenhos e concepções, eles possibilitam que as instituições (públicas ou privadas) responsáveis por tais ações utilizem o respaldo público para reforçar suas marcas. Por isso, compreende-se que a produção de “espaços verdes”, bem como a instituição de UC próximas a centros urbanos, se tornou uma relevante estratégia para a (re)produção do espaço, ampliando a demanda por projetos paisagísticos.

No Brasil, a figura central do Paisagismo (Paisagismo Moderno) é Roberto Burle Marx e seus projetos e jardins são reconhecidos internacionalmente. A popularidade desse nome pode ser constatada em um episódio relacionado ao Instituto Inhotim que se arrastou até a esfera judicial: os materiais publicitários (físicos e virtuais) divulgados pela associação atribuíam seus jardins ao trabalho de Burle Marx, que teria visitado a antiga fazenda Inhotim na década de 1980. Porém, outra versão da história aparece com o paisagista Luiz Carlos

Orsini, em 2011, que ganhou na justiça uma ação de reconhecimento da autoria²⁰ do paisagismo referente a uma área de 260.000 m² do Instituto Inhotim, projetado e executado por ele entre 2000 e 2004. O advogado de defesa de Orsini apresentou uma carta escrita por Bernardo Paz na qual ele afirma haver três especialistas envolvidos na construção dos jardins do Instituto Inhotim: “Orsini, com 90% do paisagismo, Roberto Burle Marx, com 4%, e Pedro Nehring Cesar, com 6%” (JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 2012).

No principal material publicitário divulgado pela associação atualmente não há mais menção a Roberto Burle Marx, tampouco a Luiz Carlos Orsini nem a Pedro Nehring Cesar (um dos autores dos jardins da Casa da Dinda, alvo de escândalo no governo do presidente Fernando Collor de Mello). O destaque maior é dado ao título de Jardim Botânico concedido em 2010 pela Comissão Nacional de Jardins Botânicos, que parece conferir um caráter científico – e, supostamente, mais legítimo – ao Instituto Inhotim. Ressalta-se que o fato de a razão social da associação conter a palavra “instituto” tende a ratificar essa intenção já que esse termo é mais comumente empregado para instituições de pesquisa. Todavia, conforme consta em seu endereço eletrônico, “O acervo botânico do Instituto Inhotim é representado por grupos com valor paisagístico” (INSTITUTO INHOTIM, 2015c), ou seja, o critério “valor paisagístico” parece guiar o “científico”.

Burle Marx transpôs para o Paisagismo conceitos das artes plásticas (principalmente da pintura moderna) e conhecimentos aprofundados de botânica, sendo sua “marca registrada” a preferência pela utilização de flora nativa nos projetos²¹. Seu trabalho representou um marco na história do paisagismo brasileiro e, por ter rompido com a primazia dos modelos europeus de jardins, contribuiu para a definição do jardim moderno em nível internacional (TABACOW, 1987, p. 10). Uma das maiores referências de Burle Marx foi Auguste Glaziou, engenheiro hidráulico nomeado chefe dos parques e jardins da cidade do Rio de Janeiro por Dom Pedro II, devido a seu enorme conhecimento botânico da flora brasileira (LEENHARDT, 2010, p. 13): “As realizações urbanísticas de Glaziou, e em particular a convergência que nele se concretizava de um saber botânico excepcional e de uma estética de formas precisas embora flexíveis, são da maior importância para compreendermos a gênese da obra de Burle Marx” (LEENHARDT, 2010, p. 13).

²⁰ Os projetos de paisagismo têm proteção legal como criação intelectual, de acordo com a Lei dos Direitos Autorais (Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998).

²¹ Curiosamente, Burle Marx tomou conhecimento da diversidade de espécies da flora brasileira no Jardim Botânico de Berlim-Dahlem (TABACOW, 1987, p. 10) em viagem que fez com a família quando jovem. Esse Jardim Botânico foi, em parte, um legado das viagens de Humboldt (LEENHARDT, 1996, p. 9).

A “estética” dos projetos de Glaziou “de formas precisas embora flexíveis” diz respeito à mistura feita por ele do paisagismo francês (formal) com o inglês (pitoresco), o que revela certa ambiguidade conceitual na representação da natureza. Porém, Jacques Leenhardt classifica essa mistura como uma síntese que seria capaz de anular as contradições: “Glaziou parece ter compreendido perfeitamente o sentido dessa síntese entre a presença da forma e o direito da natureza à exuberância” (LEENHARDT, 2010, p.14). A “presença da forma”, que caracterizaria os jardins franceses, diz respeito ao conceito de uma natureza domesticada e rigidamente geometrizada presente no formalismo classicista. Já “o direito da natureza à exuberância” refere-se ao conceito romântico ou idealista da natureza e remonta ao paisagismo inglês, cujo surgimento é analisado a seguir.

O Parlamento instaurado com o fim da Revolução Inglesa, em 1688, representava, notadamente, os interesses da burguesia comercial em promover o desenvolvimento da economia inglesa. Através do fortalecimento das Leis de Cercamentos (*Enclosure Acts*) no século XVIII, que incrementou significativamente a expropriação de camponeses das terras comunais, a estrutura fundiária inglesa sofreu grandes modificações: latifúndios de produção agropecuária foram constituídos pela *gentry* e forneciam matérias-primas e outros suprimentos à incipiente produção industrial têxtil. Franco Panzini aponta que

A intensificação do uso do território agrário e a construção de moradias senhoriais transformaram completamente a paisagem [da Inglaterra no século XVIII] [...] [e] não há dúvidas de que a transformação do mundo agrícola concorreu para a transformação de uma nova expressividade que se inspirava naquele contexto [...] [impulsionada por] ensaístas e literatos que apoiavam o novo regime político [monarquia parlamentarista] e que, reconhecendo no processo de colonização do campo a possibilidade de uma renovação ética e artística da ilha, construíram em torno dele um culto cenário (PANZINI, 2013, p. 437, inserções nossas).

O principal movimento que traduz a “nova expressividade” mencionada por Franco Panzini seria o Romantismo Inglês, que contribuiu para o surgimento de “uma verdadeira revolução na arte dos jardins, ou seja, a rejeição do estilo geométrico, que evoluiu entre a Itália e a França” (PANZINI, 2013, p. 437). A composição dos jardins ingleses, também chamados de parques, a partir das primeiras décadas do século XVIII e principalmente no século XIX, rechaça a rígida ordenação geométrica característica dos jardins franceses típicos e a substitui por formas mais flexíveis e orgânicas, que comportam maior variedade de espécies botânicas e que se integram ao entorno de maneira mais suave, conformando as paisagens inglesas.

Panzini mostra como membros da *gentry*, influenciados pela literatura e pela pintura da paisagem, passaram a reflorestar suas propriedades rurais como forma de manifestação cultural da nova política inglesa, que lhes concedeu melhor posição econômica. A arquitetura palladiana, inspirada no classicismo, foi resgatada para a construção de mansões rurais na Inglaterra nos séculos XVII e XVIII e a ela

enxertou-se o interesse pelo campo como lugar de produção daquela riqueza econômica que havia garantido a libertação da classe proprietária dos vínculos sociais do passado. Pela junção entre o classicismo das moradias e o cenário dos latifúndios, forjou-se a identidade de um novo estilo na arquitetura da paisagem, no qual os parques constituíam uma metáfora da liberdade britânica (PANZINI, 2013, p. 440).

Os jardins chineses foram uma influência decisiva para o surgimento do paisagismo inglês. Missionários jesuítas expedidos à China no século XVI enviaram relatos dos diferentes jardins orientais de “estética baseada na surpresa, na assimetria, na manipulação das formas naturais e começaram até a recomendar esse estilo aos europeus, apontando nele uma pronunciada economia de meios e gestão, em contraposição ao custo exorbitante dos grandes parques formais à francesa” (PANZINI, 2013, p. 445). As descobertas dos viajantes naturalistas do fim do século XVIII e no XIX promoveram o desenvolvimento da História Natural e também geraram um maior interesse pelo “mundo selvagem”. Entretanto, é preciso considerar com ressalvas as influências que envolveram o surgimento do paisagismo inglês já que esse não representou apenas um novo “gosto” estético. Raymond Williams faz um alerta fundamental:

É igualmente significativo que a história da paisagem inglesa no século XVIII seja tradicionalmente vista por uma perspectiva distorcida, a qual chega a dar a impressão – aliás, isto é dito e repetido – de que o proprietário rural setecentista, através dos paisagistas por ele contratados e com o auxílio dos poetas e pintores, inventou a beleza natural. E, de certo modo, por que não? Dentro da mesma visão ideológica, ele inventou a caridade, o melhoramento da terra e a polidez, do mesmo modo como ele e seus semelhantes foram para terras de outros homens e, dessa forma, “descobriram” essas terras.

Mas a verdadeira história é muito, muito mais complicada. O que houve foi a aplicação, em certas circunstâncias socioeconômicas especiais, de ideias que, por si sós, nada tinham de novas. No entanto, como sempre ocorrem nesses casos, a aplicação específica de tais ideias num contexto social concreto teve efeitos novos e singulares (WILLIAMS, 2011, p. 201-2).

A mudança no processo de reprodução social ocorrida no momento histórico em que surge o “gosto” pela paisagem na Inglaterra corresponderia à separação entre produção e consumo. De um lado, o melhoramento da agricultura e do pastoreio impulsiona as classes

dos grandes proprietários de terras, do outro, esses organizam a terra para consumi-la, eliminando os “perturbadores” signos do trabalho, ou melhor, dos trabalhadores:

O traçado geométrico dos cercamentos, com suas sebes e estradas retilíneas, é contemporâneo das curvas e irregularidades das paisagens dos parques. E, no entanto, são partes inter-relacionadas de um mesmo processo, que se opõe superficialmente em termos de gosto, mas apenas porque, num dos casos, a terra está sendo organizada para a produção, para ser trabalhada por arrendatários e trabalhadores; enquanto no outro está sendo organizada para o consumo: a vista, o descanso organizado do proprietário, a paisagem. De fato, pode-se mesmo dizer dessas paisagens construídas do século XVIII que elas não apenas constituem o ápice da arte rural burguesa, mas que também são concretizações, nos terrenos imediatamente abaixo das janelas e varandas, daquilo que Jonson havia imaginado em Penshurst: uma paisagem rural esvaziada do trabalho e dos trabalhadores rurais; uma vista de bosques e águas, contendo centenas de analogias com a pintura e a poesia neobucólicas, da qual os fatos referentes à produção foram excluídos [...]; alamedas que iam até serras distantes, onde nenhum detalhe perturbava a vista geral; e via-se essa paisagem de cima, dos novos sítios elevados; as amplas janelas, os terraços, os gramados; as perspectivas abertas; a manifestação de controle e domínio (WILLIAMS, 2011, p. 208-9).

Percebe-se que a paisagem inglesa também é criada na mente, e esses novos pensamentos possuem correspondência material na formação de uma nova classe: o olhar sobre a paisagem é um olhar consciente sobre si próprio e, “o que estava sendo feito por essa nova classe, com um novo capital, novos equipamentos e novos especialistas contratados, era de fato, uma redistribuição da ‘Natureza’ de modo a adaptá-la a seu ponto de vista” (WILLIAMS, 2011, p. 206). Embora as forças produtivas gestadas no século XVIII já representassem certo “desencantamento do mundo”, a mudança na maneira de apreciar a natureza proviria mais de sua idealização (expressa esteticamente) do que de sua dominação técnica efetiva:

mais do que a eficácia técnica ou o controle que efetivamente se tem dos fenômenos (e cuja difusão em larga escala deve ser situado antes no século XIX do que no XVII ou XVIII), o que importa para a nova relação com a natureza é o seu domínio no plano teórico e, sobretudo, imaginário (KAPP, 2004, p. 58).

A separação entre produção e consumo pareceu ter possibilitado certo descolamento da estética em relação à economia. Ao mesmo tempo em que a revolução agrícola sistematiza e racionaliza a natureza, conceitos idealistas de uma “natureza selvagem” e do “belo natural” transbordam nos jardins limítrofes às áreas de cultivo e criação. Assim, a rejeição inglesa à excessiva formalização dos jardins franceses e a absorção de elaborações estéticas do romantismo inglês podem representar mais uma oposição ao antigo regime – e à afirmação do liberalismo econômico – do que o desenvolvimento “desinteressado” de um

novo “estilo” paisagístico. Vale a pena lembrar que as guerras civis que ocorreram durante a Revolução Inglesa (século XVII) e a expansão da indústria naval causaram a destruição e o desmembramento de muitos jardins ingleses, cuja composição geometrizada servia de emblema do poder do rei e da alta aristocracia feudal (PANZINI, 2013, p. 434 e 437):

Para Shaftesbury, os jardins de Versailles representam o espírito do absolutismo, ao passo que o “selvagem” [dos jardins ingleses] torna-se uma imagem da liberdade humana. Essa reação aponta para uma apreciação da natureza bruta, tal como abordada no item anterior [sobre o “belo natural”] (KAPP, 2004, p. 69, inserções nossas).

Como um desdobramento da revolução agrícola e das políticas de cercamentos – que lançaram as bases para a revolução industrial –, a significativa urbanização do início do século XIX acabou contribuindo ainda mais para reafirmar a ideia romântica da natureza. As condições de vida nas cidades em expansão se deterioraram expressivamente com o aumento da poluição do ar e da água, fazendo dos parques ingleses locais de refúgio e lazer. Antonio Diegues (2001) argumenta que o paisagismo inglês e a urbanização foram importantes elementos na construção do ideário conservacionista americano pautado pelo “mito da natureza intocada”, que teria conduzido a criação dos primeiros parques e reservas naturais nos Estados Unidos em meados do século XIX.

Todavia, a evolução do paisagismo a partir do surgimento e desenvolvimento das grandes cidades industriais, ainda que tenha conservado traços da visão idealista da natureza, também caminhou para a crescente funcionalização do desenho:

Na fruição da natureza tanto quanto no desenho paisagístico, parece-me haver um encadeamento histórico de prescrição, crítica e sistematização muito semelhante àquele já mencionado em relação às teorias estéticas: um empenho no regramento desperta reações críticas que, em seguida, são incorporadas sistematicamente às próprias regras e postas a seu serviço. [...] no desenho paisagístico: o caráter despótico do jardim francês suscita tentativas de inversão nas quais, ao menos aparentemente, a natureza possa comparecer sem adestramento; mas, mais tarde, essas porções “selvagens” acabam funcionalizadas por sua vez (KAPP, 2004, p. 77).

Portanto, se nos primeiros parques ingleses buscava-se libertar as formas do adestramento da natureza, o paisagismo moderno que enxerga nesse movimento a definição de um estilo atua no sentido de instituir as formas dessa suposta liberdade, com o objetivo de forjar, no plano estético que se pretende total, uma relação harmoniosa entre homem e natureza. A funcionalização do desenho paisagístico baseado nessas concepções idealistas da natureza “obriga a ações sobre o material – no caso, sobre o sítio original e sua vegetação – mais cuidadosas do que quando se almeja a ilusão de domínio absoluto [da natureza]” (KAPP,

2004, p. 73-4, inserção nossa). Porém, os espaços produzidos através dessas técnicas são, muitas vezes, vistos como “espaços naturais” graças ao fetichismo que coisifica e dissimula as relações sociais (relações de trabalho) envolvidas nesse processo.

Algumas elaborações teóricas de Burle Marx contribuem bastante para isso, pois reproduzem a visão do “belo natural”, dado *a priori*. Para ele, “Na criação da natureza não existe planta feia, mas, dispondo erroneamente, ignorando seu caráter, as plantas podem parecer inaceitáveis. E quando isso acontece, a culpa é exclusivamente do homem” (BURLE MARX, 2004, p. 64). Durante a mesma conferência em que Burle Marx fez tal afirmação, foi possível constatar a ambiguidade de seu conceito da natureza, cuja beleza seria tanto inerente a si mesma, quanto produto da arte e do trabalho humanos:

Encontrei recentemente, na Serra do Sincorá, na Bahia, um *perfeito jardim natural*. Ali, em terrenos graciosos, lagos e taludes de rocha estratificada, cresciam clúsias de folhas brilhantes em verde-escuro, cor que se repetia nos antúrios e nas folhas de certas orquídeas. Havia bromeliáceas douradas, verdes e acinzentadas, bromélias prateadas e uma com uma lista purpúrea, minúsculas eufórbias, pequenas quaresmeiras e alguns cactos. Era um acontecimento cromático, no qual os volumes se ligavam e estabeleciam relações, a textura das pedras se harmonizava com a das plantas. Havia planos intermediários entre o lajedo e a paisagem de fundo de vale, havia um enorme silêncio, povoado de pequenos e imperceptíveis sons que fazem a música da natureza; e a luz em torno era forte, mas não dura. *Nada estava errado. Este é o equilíbrio que se encontrava na natureza. Jardim, entretanto, é natureza organizada, onde a intenção do artista é pôr em evidência a beleza das cores e das formas, do ritmo, dos volumes ordenados. É estabelecer harmonias, criar contrastes, o conjunto sendo uma trama de elementos, todos indispensáveis* (BURLE MARX, [1962] 2004, p. 62-3, grifos nossos).

A busca pelo estabelecimento de *harmonias* através da produção paisagística ignora a dimensão da (re)produção do espaço, que promove uma organização e funcionalização da vida social ao nível da totalidade. Ainda que a natureza representada em certos jardins ou demais “espaços verdes” possa aparentar não estar completamente dominada pelo homem – devido a traços mais “selvagens” ou “orgânicos” –, o espaço no qual e através do qual essa produção ocorre já o é.

A consolidação do urbanismo no século XX na Europa e nos Estados Unidos manifestou a crescente dominação do espaço, e o paisagismo moderno exerceu uma de suas atribuições: projetar e delimitar eficazmente os locais destinados ao lazer e ao divertimento do “homem-tipo” das grandes cidades, de modo a satisfazer sua necessidade por “cultivar o corpo e o espírito” (CHOAY, 1965, p. 21). A construção de praças, jardins e parques urbanos também tinha a função de “higienizar” as cidades e, com isso, acabou contribuindo para

legitimar as grandes reformas urbanas que objetivaram remover os habitantes mais pobres dos centros das cidades: “A passagem do século XIX para o XX foi marcada pelo reconhecimento da importância da vegetação no espaço urbano como fator de salubridade. Nesse período, a consolidação da disciplina urbanística evidenciou a importância de áreas verdes das cidades” (SEGAWA, 2010, p. 43).

A confiança na forma urbana como capaz de solucionar os problemas das grandes cidades deriva de uma visão normativa e instrumental que pode ser identificada em planos como a Cidade-Jardim de Ebenezer Howard. Ela incide sobre a urbanização brasileira no começo do século XX, a exemplo da construção de luxuosos bairros paulistas como o Jardim América e o Alto de Pinheiros (SEGAWA, 2010, p. 47). A respeito dessa lógica da forma urbana e do plano como um modelo para o urbanismo das cidades, Ester Limonad afirma que

Suas raízes reportam-se aos planos higienistas do século XIX e às propostas de embelezamento urbano do movimento *City Beautiful*, que ganharam laivos de modernidade e racionalidade técnico-científica com a emergência do Urbanismo Modernista no século XX fundamentado nas propostas dos congressos internacionais de arquitetura moderna (LIMONAD, 2015, p. 80).

A partir da segunda metade do século XX, ficou evidente que o modelo da forma urbana não alcançava a complexidade dos problemas enfrentados nas grandes cidades. Outras abordagens de caráter processual foram elaboradas, destacando-se o planejamento urbano racional-compreensivo e suas variações (LIMONAD, 2015, p. 81). Buscando ser mais “democrático” ou “inclusivo”, esse modelo de planejamento fez do “plano em si um elemento secundário, a ser definido gradualmente no decorrer de sua implementação, o que abre, inclusive, a possibilidade de discussão, ainda que limitada, com a população-alvo” (LIMONAD, 2015, p. 84).

Entretanto, as mudanças políticas e econômicas decorrentes do neoliberalismo, nas duas últimas décadas do século XX, provocaram um resgate do modelo da forma urbana, porém atrelado, agora, a certos aspectos processuais que consideram as necessidades do mercado (e não mais do “homem-tipo”). Tratam-se das “propostas de planejamento estratégico, de planejamento libertário e do novo urbanismo (*new urbanism*), bem como [d]as propostas de renovação urbana de áreas degradadas por parte de arquitetos-urbanistas icônicos de vanguarda” (LIMONAD, 2015, p. 84), comentadas no começo desse capítulo.

A propagação da questão ambiental, gestada no mesmo período, teve grande influência sobre a formação do paisagismo contemporâneo, especialmente no Brasil onde é fundada a Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (Abap) em 1976. A significativa expansão da população urbana, o movimento ambientalista e os modelos de planejamento

estratégicos das grandes cidades são, portanto, os fatores de um contexto histórico no qual se aumenta a demanda pela produção da Arquitetura da Paisagem, que vem buscando conquistar autonomia na formação acadêmica e profissional.

A produção imobiliária e os grandes projetos de revalorização urbana de áreas industriais decadentes e centros degradados, ou de novas áreas de expansão, em ações conjuntas com o Estado, passaram a incorporar projetos paisagísticos como estratégia mercadológica. As pretensas soluções para a “crise das cidades” perpassam agora, necessariamente, pela “(re)introdução da natureza” no tecido urbano, por meio da: arborização de ruas, canteiros e calçadas; construção de parques urbanos (destaque para os parques lineares), praças vegetadas, fontes e lagoas; reabertura de leitos de rios tamponados; e, inclusive, do incentivo a algumas práticas de agricultura urbana em hortas e canteiros. Nos “espaços privados” como casas, prédios e condomínios residenciais ou comerciais, esse “fenômeno” aparece na construção de jardins internos e externos, piscinas, fontes, lagoas, áreas de lazer vegetadas e, mais recentemente, nas chamadas paredes e telhados verdes, os “jardins verticais” ou muros vegetados nas fachadas de sofisticados edifícios:

As intervenções realizadas no período [das décadas de 1980 e 1990] atrelavam a ideia de renovação pontual do tecido ao discurso de reversão da crise urbana, prometendo gerar um grande impacto positivo no ambiente construído das cidades, através de estímulos ideológicos (ordenação da vida social, civismo urbano, reconversão da imagem urbana) e econômicos (vinculados à lógica do mercado imobiliário). Os espaços livres públicos passaram a configurar-se como pontos-chave, em uma acupuntura urbana que buscou reformular a significação simbólica e a ordenação dos lugares.

[...]

Em relação aos espaços livres associados a edificações, uma parcela significativa do mercado profissional direcionou-se à organização de jardins residenciais em suas diversas escalas, desde jardins em residências unifamiliares a tratamentos paisagísticos em condomínios fechados. Os empreendimentos imobiliários nas áreas valorizadas das principais cidades brasileiras – no Rio de Janeiro, a Barra da Tijuca é caso exemplar – utilizaram-se cada vez mais dos espaços livres como elemento de valorização do solo urbano privado. Nesse contexto, proliferaram-se também os jardins sobre lajes” (SCHLEE, 2010, p. 126 e 152).

A perspectiva da chamada sustentabilidade urbana, que engloba o Urbanismo Sustentável, a Ecologia Urbana e o Urbanismo Ecológico – este último encabeçado pela Escola de Pós-Graduação em Design da Universidade Harvard, (DALBELO & RUTKOWSKI, 2015) – tem ganhado destaque. Apesar de entenderem as cidades como organismos vivos e, portanto, extremamente complexos, essas abordagens insistem em propor soluções pautadas essencialmente pela forma urbana, como se o desenho estético fosse capaz de resolver problemas e contradições originadas no âmbito das relações sociais.

Em geral, podemos dizer que o paisagismo e a arquitetura paisagística contemporâneos, bem como as variações do urbanismo ecológico, ao mesmo tempo em que resgatam uma visão romantizada da natureza como “refúgio” ou “paraíso perdido”, onde o homem viveria em harmonia com a natureza, disseca e funcionaliza a natureza através do mecanicismo da ciência moderna que pretende dominá-la por completo, o que produz contradições teóricas e práticas despercebidas por aqueles que veem tais iniciativas simplesmente como “benéficas à sociedade”:

A tendência projetual predominante na concepção dos espaços livres associou a linguagem formalista à organicista, incorporando muitas vezes o discurso preservacionista, mesmo que apenas nas intenções de projeto. O panorama das composições paisagísticas relacionadas ao redesenho urbanístico e à proteção e recuperação ambiental permite perceber que a tendência projetual predominante manteve a associação com a estrutura formal de influência modernista, sob novas leituras funcionais (SCHLEE, 2010, p. 162).

Os grandes empreendimentos imobiliários situados no Eixo Sul da metrópole de Belo Horizonte, onde há um conjunto de Unidades de Conservação, incorporaram o discurso da sustentabilidade urbana. Eles utilizam representações romantizadas da natureza na promoção de suas mercadorias, destacando-se o caso dos “condomínios fechados” com seus projetos paisagísticos e suas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). O Instituto Inhotim contribui fortemente para a consolidação da “vocalização ambiental” desse fragmento da metrópole. Nele encontram-se as mais expressivas referências de uma natureza idealizada, supostamente capaz de trazer harmonia para a vida humana que teria sido perdida nos centros urbanos, como será analisado no próximo capítulo.

Paradoxalmente, de base e meio para a produção de mercadorias, a natureza “pura” se torna uma mercadoria, suas qualidades úteis passam a ter um correspondente valor de troca, comercializado no processo de (re)produção do espaço. A instituição de unidades de conservação e a construção de “espaços verdes” são, muitas vezes, conduzidas e executadas por produtores imobiliários para incrementar a rentabilidade de seus empreendimentos.

Muito estranhamente, o *direito à natureza* (ao campo e à “natureza pura”) entrou para a prática social há alguns anos em favor dos *lazer*s. Caminhou através das vituperações, que se tornaram banais, contra o barulho, a fadiga, o universo “concentracional” das cidades (enquanto que a cidade apodrece ou explode). Estranho percurso, dizemos: a natureza entra para o valor de troca e para a mercadoria; é comprada e vendida. Os *lazer*s comercializados, industrializados, organizados institucionalmente, destroem esta “naturalidade” da qual as pessoas se ocupam a fim de traficá-la e trafegar por ela. A “natureza”, ou aquilo que é tido como tal, aquilo que dela sobrevive, torna-se o gueto dos *lazer*s, o lugar separado do gozo, a aposentadoria da “criatividade”. Os urbanos transportam o urbano consigo,

ainda que não carreguem a urbanidade! (LEFEBVRE, 1969, p. 107-8, grifos do autor).

Assim como as mercadorias culturais parecem ser mais “especiais” e distintas do que as demais mercadorias, algo semelhante ocorre com as mercadorias “naturais” promovidas pelo urbanismo contemporâneo, sendo ambas cruciais à fase crítica de acumulação capitalista. Sobretudo, a “cultura do verde” pode ser vista como um desdobramento da Indústria Cultural e segue lógica semelhante: no caso desta, a tentativa de trazer a arte para a vida se transformou em estetização das mercadorias e massificação no consumo de mercadorias culturais. Analogamente, no caso da “virada ambiental”, a aproximação da natureza com a vida cotidiana se tornou “ecologização” das mercadorias. A produção em massa de mercadorias “ecologicamente corretas”, como embalagens biodegradáveis, e o aumento na produção de “espaços verdes”, como jardins e parques, raramente trazem à pauta a redução do consumo para conter o desperdício ou o modo como essas mercadorias são insustentavelmente produzidas. Da mesma maneira que a estetização das mercadorias não diz respeito a um sentido estrito de sensibilidade (mas talvez de anestesia), a produção de mercadorias ecológicas também não promove uma efetiva biodiversidade ou sustentabilidade e nem mesmo caminham nesse sentido. Elas, sim, abriram uma nova frente promissora de concorrência no mercado, pois, além de estimularem o consumo, também podem contribuir para promover a tão desejada *singularidade*, necessária às rendas monopolistas, ao se constituírem como *novas raridades* (LEFEBVRE, 2008). Com a criação das “tecnologias verdes” e dos “designs ecológicos”, aumenta-se novamente a possibilidade de expansão do mercado consumidor por meio da obsolescência das mercadorias “atrasadas” tecnologicamente. Um relatório da Organização das Nações Unidas-ONU intitulado “*Green Economy and Trade: Trends, Challenges and Opportunities*”, publicado em 2013 (UNEP, 2013), aponta que a Economia Verde poderia ser uma resposta à crise econômica de 2008, uma vez que “produtos e serviços sustentáveis” poderiam estimular e reaquecer o crescimento econômico mundial.

Apesar do caráter científico que a Arquitetura Paisagística ou o Urbanismo Ecológico procuram incutir, por exemplo, nos cálculos de “área verde por habitante” ou na otimização dos desenhos urbanos, a necessidade de “contato com a natureza” no urbano como forma de proporcionar uma melhor “qualidade de vida” é produzida pelo mercado sob a mesma lógica descrita por Adorno e Horkheimer (1985) para a regressão infantil presente na Indústria Cultural: quem dita a quantidade, a qualidade, o tempo e a forma de contato dos

sujeitos com a natureza não são os próprios sujeitos, mas sim as necessidades da reprodução do capital. Além de impossibilitar ou dificultar outras formas de apropriação da natureza e do espaço, tais necessidades impostas impedem que os sujeitos tenham autonomia para saber que tipo de apropriação desejam, ou mesmo que saibam que poderiam ter essa autonomia. Os “espaços verdes”, que se inserem no que a Arquitetura Paisagística chama de “Sistema de Espaços Livres”, são extremamente funcionalizados e respondem às determinações mais amplas de reprodução do espaço, que organiza o urbanismo a seu favor.

Após as análises apresentadas nesse capítulo, é possível concluir que a “virada cultural” e a “virada ambiental” servem para colonizar tanto o chamado “tempo livre” quanto os “espaços livres”, submetendo-os às necessidades da acumulação capitalista. Essa imbricação exige que sejam tratadas levando em conta uma discussão mais ampla sobre as condições da reprodução social contemporânea já que a produção do espaço se tornou essencial nesse processo,

definindo novas necessidades e padrões do morar, divertir-se e locomover-se, não apenas com as imagens criadas para promovê-las, mas, sobretudo, a partir das novas mercadorias construídas para esse fim: condomínios residenciais, shoppings, centros empresariais, museus, parques e universidades. Desse modo, a transformação de antigas áreas portuárias e/ou industriais em centros de turismo, do terciário avançado, do capital financeiro, dos negócios imobiliários e de novas formas de habitação não significa mera mudança de função ou de atividades, mas demonstra a possibilidade de entendimento da reprodução no atual momento histórico, uma vez que revela novas formas de habitar e de o habitante se relacionar com a cidade, assim como a fragmentação da vida cotidiana, a arte como objeto de consumo e a natureza como adereço e mercadoria (ALVAREZ, 2012, p.79).

As Unidades de Conservação e o Instituto Inhotim – funções especiais

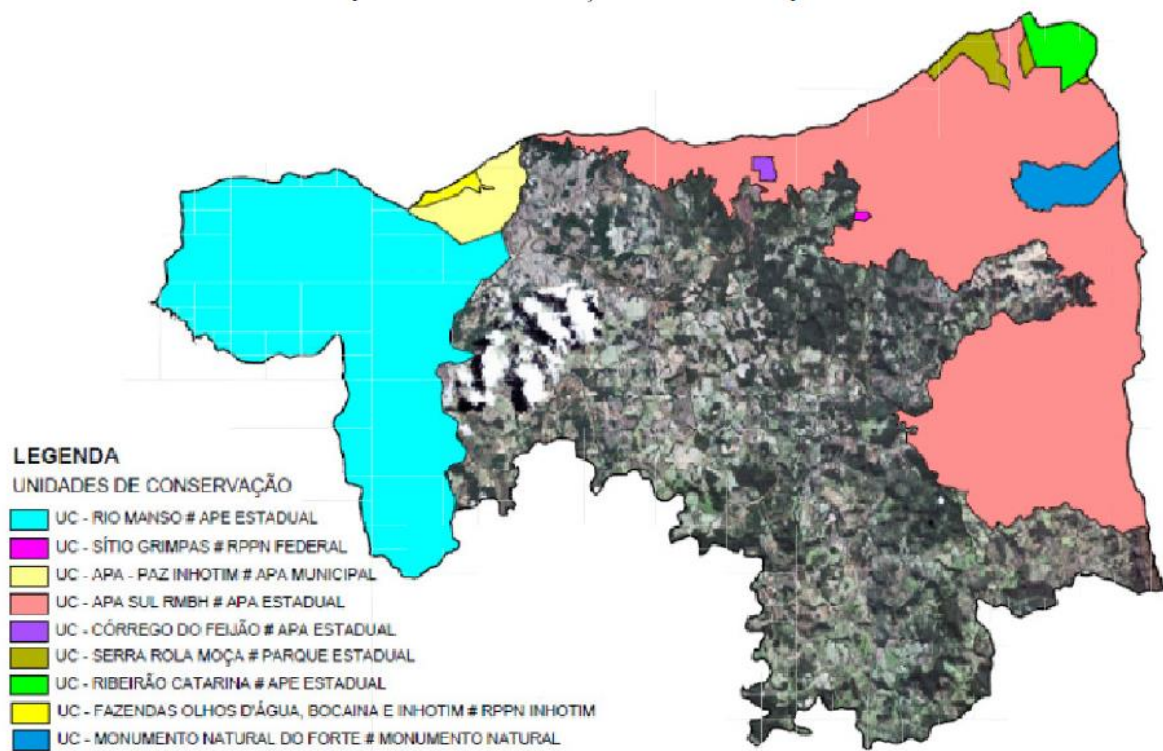
O Instituto Inhotim congrega obras de importantes paisagistas brasileiros, como Burle Marx e Luiz Carlos Orsini, e faz enormes investimentos em desenvolvimento botânico, o que expande as possibilidades de produção de monopólios. No ano de 2010, a associação recebeu o título de Jardim Botânico pela Comissão Nacional de Jardins Botânicos-CNBJ, graças à inserção e reprodução de grande número de espécies vegetais, em especial de exóticas e raras, e às pesquisas botânicas e práticas de educação ambiental realizadas no instituto:

Ao todo, são cerca de 5.000 acessos, representando 181 famílias botânicas, 953 gêneros e pouco mais de 4.200 espécies de plantas vasculares. Tamanha diversidade faz do Jardim Botânico Inhotim (JBI) um espaço único, possuindo a maior coleção em número de espécies de plantas vivas entre os jardins botânicos brasileiros. O Inhotim tem uma das mais relevantes coleções de palmeiras do mundo, com aproximadamente 1.400 espécies, mais de 1.800 acessos e um total de mais de 20 mil indivíduos (entre plântulas e indivíduos adultos). A coleção de *Arecaceae*, família que inclui imbés, antúrios e copos-de-leite, é a maior da América Latina, com mais de 600 acessos e cerca de 450 espécies. As orquídeas estão representadas por aproximadamente 420 acessos e têm mais de 330 espécies (INSTITUTO INHOTIM, 2015b).

Além desse acervo, o Instituto Inhotim está inserido em duas áreas de proteção (FIGURA 11): a Área de Proteção Ambiental-APA Paz Municipal de Inhotim e a Reserva Particular do Patrimônio Natural-RPPN Inhotim, criadas nos anos de 2003 e 2010 respectivamente. A proposta de criação da APA, que a denominava de APA Municipal de Inhotim, teve o nome Paz incluído apenas no momento de promulgação de sua criação. Sua justificativa pautou-se na importância da proteção de recursos vegetais e hídricos do município, vulnerabilizados diante das atividades de expansão imobiliária e turística e da mineração (PEREIRA, MUNGAI & RODRIGUES, 2004, p. 359).

A RPPN Inhotim pertence à empresa Horizontes Ltda. e foi decretada pela Portaria ICMBio/MMA nº 41, de 05 de maio de 2010 (DOU, 2010), referente a uma área total de 145,37 ha (FIGURA 12). A Portaria ICMBio nº 85, de 28 de julho de 2014 (DOU, 2014), revogou a Portaria 41/2010 e aumentou a área total da RPPN, que passou a ter de 249,36 ha (FIGURA 13). Nota-se que essa RPPN funciona como um cinturão que barra, a norte, o avanço da atividade de mineração vizinha à área do Instituto Inhotim, e, a sul, o avanço da expansão urbana do distrito de Conceição do Itaguá.

Figura 11 – Unidades de Conservação em Brumadinho: APA Paz Municipal de Inhotim e RPPN Inhotim



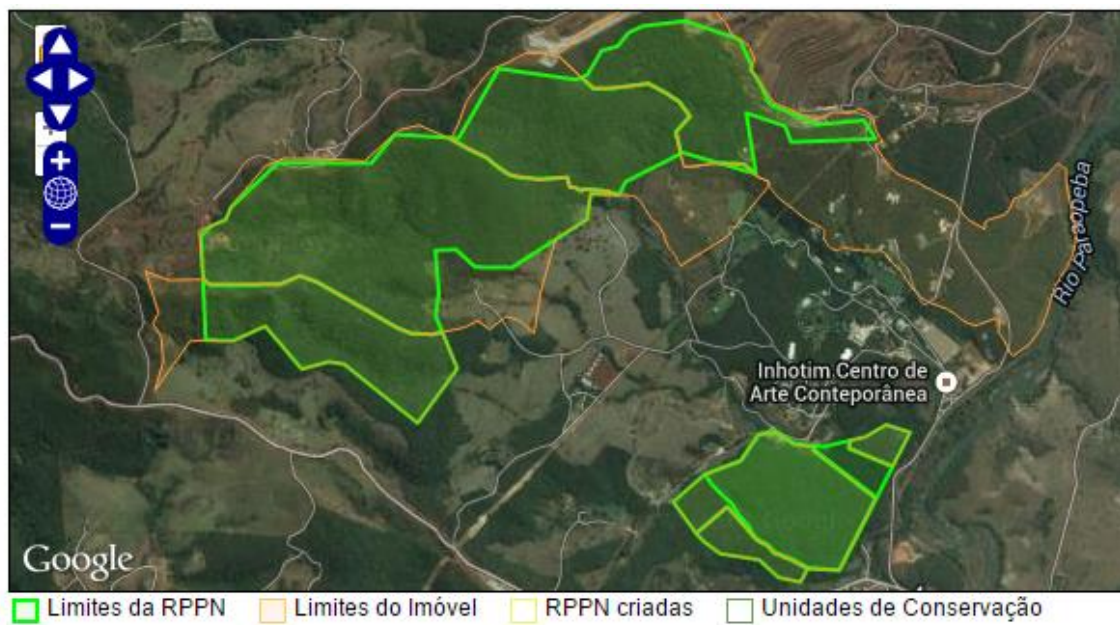
Fonte: Prefeitura de Brumadinho (2006)

Figura 12 – Figura da RPPN Inhotim em 2010



Fonte: ICMBio, 2010.

Figura 13 – Figura da RPPN Inhotim em 2014



Fonte: ICMBio, 2014.

Dentre as vantagens que as reservas particulares apresentam, destacam-se: direito de propriedade preservado, isenção do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural-ITR, prioridade na análise dos projetos pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente-FNMA, e possibilidades de cooperação com entidades privadas e públicas na proteção, gestão e manejo da unidade. Em relação à APA, os zoneamentos podem servir como forma de melhor controlar a produção do espaço no entorno do Instituto Inhotim, notadamente a expansão urbana de Brumadinho e a extração de minério de ferro, que poderiam comprometer a valorização imobiliária local. Nota-se como mecanismos institucionais que objetivam a preservação ambiental também se inserem na lógica de produção do espaço que faz da natureza um importante veículo de valorização. A formação da Apa Sul é um nítido exemplo desse processo (FREITAS, 2004; COSTA, 2006, LASCHEFSKI, 2006).

A exposição de alguns elementos centrais do contraditório processo de produção e expansão do Instituto Inhotim e da metropolização de Belo Horizonte em sua porção sul indica haver um expressivo fetichismo da natureza, capaz de encobrir tais contradições. O próximo capítulo apresenta uma incursão teórica em algumas obras de Karl Marx e Friedrich Engels que possam nos auxiliar na elaboração de uma resposta crítica a esse processo.

3 – CRÍTICA AO FETICHISMO DA MERCADORIA NATUREZA

A crítica de Marx à filosofia especulativa presente nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844 e n' *A Ideologia Alemã* indica como Hegel opera uma cisão que opõe homem e natureza ao alegar que a verdadeira essência do homem seria a subjetividade, representada pelo espírito autoconsciente livre de quaisquer determinações objetivas (materiais) (GONTIJO, 2007, pp. 46-7). Para alcançar esse estado considerado superior por Hegel, seria necessário negar o reconhecimento de si na natureza e, com isso, suprimi-la, de modo a confirmar a autoconsciência subjetiva do homem (BRITO, 2014). Hegel nega qualquer imposição que a natureza possa ter sobre o homem e, desse modo, a torna passível apenas de contemplação – para Marx, uma contemplação tão abstrata quanto sua intuição no movimento da consciência (BRITO, 2014). Erik Gontijo resume essa questão:

Ora, Hegel supõe uma clivagem entre subjetividade e objetividade; partindo daquela, o dualismo [entre sujeito e objeto] só pode ser resolvido na dissolução do segundo termo no primeiro. Resta, pois, que o homem, por essência, é pura subjetividade [autoconsciência]. [...]. Hegel, portanto, não reconhece uma objetividade que não seja alheia e estranha à essência humana; não se trata, pois, de discernir objetos especificamente estranhos, mas simplesmente de elevar o estranhamento a toda e qualquer objetividade (GONTIJO, 2007, pp.47-8).

Marx, ao contrário, afirma que a natureza é uma categoria concreta do real que existe objetivamente, e sua característica essencial é justamente a *objetividade* expressa em sua existência sensível. Nesse sentido, o homem é um ser também objetivo uma vez que é “desde a origem, *natureza*. [...] é imediatamente *ser natural*” (MARX, 2010, p. 127, grifos do autor) e, por isso, a natureza impõe a ele uma determinação inicial intransponível.

“Como ser natural, e como ser natural vivo, [o homem] está, por um lado, munido de *forças naturais*, de *forças vitais*, é um ser natural *ativo*; estas forças existem nele como possibilidades e capacidades [...], como *pulsões*” (MARX, 2010, p. 127, grifos do autor). Por outro lado, continua Marx, ser objetivo em sua essência implica ao homem uma constante e indispensável carência de objetos *exteriores* a si próprio, sem os quais não seria possível exercer suas forças essenciais: “enquanto ser natural, corpóreo, sensível, objetivo, ele [o homem] é um ser que *sofre*, dependente e limitado, assim como o animal e a planta, isto é, os *objetos* de suas pulsões existem fora dele, como *objetos* independentes dele” (MARX, 2010, p. 127, grifos do autor).

A atividade vital dos seres naturais, o movimento de constante apropriação de objetos exteriores, implica que haja uma relação concreta e inevitável entre eles, pois “Um ser que não seja ele mesmo objeto para um terceiro ser não tem nenhum ser para seu *objeto*, isto é, não se comporta objetivamente, seu ser não é nenhum [ser] objetivo. Um ser não objetivo é um *não-ser*” (MARX, 2010, p. 127, grifos do autor e inserção do editor). Os seres se apropriam dos objetos com suas forças essenciais – o que inclui a subjetividade – e a interação sensível que ocorre entre eles nesse processo é dinâmica e dialética, isto é, capaz de transformar os objetos e fazer surgir novas objetividades.

Ressalta-se que, em oposição a Hegel, Marx considera a subjetividade como um *atributo* das forças essenciais cuja ação é também objetiva, ou seja, a subjetividade “não é anterior à objetividade e nem flutua no ar, mas é predicado de certas forças objetivas” (GONTIJO, 2007, p. 52-3). Entretanto, não é a mera subjetividade que distingue o homem dentre os demais animais, já que, como expõem Marx e Engels no trecho abaixo, a consciência primordialmente assemelha os homens com os outros seres que também têm que enfrentar o mundo natural para se manterem vivos. A consciência, à princípio, advém deste enfrentamento imediato necessário a todos os animais:

a consciência é, naturalmente, antes de tudo a mera consciência do meio sensível *mais imediato* e consciência do vínculo limitado com outras pessoas e coisas exteriores ao indivíduo que se torna consciente; ela é, ao mesmo tempo, consciência da natureza que, inicialmente, se apresenta aos homens como um poder totalmente estranho, onipotente e inabalável, com o qual os homens se relacionam de um modo puramente animal e diante do qual se deixam impressionar como o gado; é, desse modo, uma consciência puramente animal da natureza” (MARX; ENGELS, 2013, p. 35, grifos dos autores).

Até esse ponto de nossa exposição acerca de alguns aspectos elaborados por Marx sobre o ser humano, a vida foi apresentada apenas como vida *natural*, posta imediatamente pela determinação da natureza; a objetividade, a subjetividade e também a sociabilidade humana foram tomadas tão-somente como aparecem naturalmente nos seres efetivos. O principal alvo de Marx com essa abordagem era rechaçar o idealismo hegeliano que pregava a negação da objetividade do homem e a afirmação da autonomia da consciência humana no estabelecimento da realidade. Sua finalidade não era simplesmente construir uma nova filosofia teórica, mas sim esclarecer que seria somente através da ação objetiva do homem real que o mundo real poderia ser transformado, que “só é possível conquistar a libertação real no mundo real e pelo emprego de meios reais” (MARX; ENGELS, 2013, p. 29).

Contudo, a análise marxiana não se encerra na verificação da sensibilidade (objetividade) do homem e da natureza, uma elaboração que já havia sido feita por Feuerbach (Marx e Engels destacam os escritos de *Princípios da filosofia do futuro*, publicados por Feuerbach em 1843). O intuito de Marx, especialmente no momento da escrita da primeira parte d'A *Ideologia Alemã*, era apresentar as limitações do materialismo feuerbachiano, pois, ainda que ele representasse certo avanço na crítica do idealismo hegeliano, não teria conseguido escapar completamente deste já que na obra de Feuerbach a historicidade e a atividade social humana não alcançam nem modificam a própria natureza, que ainda aqui é tomada estaticamente. Nas palavras de Marx e Engels, Feuerbach “não vê como o mundo sensível que o rodeia não é uma coisa dada imediatamente por toda a eternidade e sempre igual a si mesma, mas [...] um produto histórico [da sociedade], o resultado da *atividade* de toda uma série de gerações” (MARX; ENGELS, 2013, p. 30, grifos nossos). Portanto, observar a sociedade e a natureza apenas em sua aparência empírico-sensível imediata, como faz Feuerbach, conduz a uma apreensão ainda abstrata das mesmas (GONTIJO, 2007, p. 66) Ao anular o caráter histórico da produção humana na/da natureza, o materialismo feuerbachiano, tido por Marx como mecânico, “Não nos dá nenhuma crítica das condições de vida atuais” (MARX; ENGELS, 2013, p. 32).

O avanço analítico de Marx está na compreensão da relação homem-natureza “enquanto totalidade concreta, viva e processual” (GONTIJO, 2007, p. 66), no fato de que o autor “não se satisfaz com o reconhecimento empírico da realidade imediata, e aprofunda em direção à sua ‘essência’ social, cotidiana e historicamente formada” (GONTIJO, 2007, p. 113). Para isso, ele localiza uma categoria central: a *atividade sensível*, uma “atividade que envolve objetividade e subjetividade, entrelaçadas na produção material, [e] que faz da vida do homem uma forma radicalmente nova de existência, distinta e mais complexa do que todo movimento da natureza” (COSTA (b), 2006, p. 3).

Como visto acima, a atividade vital dos seres vivos é a apropriação dos objetos exteriores necessários à sua sobrevivência realizada em intercâmbio com outros seres naturais, e serão as características específicas dessa atividade que determinarão o modo de ser de cada espécie (TEIXEIRA, 1999, p. 180 *apud* GONTIJO, 2007, p. 82). O homem se distingue dos demais animais por fazer “da sua atividade vital mesma um objeto de sua vontade e de sua consciência. [...] No modo (*Art*) da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de uma *species*, seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem. A vida mesma aparece só como *meio de vida*” (MARX, 2010, p. 84, grifos do autor). Sendo assim, a singularidade do ser humano é expressa pela realização da atividade

sensível, uma autoatividade²² de mediação com a natureza na qual ele mobiliza suas forças essenciais e produz a si próprio – social e historicamente. Em outras palavras,

a “essência natural” do homem não é um modo de ser que vem pronto (do céu ou do macaco) e permanece imutável, anterior ao homem e sua atividade, os quais estariam encerrados em uma essencialidade natural metafísica. A *natureza humana* é uma nova – e sempre renovada – natureza, produzida e reproduzida no desenrolar histórico da prática cotidiana dos indivíduos em sociedade (GONTIJO, 2007, pp. 78-9, grifos do autor).

O caráter da atividade sensível é livre haja vista que “o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela; [...] [ele] se defronta livre[mente] com o seu produto” (MARX, 2010, p. 85), ou seja, sua própria vida se torna objeto de sua atividade. Já que a natureza não é apropriada apenas como meio de vida, mas sim universalmente, ela se torna por inteiro o *corpo inorgânico* do homem, como explica Marx:

Praticamente, a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira seu corpo *inorgânico*, tanto na medida em que ela é 1) um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é [2)] o objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital (MARX, 2010, p. 84, grifo do autor).

No trecho a seguir, Erik Gontijo elucida bem essa elaboração de Marx e a importância do conceito ou categoria de corpo inorgânico para se compreender a ideia – não enfrentada pelos teóricos que o precederam – de que o próprio conteúdo e o sentido da natureza na sociedade se transformam por meio da interação feita pela atividade sensível:

Ao entender a natureza como o corpo inorgânico (matéria e meio de trabalho) do homem, Marx evita e supera tanto as formas de tratamento místico que marcam as proposituras românticas (natureza enquanto subjetividade), como também o objetivismo presente no mecanicismo materialista e no idealismo (natureza enquanto mero fator causal, mera coisa exterior intransitiva, alheia, secundária, inferior, fenomênica, indiferente, etc. – uma objetividade *ballarminiana*). A natureza é, do ponto de vista humano, uma *extensão do homem*. Uma extensão, mas não como no materialismo naturalista de Feuerbach, onde o homem é que termina por ser uma extensão da natureza. Em Marx, a natureza será socialmente mediada. [...] Marx [parte da natureza] para afirmar a objetividade como propriedade originária de todo ser; mas [...] a natureza não permanece nua e pura, como uma figura mitológica do imutável. Este corpo inorgânico é produto mediado socialmente pela atividade sensível – nunca de um indivíduo isolado –; não é algo posto pela *Idéia* nem algo cru, intransitivo e intocável diante do *Eu* (GONTIJO, 2007, p. 70, grifos do autor).

²² A identificação da autoprodução do homem teria sido, para Marx, ainda que percebida no interior da abstração, o mérito de Hegel (GONTIJO, 2007, pp. 44-5).

A condição diferenciada do homem em relação aos outros seres ativos é também objetiva, porquanto suas forças essenciais se originaram através de um processo evolutivo natural que conformou capacidades físicas e cerebrais e lhe conferiu, principalmente, maiores habilidades de instrumentalizar sua apropriação da natureza, em outras palavras, “suas capacidades de atuação são determinadas primeiramente também pela sua constituição corpórea” (GONTIJO, 2007, p. 119). A produção de ferramentas liberou parte de seu tempo dedicado à satisfação de suas carências mais básicas – como comer – e é “essa conquista que permite ao homem começar a criar coisas produtoras de coisas” (PEDROSA, 2008, p. 35), o que demonstra o caráter livre de sua atividade vital.

Ao transformar suas forças essenciais em forças produtivas que se apropriam universalmente da natureza – uma apropriação física e também espiritual (objetiva e subjetiva) –, o homem pode criar um mundo para-si. Esse *ato histórico* faz com que a natureza se torne histórica e social e, por isso, Marx e Engels dizem que “é essa atividade [sensível], esse contínuo trabalhar e criar sensíveis, essa produção, a base de todo o mundo sensível, tal como ele existe agora” (MARX; ENGELS, 2013, p. 31, inserções nossas), o que não implica dizer que a natureza só exista em função do homem²³, mas que o homem a transforma ao objetivar suas forças para satisfazer suas necessidades – “do estômago ou da fantasia” - e, com isso, atribui historicidade a ela. Odette Seabra discorre sobre “o enigma da natureza social do mundo aparecendo como natureza natural” (SEABRA, 2000, p. 73) e aponta a imensa dificuldade que existe em compreender o processo histórico do “desenvolvimento e das metamorfoses da natureza natural do mundo (tempo-espaço como dádiva) em uma natureza de ordem social” (SEABRA, 2000, p. 76).

Esses breves apontamentos contidos nos escritos de Marx e Engels são suficientes para localizarmos reverberações do materialismo feuerbachiano em certas representações da natureza, como naquelas em que ela é tratada e definida apenas por uma aparência imediata: os objetos que não possuem indícios muito evidentes de sua transformação pela atividade humana são considerados como natureza natural. Marx aponta esse problema nas elaborações de Feuerbach:

Mesmo os objetos da mais simples “certeza sensível” são dados a Feuerbach apenas por meio do desenvolvimento social, da indústria e do intercâmbio comercial. Como se sabe, a cerejeira, como quase todas as árvores frutíferas, foi transplantada para nossa região pelo comércio, há apenas alguns séculos e, portanto, foi dada à “certeza sensível” de Feuerbach apenas *mediante* essa

²³ A interpretação de que Marx faz uma leitura antropocêntrica da natureza pode ser encontrada no livro de Alfred Schmidt *O conceito de natureza em Marx*, que influenciou fortemente os escritos sobre o tema da relação homem-natureza (GONTIJO, 2007).

ação de uma sociedade determinada numa determinada época. Aliás, nessa concepção das coisas tal como realmente são e tal como se deram, todo profundo problema filosófico é simplesmente dissolvido num fato empírico (MARX; ENGELS, 2013, p. 31, grifos dos autores).

Conforme visto no capítulo anterior, o paisagismo inglês, influenciado pelo romantismo, reproduz essa visão estritamente empírica da natureza em suas paisagens, cuja aparência ideal deveria ser “selvagem” e “orgânica”. Os paisagistas e urbanistas contemporâneos que continuam insistindo na lógica da forma urbana para solucionar os problemas vivenciados nas cidades também se valem de visão semelhante quando dizem estarem “trazendo a natureza de volta para as cidades” através da construção de parques e demais “áreas verdes”. No Instituto Inhotim, a máxima acerca da “harmonia entre arte e natureza”, que embasa a própria concepção da associação como mostra o discurso apresentado no trecho a seguir, também pode ser considerada nítida expressão dessa visão de natureza:

A curadoria botânica organiza o crescimento do acervo do Jardim Botânico Inhotim (JBI), tanto em relação à conservação das espécies e à disposição do acervo existente quanto à definição estratégica das diretrizes para novas aquisições de espécies. De forma articulada com a curadoria de arte, arquitetos e área técnica, a curadoria botânica participa ativamente dos projetos de instalação de novas obras a céu aberto, galerias e pavilhões, definindo o projeto botânico e paisagístico do entorno do acervo artístico. *A integração dessas áreas garante uma relação absolutamente harmônica entre a natureza e a arte contemporânea* (INSTITUTO INHOTIM, 2014, grifos nossos).

Sob uma visão que reproduz preceitos do materialismo feuerbachiano, o estabelecimento da harmonia entre a arte (produto humano) e a natureza (natureza “pura”/natural) se resume a uma questão de forma, à produção de uma imagem na qual a composição dos elementos aparenta estar em harmonia devido à presença de alguns elementos naturais. O urbanismo, o planejamento urbano, bem como certos discursos ambientalistas, dentre outros, são muitas vezes responsáveis por consolidar esta concepção quanto à nossa relação com a natureza nas cidades, uma vez que a proporção desse contato é dada por cálculos e índices, como “área verde por habitante” ou mesmo “qualidade de vida”. A idealização da natureza como um *todo harmônico* incorre, portanto, em um fetichismo, pois ignora as relações sociais que a produziram e considera apenas sua aparência mais imediata, sua aparência espetacularizada e imagética.

Podemos observar a mesma idealização em um “mundo” concebido para constituir em si mesmo a “harmonia ideal”, como se propõe a ser o Instituto Inhotim, e, da

mesma forma, nas iniciativas que buscam ordenar e tornar aparentemente aprazível a complexidade das cidades em que vivemos. A explicação para tanto nos parece estar no fato de que, como coloca Debord no trecho abaixo, é o princípio do fetichismo da mercadoria que regula a sociedade capitalista, levando à espetacularização do mundo sensível. É este princípio que está na base tanto dos empreendimentos culturais como da produção do espaço:

O princípio do fetichismo da mercadoria, a dominação da sociedade por “coisas suprassensíveis embora sensíveis”, se realiza completamente no espetáculo, no qual o mundo sensível é substituído por uma seleção de imagens que existe acima dele, e que ao mesmo tempo se faz reconhecer como o sensível por excelência (DEBORD, 1997, p. 28, #36).

O discurso competente (CHAUÍ, 2007, p. 19)²⁴ acerca da “seleção de imagens” que irá substituir a natureza e ocupar os “espaços livres” é disputado pelos paisagistas e defendido em seus manuais e guias de trabalho, os quais contêm o elenco dos elementos a serem utilizados na “criação de paisagens”, segundo orientações específicas, como: “quanto mais um jardim consegue aguçar todos os sentidos, melhor cumpre seu papel” (ABBUD, 2010, p. 15); ou: “Um lugar deve ser sempre agradável e propiciar o conforto” (ABBUD, 2010, p. 24). A mercadorização da natureza se torna produção de simulacros, cópias de um original inexistente, porém vistas como autênticas, e se insere, muitas vezes, em um processo orientado para a fabricação de *novas raridades*, passíveis de serem convertidas em monopólios através da produção do espaço.

Para enfrentar a estreita visão de que há uma relação individual – e individualista – entre *homem* e natureza, retornemos à obra de Marx e Engels. O homem exerce a atividade sensível em sociedade, e não unilateralmente por um indivíduo isolado. Em sua crítica a Feuerbach, Marx aponta que o primeiro ato histórico é composto por três aspectos da vida social “que coexistiram [...] desde os primeiros homens, e que ainda hoje se fazem valer na história”: 1) *produção da própria vida material* – “produção dos meios para a satisfação dessas necessidades [de comida, bebida, moradia, vestimenta e outras]”; 2) *produção de novas necessidades* – “a satisfação da primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento da satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades”; 3) *constituição das relações sociais na família e ampliação para além dela* – “os homens, que renovam diariamente sua própria vida, começam a criar outros homens, a procriar” e as relações sociais constituídas inicialmente na família (“entre homem e mulher, entre pais e filhos”) são expandidas para além dela quando da produção de novas necessidades e do crescimento da

²⁴ Para Marilena Chauí (2007, p.19), o discurso competente é aquele “que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro (...) porque perdeu os laços com o lugar e o tempo de sua origem”.

população (MARX; ENGELS, 2013, pp. 33-4). A determinação imediata e inevitável que a natureza exerce sobre o homem enquanto um ser natural estabelece, ao mesmo tempo, outra determinação: enquanto um ser genérico, o homem é determinado socialmente.

Essa dupla determinação não configura uma dualidade, mas justamente o contrário, a história natural e a humana conformam unidade, sendo a sociedade a elaboração dessa unidade (GONTIJO, 2007, p. 79). O homem duplamente determinado no interior dessa unidade “apresenta dois pólos, o indivíduo singular de um lado e a sociedade como sua expressão universal de outro, sempre em condicionamento recíproco” (GONTIJO, 2007, p. 79). Marx esclarece essa relação mútua ao dizer que:

Acima de tudo é preciso evitar fixar mais uma vez a “sociedade” como abstração frente ao indivíduo. O indivíduo *é o ser social*. Sua manifestação de vida – mesmo que ela também não apareça na forma imediata de uma manifestação *comunitária* de vida, realizada simultaneamente com outros – *é*, por isso, uma externalização e confirmação da *vida social*. A vida individual e a vida genérica do homem não são *diversas*, por mais que também – e isto necessariamente – o modo de existência da vida individual seja um modo mais *particular* ou mais *universal* da vida genérica, ou quanto mais a vida genérica seja uma vida individual mais *particular* ou *universal* (MARX, 2010, p. 107, grifos do autor).

A produção do indivíduo (através de sua atividade sensível) não pode ser analisada à parte da sociedade e, portanto, a relação homem-natureza diz respeito, necessariamente, à totalidade da relação sociedade-natureza, o que lhe confere caráter histórico. As mediações metabólicas existentes entre a natureza e a sociedade se complexificam e se particularizam à medida que as forças produtivas são desenvolvidas no percurso da história, de acordo com finalidades também produzidas socialmente. A tecnologia, a indústria e, posteriormente, o urbano se tornaram o modo dominante dessa mediação (no caso, dominação) no mundo moderno, o que reduziu a atividade sensível ao trabalho abstrato, subordinado às necessidades de reprodução do capital, e fez da natureza, dominada e instrumentalizada, o objeto e o meio de trabalho a serem consumidos no processo de produção de mercadorias. A complexidade das inter-relações entre a forma social de apropriação da natureza, a forma social de trabalho e o espaço urbano produzido nesta sociedade deve ficar clara, e é assim colocada por Sérgio Martins:

Não se pode esquecer que o capital, como modo historicamente específico de produzir a própria vida, impõe o seu domínio às fontes originais da riqueza, o que inclui, além do trabalho, a natureza. [...] o capital pavimenta o seu caminho inscrevendo às fontes originais da riqueza mediações consagradas a fazer com que seu controle e desenvolvimento tenham como norte a acumulação de capital. O que, por sua vez, relaciona-se com o que está em discussão aqui: a produção do espaço (MARTINS, 1999, p. 24).

A transformação da natureza em mercadoria ganha um contorno específico na produção do espaço, haja vista a função que pode exercer na capitalização de rendas fundiárias. Seu fetichismo é acentuado a partir de representações empiristas que constroem a ideia de que houve um *afastamento* da natureza nos grandes centros urbanos, como se sociedade e natureza fossem esferas estanques. Decorrem disso propostas de *reaproximação* ou *reinserção* dos elementos naturais no tecido urbano por meio da produção da mercadoria natureza, vista, porém, como natureza “natural”. Soluções “puramente” técnicas, como aquelas pautadas no desenho urbano e nas tecnologias construtivas, ou o “consumo consciente” como formas de harmonizar a relação homem-natureza, desconsideram o plano universal da sociedade na mediação metabólica e, por isso, não alcançam as relações sociais de produção, que são as reais responsáveis pela “desarmonia” da relação com a natureza vivenciada no plano individual.

Esse apontamento é fundamental para rechaçar o paradigma do desenvolvimento sustentável, reproduzido pelo paisagismo contemporâneo e pelo urbanismo ecológico, que ignora que “As determinações sociais se sobrepõem às naturais e a ‘questão ambiental’ passa a ser compreendida como ‘questão social’” (BRITO, 2014). As propostas de tal paradigma não geram um tipo diferente de mediação entre sociedade e natureza, mas apenas revigoram a mediação mais geral, imposta pela reprodução do capital, que converte mediação em dominação (ainda que incompleta). A construção de locais para habitação ou lazer e entretenimento tidos como “sustentáveis” são o perfeito exemplo disso:

Costa et al. (2011) constataam que a política de elitização do espaço urbano, com base na retórica da sustentabilidade ambiental, negligencia o fato de que os moradores de alta renda são geradores de intensos fluxos de veículos, de novas necessidades de consumo, de sofisticada infraestrutura urbana e regional, o que configura novos desafios para o planejamento urbano.

[...]

Confirma-se, então, a afirmação de Hodson e Marvin (2008) de que as respostas neoliberais dominantes baseadas em tecnologias de acordo com o modelo de cidade ecoeficiente visam à construção de enclaves para usuários *premium* (LASCHEFSKI, 2013, p. 161 e 163).

As contradições engendradas pelo Instituto Inhotim e pelo empreendimento associado a ele, apresentadas nos capítulos anteriores, são ofuscadas pela suposta harmonia proporcionada pela presença da natureza: “Dos mais diversos formatos e cores, as borboletas que habitam o parque não estão ali por acaso: elas são sinal de que, *no Instituto, a natureza e o homem convivem em harmonia*” (INSTITUTO INHOTIM, 2013, grifos nossos). O fetichismo da natureza, e também o fato de a arte não ser vista como uma mercadoria comum

graças a seu caráter “especial”, contribuem para a construção de uma imagem extremamente positiva da associação pelos turistas, pela mídia e, inclusive, por instituições acadêmicas.

O papel harmonizador da natureza do Instituto Inhotim parece também produzir outro efeito importante: suavizar ou até suprimir o caráter contundente e o conteúdo político das obras de arte contemporânea. É importante ressaltar a contradição existente entre a orientação estética dos jardins e aquela de obras de arte contemporâneas:

Enquanto as obras dos artistas que trabalharam com o gênero paisagem até o modernismo, segundo a historiografia tradicional, tinham como ponto em comum apenas uma contemplação do mundo, a experiência do belo e do sublime, na arte contemporânea não se privilegia mais este eixo estético.

[...]

O trabalho dos artistas contemporâneos reflete estas novas questões [“que envolvem o tempo, a memória, e o local onde habita o homem – a natureza e o espaço construído – que é onde se realiza a paisagem”] e marcam as artes, entre outras possibilidades, como possível território da denúncia dos fatos dos quais somos todos testemunhas, que envolvem a exploração predatória da natureza e o acirramento das relações conflituosas e desniveladas entre os próprios homens (NEVES, 2008, p. 7, 9-10).

É bastante comum ver relatos de turistas que consideram a natureza do Instituto Inhotim “bonita” e as obras de arte “estranhas”, “desagradáveis” ou mesmo “feias”. O questionário aplicado por Diomira Faria (2012), comentado no capítulo anterior, aponta um aspecto dessa percepção: 13,1% dos turistas entrevistados disseram que o que menos gostaram na visita foram as “galerias”, enquanto que a “natureza” foi o que mais agradou a 45% dos visitantes. Há outros relatos que afirmam que os “belos jardins” tornam as obras mais “palatáveis”, pois permitem a recomposição das “boas sensações” entre uma galeria e outra. Nesse sentido, poderíamos dizer que a suposta harmonia entre as obras e a natureza não seria tão harmônica assim nem mesmo no sentido estritamente estético: existe um desequilíbrio nessa equação, pois a natureza se sobressai ou mesmo anula a outra parte da composição.

A proposta artística do *site-specific* surgiu como tentativa de integração de espaços da vida cotidiana com a arte e, por isso, promoveu certa rejeição aos locais institucionalizados de exibição, como os museus. O Instituto Inhotim se apropria dessa proposta às avessas, conforme aponta o trecho a seguir, e acrescenta a ela as formulações da *Land Art*, um tipo de *site-specific* para o qual o “terreno natural” é parte da obra:

Inhotim, sem dúvida serve de indício que a comparação dos museus com parques temáticos, faz sentido. Construir um lugar específico para a arte é incrível do ponto de vista do artista, e também da arte, já que é a possibilidade de se criar o contexto da obra. Mas, neste ponto é que reside uma contradição, a de que este contexto é idealizado e em quase nada se

difere do “cubo branco” da arte moderna. Para Arantes os arquitetos destes novos museus procuram criar “uma obra de arte total” num sentido simbólico ao análogo da arte moderna que idealizava a cidade como palco (ARANTES, 1991, p 168). Portanto, estes lugares, aos moldes dos grandes centros comerciais das cidades, são micro espaços pseudo-públicos, que simulam uma organização social democrática e acessível; enfim, a utopia da arte para todos dentro de uma realidade utópica (GEMIN, 2014, p. 35).

Produzir um espaço ordenado no qual o ser humano possa se reintegrar tanto com a arte quanto com a natureza soa como um disparate e, portanto, a reconstituição dos “elos perdidos” e o “restabelecimento da harmonia” somente podem ser produzidos e vendidos aos consumidores como *espetáculo*, o que demonstra uma separação ainda mais abissal:

A origem do espetáculo é a perda da unidade do mundo, e a expansão gigantesca do espetáculo moderno revela a totalidade dessa perda: a abstração de todo trabalho particular e a abstração geral da produção como um todo se traduzem perfeitamente no espetáculo, cujo *modo de ser concreto* é justamente a abstração. No espetáculo, uma parte do mundo *se representa* diante do mundo e lhe é superior. O espetáculo nada mais é que a linguagem comum dessa separação. O que liga os espectadores é apenas uma ligação irreversível com o próprio centro que os mantém isolados. O espetáculo reúne o separado, mas o reúne *como separado* (DEBORD, 1997, p. 23, grifos do autor).

A tentativa de criar – ou restabelecer – a harmonia na vida humana por meio de uma suposta conciliação com a arte e a natureza é comentada por György Lukács em um ensaio sobre a obra de Paul Gauguin, que contém elementos-chave para dialogar acerca do Instituto Inhotim e de certos caminhos da metropolização contemporânea, conforme analisa Patriota:

Ao partir para o Taiti, Gauguin deu adeus às míseras da civilização, porém, *ainda que tenha conseguido encontrar um espaço mais harmonioso para se viver*, sua obra se tornaria estéril. Gauguin se harmonizou como homem, mas *sua obra se diluiu nas consonâncias de uma beleza puramente decorativa*. O sonho de reencontro entre arte e vida desfez-se numa triste ilusão: longe da civilização, de seus problemas, *Gauguin se tornou um pintor carente de universalidade*. A poesia de seus quadros não era real, pois não refletia a realidade concreta do mundo.

Para Lukács, a arte está comprometida com seu tempo, para o bem e para o mal. E os tempos eram problemáticos. Ora, isso não significa resignar-se e muito menos partilhar o entusiasmo pelo vanguardismo, incipiente naqueles primeiros anos do século XX. *Lukács não queria nem o brilho falso de uma beleza puramente decorativa, nem a opacidade de uma estética que, fiel a seu tempo, não poderia ser bela, não poderia ser artística e humana*. Apenas pela criação de uma nova cultura – de uma nova unidade espiritual – e pela consequente universalização e democratização da beleza o presente haveria de erguer pontes para tempos esteticamente positivos. *O Taiti não deveria ser privilégio de um artista, mas a condição natural de cada homem, não deveria ser um sonho pessoal, mas uma realidade coletiva* (PATRIOTA, 2009, p. 187, grifos nossos).

As “vilas” que serão construídas por Bernardo Paz no entorno do Instituto Inhotim, onde as pessoas poderão pretensamente “viver de modo mais simples, ganhando menos, mas sendo mais felizes, promovendo escambo entre elas, mas com alto uso de tecnologia” (REVISTA VIVER BRASIL, 2015), contém traços “utópicos” que se assemelham à atitude de Gauguin ao ir para o Taiti em um aspecto central: ambos carecem de universalidade.

Bernardo Paz antecipou que, no próximo ano, um projeto de Inhotim prevê a reunião dos 10 maiores pensadores, de acordo com ranking das universidades Harvard e Cambridge, para projetar como deverá ser a vida nos próximos tempos. “Inhotim é uma semente de possibilidade de vida futura para a sociedade. Não dá para entender essa vida entre muros. Se treinarmos nossos filhos para que saibam como é a realidade da vida, teremos um mundo sem brigas e intrigas. É isso que faço em Inhotim, onde todas as pessoas são iguais.” (REVISTA VIVER BRASIL, 2015).

Ainda que as “vilas” sejam construídas e funcionem conforme minucioso projeto arquitetado pelos “maiores pensadores” do mundo, elas serão enclaves para “usuários *premium*”. Essas soluções não alcançam os fundamentos da reprodução social e resultam da atitude, consciente ou não, de ignorar que o ser humano não está *fisicamente* separado da natureza ao viver em grandes cidades, mas sim estranhado em relação a ela.

O estranhamento do homem em relação à natureza mostra-se muito mais complexa do que um afastamento físico: é um desdobramento da submissão da atividade sensível às necessidades de reprodução do capital, que a transforma em trabalho estranhado. A objetivação da atividade sensível, sua efetivação por meio da apropriação e produção de objetos externos, se torna estranha ao trabalhador na produção de mercadorias, pois “o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor” (MARX, 2010, p. 80). Sendo assim, quanto mais o trabalhador produz, quanto mais poderosos se tornam seus produtos, mais ele reforça sua condição alienada e estranhada, e mais pobre se torna: “A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento (*Entfremdung*) que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital” (MARX, 2010, p. 81).

Se o produto do trabalho é estranho ao trabalhador, isso decorre do estranhamento na própria atividade sensível, no trabalho: “O produto é, sim, somente o resumo (*Resumé*) da atividade, da produção” (MARX, 2010, p. 82). A natureza integra o processo de produção como meio e objeto de trabalho, e serve também como meio de vida do trabalhador, logo, ocorre um duplo estranhamento deste em relação à natureza, pois o trabalho estranhado

“Estranha do homem o seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele” (MARX, 2010, p. 85).

Quanto mais, portanto, o trabalhador se *apropria* do mundo externo, da natureza sensível, por meio do seu trabalho, tanto mais ele se priva dos *meios de vida* num duplo sentido: primeiro, que sempre mais o mundo exterior sensível deixa de ser um objeto pertencente ao seu trabalho, um *meio de vida* do seu trabalho; segundo, que [o mundo exterior sensível] cessa, cada vez mais, de ser *meio de vida* no sentido imediato, meio de subsistência física do trabalhador (MARX, 2010, p. 81).

A condição e o resultado do estranhamento do trabalho é a propriedade privada dos meios de produção já que, “Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, um poder estranho [que] está diante dele, então isto só é possível pelo fato de [produto do trabalho] pertencer a um *outro homem fora o trabalhador*” (MARX, 2010, p. 86). A mercadorização da natureza e a produção do espaço como *locus* da reprodução das relações capitalistas de produção são expressões dessas contradições engendradas pelo modo de produção, e a transformação de ambos em novas raridades (LEFEBVRE, 1999, p. 34) contribuem para acentuá-las. “A natureza, como o espaço, com o espaço, é simultaneamente posta em pedaços, fragmentos, vendida por fragmentos e ocupada globalmente” (LEFEBVRE, 2008, p. 54). Entretanto, o fetichismo da mercadoria, possibilitado pela cisão que o estranhamento realiza, dissimula tais contradições.

A produção de “áreas verdes” no tecido urbano não é – e não será – capaz de resolver essa cisão, pois não alcança os fundamentos da reprodução social e, assim, acaba por ratificar a propriedade privada. A pretensão do paisagismo contemporâneo e do urbanismo ecológico, destacando-se o exemplo do Instituto Inhotim, de estabelecer uma ligação harmônica entre homem e natureza por meio da mercadorização da natureza, sem alterar as relações sociais de produção, é mais uma expressão do fetichismo e do espetáculo modernos. A romantização e idealização da natureza servem para dissimular as contradições do modo de produção capitalista e, ao legitimar certas práticas espaciais, contribuem para sua reprodução.

A natureza, como mediadora das questões sociais, como um todo harmônico, apresenta muito de um ideal místico de uma natureza perfeita, em que a sociabilidade é corruptora, imperfeita por essência, e o modelo natural é a fonte de resolução dos problemas. A natureza aparece, assim, como um ideal a ser almejado, como um modelo em que os desvios da sociedade insistem em negar. Não se trata de identificar perfeição tanto na natureza quanto na sociedade, mas de reconhecer as contradições sociais que geral ou aceleram os “problemas naturais”, cujas soluções, segundo Marx, passa pela autorrealização do humano na prática, pela superação da propriedade privada dos meios de produção (BRITO, 2014).

COMENTÁRIOS FINAIS

As formas contemporâneas de produção e de reprodução das relações de produção buscam novas saídas à crise estrutural do capitalismo. A produção do espaço se insere com força precisamente nesse momento e mobiliza mercadorias que possibilitam ampliar a acumulação, incluídas aí a cultura, a arte e a natureza, que estão, em geral, associadas ao cada vez mais pujante setor de serviços. As representações ou construções ideológicas que envolvem especificamente essas mercadorias – destacando-se a natureza – dificultam ainda mais a apreensão de seu fetichismo, responsável por ocultar as relações sociais (de trabalho) existentes para além da aparência coisificada dos produtos. Isso as torna bastante úteis e necessárias à implementação de determinados empreendimentos, conforme ocorre no projeto imobiliário conectado ao Instituto Inhotim, que vem recebendo críticas majoritariamente positivas por parte de diferentes segmentos sociais (mídia, redes sociais, academia, órgãos estatais, dentre outros), a despeito de todas as contradições e impactos engendrados por ele.

Outros grandes empreendimentos imobiliários que moldam o Eixo Sul de expansão da metrópole de Belo Horizonte também utilizam o apelo à natureza e o discurso ambiental como estratégias para a manipulação da renda da terra e para a produção de novas mercadorias imobiliárias. A criação de unidades de conservação, especialmente as Reservas Particulares do Patrimônio Natural, se tornaram táticas que contribuem para assegurar o processo de produção do espaço nesse fragmento da metrópole. Os paradigmas recém-criados nos campos da arquitetura paisagística e do urbanismo, definidos a partir de certos critérios ecológicos, colaboram para a produção de novas necessidades, impostas aos consumidores como soluções para os “problemas urbanos” vivenciados especialmente nas metrópoles. Desse modo, a natureza mercadorizada/comoditizada dissimula a alienação da vida cotidiana e do espaço e, com isso, repõe as condições para sua perpetuação, como mostra o trecho a seguir escrito por Burle Marx:

Ao compor um jardim, é importante perceber quão desagradáveis podem se tornar texturas não correlacionadas. Vivemos numa civilização que se torna dia a dia mais necessitada de repouso; o artista já não deve chocar ou atordoar. Assim, na criação de uma harmonia, a relação das texturas torna-se essencial. Uma floresta natural é um prazer para os olhos (BURLE MARX, [1962] 2004, p. 58).

Esta pesquisa de mestrado procurou revelar como o fetichismo da natureza possui um papel relevante na reprodução contemporânea do capital, tanto na produção de novas

mercadorias do setor de serviços, quanto na produção do espaço, que inclui a reprodução das relações de produção. Essa constatação é necessária para embasar o enfrentamento das pretensas soluções sustentáveis que vêm ganhando progressiva participação no mercado e na vida cotidiana, devido à maior aceitação comercial das mercadorias ditas ecológicas. A aposta no capitalismo como capaz de reverter e/ou solucionar a destruição da natureza que ele próprio promove em escala global deve ser problematizada, haja vista a urgência do tema. A natureza constitui uma das fontes dos valores de uso (MARX, 2012, p. 23) e é, portanto, indispensável à criação de outras relações sociais. Anselm Jappe aponta a importância da natureza para “manter aberto o horizonte possível, bloquear as derivas rumo a consequências irreversíveis. [pois] Se organismos transgênicos se difundirem por todo lado, ou se chegarmos a fazer a clonagem humana, ou se a camada de ozônio desaparecer, para que mesmo engajar-se pela emancipação social?” (JAPPE, 2013, p. 31).

Enquanto a relação da sociedade com a natureza for pautada pela propriedade privada dos meios de produção e mediada pelo trabalho alienado, a criação de áreas verdes no tecido urbano, como é o caso do Instituto Inhotim, ou a fabricação de outras “mercadorias verdes” estarão subjugadas às necessidades de reprodução do capital. Apesar de algumas áreas verdes trazerem ganhos efetivos em termos de proteção a corpos hídricos ou de incremento em populações de fauna e flora, sua existência não decorre apenas dessas funções, logo, não há reais garantias de que tais locais se manterão resguardados a despeito de novas necessidades colocadas pela acumulação capitalista (cf. EUCLYDES, 2012). As promessas de que um capitalismo ecológico ou o desenvolvimento sustentável poderiam salvar a natureza de uma destruição irreversível devem ser traduzidas em termos opostos: as novas mercadorias “ecologicamente corretas” têm servido para salvar o capitalismo de crises ainda mais profundas e para neutralizar movimentos de resistência.

As lacunas do presente texto apontam caminhos para outras pesquisas que envolvam e aprofundem temas como o conflito territorial com a comunidade de Inhotim, as comunidades quilombolas e o assentamento agrário Pastorinhas. Outros importantes temas que podem ser mais bem analisados são a educação ambiental desenvolvida pelo Instituto Inhotim e, principalmente, os desdobramentos espaciais da revisão do Plano Diretor de Brumadinho e do Macrozoneamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, em sua relação com os empreendimentos imobiliários da empresa Horizontes nos arredores do Instituto Inhotim.

REFERÊNCIAS²⁵

ABBUD, Benedito. **Criando paisagens: guia de trabalho em arquitetura paisagística**. 4ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

ADORNO, Theodor. W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985. 223p.

AGÊNCIA MINAS GERAIS. “Inhotim ganhará exposição virtual sobre mudança climática”. 02 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/inhotim-ganhara-exposicao-virtual-sobre-mudanca-climatica>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2015.

_____. “Expominas consolida turismo de negócios”. 25 de Junho de 2004. Disponível em: <<http://www.agenciaminas.noticiasantigas.mg.gov.br/noticias/expominas-consolida-turismo-de-negocios/>>. <http://www.agenciaminas.noticiasantigas.mg.gov.br/noticias/expominas-consolida-turismo-de-negocios/>

ALVAREZ, Isabel Aparecida Pinto. As políticas espaciais contemporâneas e a reprodução do capital e do urbano. *Revista Cidades (Presidente Prudente)*, v. 9, n. 16, p. 62-85, 2012.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. A “virada cultural” dos sistemas das artes. Conferência disponível no endereço eletrônico: www.sescsp.net/sesc. 2005.

_____. Cultura da cidade: animação sem frase. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24. Brasília, 1996.

ARANTES, Pedro. O grau zero da arquitetura na era financeira. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 80, p. 175-195, 2008.

BARROS, Gustavo de. O problema siderúrgico nacional na Primeira República. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Economia, São Paulo, 2011.

BRASIL. Decreto nº 11.363, de 18 de Janeiro de 1943, retificado pelo Decreto nº 73.506, de 18 de Janeiro de 1974. Autoriza o cidadão brasileiro José Pacífico Homem a fazer a lavra da jazida de minério de ferro no município de Brumadinho, do Estado de Minas Gerais. Ratificação: Retifica o artigo 1º, do Decreto nº 11.363, de 18 de janeiro de 1943, através do qual foi concedido à Minas do Paraopeba S.A. o direito de lavar minério de ferro, no Município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais. Disponível em: <

²⁵ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73506-18-janeiro-1974-422042-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2015.

_____. Decreto nº 11.358, de 18/01/1943. Autoriza os cidadãos brasileiros José Pacífico Homem e Antonio Pacífico Homem Junior a fazerem a lavra de jazida de minério de ferro no município de Brumadinho, no Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1943-01-18;11358>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2015.

_____. Decreto nº 24.250, de 23 de Dezembro de 1947, retificado pelos decretos nº 43.445, de 26 de março de 1958 e nº 82.511, de 27 de outubro de 1978. Autoriza o cidadão brasileiro José Pacífico Homem a lavar minério de ferro no Município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais. Primeira retificação: Altera o art. 1º do Decreto nº 24250, de 23 de dezembro de 1947. Segunda retificação: Retifica a autorização de lavra conferida ao cidadão brasileiro José Pacífico Homem pelo Decreto nº 24.520, de 23 de dezembro de 1947, alterado pelo Decreto nº 43.445, de 26 de março de 1958. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-82511-27-outubro-1978-431580-norma-pe.html>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2015.

_____. Decreto nº 32.640, de 30/04/1953. Autoriza o cidadão brasileiro José Pacífico Homem a lavar minério de ferro no município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1953-04-30;32640>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2015.

_____. Decreto nº 82.733, de 27 de Novembro de 1978. Retifica a autorização de lavra conferida aos cidadãos brasileiros José Pacífico Homem e Antônio Pacífico Homem Júnior pelo Decreto nº 11.358, de 18 de janeiro de 1943, retificado pelo Decreto nº 64.846, de 18 de julho de 1969. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-82733-27-novembro-1978-432026-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2015.

_____. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, (Lei Rouanet). Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313cons.htm>.

_____. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 mar. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm>. Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o

termo de fomento; e altera as Leis n^{os} 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm>.

BRITO, Thiago Macedo Alves de Brito. A natureza do método e o método da natureza: exposição e crítica na formação do pensamento alemão nos séculos XVIII e XIX. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belo Horizonte, 2014.

BURLE MARX, Roberto. **Arte e Paisagem:** conferências escolhidas. São Paulo: Studio Nobel, [1962] 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia:** o discurso competente e outras falas. 12^a ed., São Paulo: Cortez, 2007.

CHOAY, Françoise; **O urbanismo.** 5^a ed., São Paulo: Editora Perspectiva, 1965.

CIFUENTES, Adolfo. Entre caixa preta e cubo branco: o vídeo nos espaços das artes plásticas. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Artes, Belo Horizonte, 2011.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO-CGU. Portal Da Transparência / Convênios / Detalhes do Convênio. 2010. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/convenios/DetalhaConvênio.asp?CodConvênio=708429&TipoConsulta=0&UF=mg&CodMunicípio=4179&Município=brumadinho&CodOrgao=&Orgao=&Pagina=3&Periodo=>. Acesso em: 07 de dezembro de 2014.

_____. Portal Da Transparência / Despesas / Transferência de Recursos. 2012. Disponível em: http://www.portaltransparencia.gov.br/PortalTransparenciaAtividadeEconomica_5.asp?Exercício=2012&tipoCNAE=1&CodSecao=R&numCodigoSubClasse=9001999&CpfCnpjNis=05422243000131&codigoAcao=20G4&idFuncionalProgramatica=4238. Acesso em: 07 de dezembro de 2014.

COSTA (a), Heloisa Soares de Moura. Mercado imobiliário, Estado e natureza na produção do espaço metropolitano. 2006. In:_____. **Novas periferias metropolitanas.** A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2006. p. 101-124.

COSTA (b), Mônica Hallak M. da. A exteriorização da vida nos Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844. In: **Verinotio:** Revista On-line de Educação e Ciências Humanas, n^o 4, Ano II, abril de 2006.

DALBELO, Thalita dos Santos; Emília Wanda, RUTKOWSKI. O desenho urbano e a sustentabilidade. *Anais...* XVI Enanpur, Sessão Temática 4 – Natureza, reprodução social e bens comuns. Belo Horizonte, 2015.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**, Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Portaria ICMBio nº 85, de 28 de julho de 2014. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural INHOTIM em uma área total de 249,36 ha. Publicado no dia 29 de julho de 2014.

_____. Portaria ICMBio/MMA nº 41, de 05 de maio de 2010. Cria a RPPN INHOTIM, de interesse público e em caráter de perpetuidade, em uma área total de 145,37 ha. Publicado no dia 6 de maio de 2010.

_____. Balanço patrimonial. 22 de março de 1944, Seção 1, página 4964. 1944(a).

_____. 22 de março de 1944, Seção 1, página 4964.1944(b).

_____. Ata da Assembleia Geral Extraordinária da empresa Minas do Paraopeba S.A. 23 de dezembro de 1954, Seção 1, página 29402.

_____. 5 de dezembro de 1956.

_____. 4 de novembro de 1960.

_____. 26 de abril de 1955, Seção I, página 8287.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL-DNPM. Autorização de pesquisa mineral nº 831220/2004. Titular: Vale S/A. 2004. Disponível em: <<http://sigmine.dnpm.gov.br/webmap/>>. Acesso em 03 de fevereiro de 2015.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2001.

ERNST & YOUNG. Instituto Inhotim, Demonstrações contábeis, 31 de dezembro de 2013 e 2012. Belo Horizonte, 2014.

_____. Instituto Inhotim, Demonstrações contábeis, 31 de dezembro de 2014 e 2013. Belo Horizonte, 2015.

EUCLYDES, Ana Carolina Pinheiro. Proteção da natureza e produção da natureza: Política, ideologias e diversidade na criação de unidades de conservação na periferia sul da metrópole belo-horizontina. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belo Horizonte, 2012.

FARIA, Diomira Maria Cicci Pinto. *Análises de la capacidad del turismo en el desarrollo económico regional: el caso de Inhotim y Brumadinho*. 2012. 362p. Tese de doutorado – Universidad de Alicante, Departamento de Análisis Económico Aplicado / Universidade

Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Alicante / Belo Horizonte, 2012.

FREITAS, Eliano de Souza Martins. A reprodução social da metrópole em Belo Horizonte: APA Sul RMBH, mapeando novas raridades. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

GASPAR, Floriana de Fátima. Aspectos do atual processo de urbanização de Brumadinho. Relatório de Iniciação Científica do PET, Escola de Arquitetura da UFMG. Belo Horizonte, 2005.

GEMIN, Deborah Alice Briel. O problema dos “novos museus”, e nosso. In: **Revista Interdisciplinar Internacional de Artes Visuais**, v. 1, n. 2, 2014.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. Estações Ferroviárias do Brasil. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_mg_paraopeba/fotos/mapa-linha9311.jpg Acesso em 04 de janeiro de 2015.

GONTIJO, Erik Haagensen. Natureza, sociedade e atividade sensível na formação do pensamento marxiano. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Belo Horizonte, 2007.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Mensagem do governador à Assembleia Legislativa. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://www.planejamento.mg.gov.br/planejamento-e-orcamento/mensagem-do-governador-a-assembleia-legislativa> >. Acesso em 20 de maio de 2012.

GUSTAVO PENNA ARQUITETOS ASSOCIADOS. Projects / Cultural / “Centro de Convenções do Inhotim”. 2008. Disponível em: <http://www.gustavopenna.com.br/projetos/exibir/centro_de_convencoes_do_inhotim/19>. Acesso em: 10 de março de 2015.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: *Espaço & Debates*: Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, n. 39, p.48-64, 1996.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **The Limits to Capital**. London: Verso, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Cidades. Produto Interno Bruto dos Municípios – 2001/2012 – Belo Horizonte. 2012. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/3PG2J>>.

_____. Classificação Nacional de Atividades Econômicas-CNAE. 2015. Disponível em: <<http://cnae.ibge.gov.br/?view=subclasse&tipo=cnae&versao=9.1.0&subclasse=9001999&chave=90>>. Acesso em: 22/02/2015.

INSTITUTO INHOTIM. “Parceiros”. 2015a. Disponível em: <http://www.inhotim.org.br/apoie/patrocine/patrocine/>

_____. “RPPN Inhotim” / “Jardim Botânico”. 2015b.

_____. “Coleção Botânica”. 2015c. Disponível em: <<http://www.inhotim.org.br/inhotim/jardim-botanico/colecao-botanica/>>

_____. “Comunidade”. 2016. Disponível em: <http://www.inhotim.org.br/inhotim/desenvolvimento-humano/comunidade/>. Acesso em: 17 de janeiro de 2016.

_____. “Linha do Tempo”. 2014. Disponível em: <http://www.inhotim.org.br/mobile/sobre/>. Acesso em 10 jun. 2014.

_____. “Paisagismo”. 2014. Disponível em: <http://www.inhotim.org.br/inhotim/jardim-botanico/paisagismo/>. Acesso em 22/01/15.

_____. Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011. Divulgado em 2013 no endereço eletrônico da associação. Não se encontra mais disponível online. Acesso em: 12 de novembro de 2013.

_____. Notícias / “Jardim de borboletas”. 2013. <<http://www.inhotim.org.br/blog/jardim-de-borboletas/>>

_____. Mudança nos museus. 2010. Não se encontra mais disponível online. Acesso em: 11 de outubro de 2010.

JAPPE, Anselm. **Crédito à morte**: a decomposição do capitalismo e de suas crises. Tradução de Robson J. F. de Oliveira. São Paulo: Hedra, 2013.

JARDIM, Décio Lima & JARDIM, Márcio Cunha. **Histórias e Riquezas do Município de Brumadinho**. Brumadinho: Prefeitura Municipal de Brumadinho, 1982.

JORNAL ESTADO DE MINAS. Economia / “Brumadinho pode ganhar aeroporto”. 16 de fevereiro de 2013. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2013/02/16/internas_economia,350818/brumadinho-pode-ganhar-aeroporto.shtml. Acesso em: 04 de maio de 2014.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. “Estatal chinesa comprará Itaminas por US\$ 1,2 bi”. 25 de março de 2010. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2503201020.htm> Acesso em: 13 de outubro de 2014.

_____. Ilustrada / “Jardins de Inhotim viram alvos de disputa judicial e denúncias na web”. 06 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/58936-jardins-de-inhotim-viram-alvos-de-disputa-judicial-e-denuncias-na-web.shtml>. Acesso em 03/02/2015.

_____. Ilustrada / “Contra crise, Instituto Inhotim põe suas galerias para 'adoção’”. 19/08/2015. 2015a. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/08/1670440-contracrise-instituto-inhotim-poe-suas-galerias-para-adocao.shtml>

_____. Ilustrada. “Mostra em SP baseada no Instituto Inhotim falha em representá-lo”. 13/05/2015. 2015b. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/05/1628056-mostra-em-sp-baseada-no-instituto-inhotim-falha-em-representa-lo.shtml>. Acesso em 15 de maio de 2015.

JORNAL O GLOBO. Boa viagem / “Inhotim, um jardim de cores em museu a céu aberto”. 10 de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/boa-viagem/inhotim-um-jardim-de-cores-em-museu-ceu-aberto-3939285>. Acesso em: 10 de junho de 2015.

JORNAL O TEMPO. “Hotel em Inhotim”. 06 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/opini%C3%A3o/minas-s-a/hotel-em-inhotim-1.658596>>. Acesso em 10 de junho de 2015.

JORNAL VALOR ECONÔMICO. “Itaminas coloca à venda reserva de minério”. 24 de outubro de 2008. Disponível em: <http://www.revistaferroviaria.com.br/index.asp?InCdEditoria=2&InCdMateria=7171> Acesso em: 02 de fevereiro de 2015.

KAPP, Silke. **Non satis est**: excessos e teorias estéticas no esclarecimento. Porto Alegre: Escritos, 2004.

KLINGER, F. L. Iron Ore. 1980. In: BUREAU OF MINES. **Minerals yearbook metals and minerals 1980**. Year 1980, Volume 1. U.S. Bureau of Mines, 1980. pp. 405-427.

KRAUSS, Rosalind. 1990. *The Cultural Logic of the Late Capitalist Museum*. The MIT Press. October, Vol. 54 (Autumn, 1990), pp. 3-17. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/778666>. 1990.

LASCHEFSKI, Klemens. 500 anos em busca da sustentabilidade urbana. In: **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 15, n. 29, pp. 143-169, jan/jun 2013.

_____. A sustentabilidade geográfica de condomínios da Zona Metropolitana de Belo Horizonte. 2006. In: COSTA, Heloisa Soares de Moura. **Novas**

periferias metropolitanas. A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2006. p. 313-338.

LEENHARDT, Jacques. **Nos jardins de Burle Marx.** Tradução de Pérola de Carvalho. 3ª reimpr. da 1. ed. de 1996. São Paulo: Perspectiva, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Editora Documentos Ltda., 1969.

_____. **La production de l'espace.** Paris: Éditions Anthropos, 1974.

_____. **A revolução urbana.** Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. **A cidade do capital.** Tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, 2ª edição.

_____. **Espaço e política.** Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LIMONAD, Ester. Muito além do jardim: planejamento ou urbanismo, do que estamos falando? In: COSTA, Geraldo; COSTA, Heloisa; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana.** Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. O neoliberalismo e a produção do espaço na metrópole: subjetividades, insurgências e redes na economia política da urbanização contemporânea. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belo Horizonte, 2015.

MARTINS, Sérgio. “Crítica à economia política do espaço”. In: DAMIANI, A. L., CARLOS, A. F. A., SEABRA, O. C. L. **O espaço no fim de século: a nova raridade.** São Paulo: Contexto, 1999.

MARTINS, A. de Assis; OLIVEIRA, J. Marques de. **Almanack administrativo, civil e industrial da província de Minas Geraes para o anno de 1864.** Rio de Janeiro, 1864. Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/393428/per393428_1864_00001.pdf. Acesso em 19/03/2015.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo Editorial, [1844] 2010.

_____. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital.** Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Crítica do programa de Gotha.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. 616p.

MENDONÇA, Jupira Gomes de; PERPÉTUO, Iñez Helena Oliva. A metrópole belo-horizontina em expansão: periferização da riqueza ou polarização social? 2006. In: COSTA, Heloisa Soares de Moura. **Novas periferias metropolitanas**. A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2006. p. 21-34.

MENEZES, Anna Thereza do Valle Bezerra de. Arte contemporânea no museu: um estudo de caso do Instituto Inhotim. Dissertação (Mestrado) – UNIRIO/MAST - RJ, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. Rio de Janeiro, 2012.

MINAS GERAIS. Lei nº 17.615, de 4 de julho de 2008 (Lei Estadual de Incentivo à Cultura). Dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal com o objetivo de estimular a realização de projetos culturais no Estado. Disponível em: <http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao_tributaria/leis/2008/117615_2008.htm>.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Acesso à Informação / Projetos incentivados. 2015. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/projetos-incentivados>>. Acesso em: 15 de maio de 2015.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Cidadania / OSCIP/ Consultar entidades. 2009. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/oscip/data/Pages/MJ59319A86PTBRNN.htm>>. Acesso em: 10 de setembro 2013.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. Relatório sobre a inspeção às minas e jazidas de minério de ferro no Estado de Minas Gerais. Diário Oficial da União de 23 de julho de 1962, Seção I, Parte I, páginas 7816-7825. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/>, acesso em 12/03/2015.

MUNGAI, Mariana França. Reconstruindo espaços a partir da (des)construção dos lugares: A Apa PAZ Municipal do Inhotim. Belo Horizonte : Departamento de Geografia/UFMG (Relatório referente ao Programa de Aprimoramento Discente – PAD), 2003, 37p

NEVES, José Paulo das. 2008. Paisagem e denúncia: a paisagem contemporânea além da contemplação estética da natureza. Dissertação de mestrado apresentada à Escola de Belas Artes da UFMG. 2008.

OHTAKE, Ricardo. 2000. Os novos monumentos das metrópoles. **Revista São Paulo em Perspectiva**, 14(4) 2000.

OLIVEIRA, Valdir de Castro. **Réquiem para o Inhotim**. São Paulo: All Print Editora, 2010.

_____. “A Limusine”. *Jornal Tribuna*, p. 4, 2007.

PANZINI, Franco. **Projetar a natureza**: arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea. Tradução de Letícia Andrade. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

PATRIOTA, Rainer. Lukács escreve sobre Gauguin. In: *Verinotio*: Revista On-line de Educação e Ciências Humanas, n. 10, ano V. Belo Horizonte, outubro de 2009.

PAULANI, Leda Maria. Acumulação e Rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. *Revista de Economia Política (Impresso)*, 2013.

PAZ, Bernardo. **Centro de Arte Contemporânea Inhotim**. Inhotim, MG: CACI. 2004.

_____. “Saída para o futuro”. In: *Jornal Folha de São Paulo*. 11 de dezembro de 2012. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2015/12/1717601-saida-para-o-futuro.shtml>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2015.

PEDROSA, José Geraldo. A Natureza, o Capital e o Trabalho: Educação Ambiental e crítica social. In: *Pesquisa em Educação Ambiental*, vol. 3, n. 2 – pp. 25-48, 2008.

PINTO, Rafaela Jardim. A implantação do Instituto Inhotim. Impactos no Setor Imobiliário na Sede do Município de Brumadinho/MG - Proposição de Diretrizes. 2012. 129p. Monografia de Graduação – Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte, 2012.

PORTAL IG. “O empresário brasileiro que gasta US\$ 70 milhões ao ano para ter um jardim de arte”. 19 de março de 2012. Original publicado no jornal *The New York Times*. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/o-empresario-brasileiro-que-gasta-us-70-milhoes-ao-ano-para-ter/n1597699134569.html>>

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Atrativos / Entorno de Belo Horizonte. 2015. Disponível em: <<http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/atrativos/entorno-de-belo-horizonte>>.

_____. Atrativos / Roteiros. 2015 Disponível em: <<http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/atrativos/roteiros>>.

_____. Sala de imprensa / “A capital dos negócios abre as portas para o turismo de lazer”. 11 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/capital-dos-negocios-abre-portas-para-o-turismo-de-lazer>>.

PREFEITURA DE BRUMADINHO. Notícias / “Prefeitura discute mudanças na lei de uso e ocupação do solo”. 21 de março de 2014. Disponível em: <http://www.brumadinho.mg.gov.br/noticia/prefeitura-discute-mudancas-na-lei-de-uso-e-ocupacao-do-solo>. Acesso em: 04 de julho de 2014.

_____. Notícias / “Estrada de Brumadinho a Bonfim será asfaltada”. 2013. Disponível em: <http://portal1.brumadinho.mg.gov.br/?p=1961#.Vz9tXPkrLIU>. Acesso em: 04 de julho de 2014.

_____. História de Brumadinho. Disponível em: <http://www.brumadinho.mg.gov.br/historia-de-brumadinho>. Acesso em: 07 de abril de 2015.

_____. Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Brumadinho. 2006.

RESENDE, Pedro Henrique de Mendonça. Fantasmagorias na metrópole: ensaios críticos a partir do Circuito Cultural Praça da Liberdade em Belo Horizonte. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

REVISTA FORBES. *Lifestyle / 2014 Travel Wish List / “Where To Go In 2014: What's On 12 Top Travel Gurus' Wish Lists”*. 17 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.forbes.com/pictures/mgf45ggie/brazil-matuet%C3%A9-suggests-nh%C3%B4-hotel-at-inhotim/>. Acesso em: 15 de junho de 2015.

REVISTA TRIP. “Bernardo Paz”. Vol. 224, Páginas Negras, 13 de agosto de 2013. Disponível em: <http://revistatrip.uol.com.br/revista/224/paginas-negras/bernardo-paz.html>. Acesso em: 05 de julho de 2014.

REVISTA VIVER BRASIL. “Conexão Empresarial”. 07 de agosto de 2015. Disponível em: <http://revistaviverbrasil.com.br/plus/modulos/listas/?tac=noticias-ler&id=885#.Vc6DRPIViko>.

ROESER, Hubert Matthias Peter; ROESER, Patricia Angelika. O Quadrilátero Ferrífero - MG, Brasil: aspectos sobre sua história, seus recursos minerais e problemas ambientais relacionados. **GEONOMOS** 18(1): 33-37. 2010.

SCHLEE, O (re)desenho paisagístico das cidades brasileiras (1986-1995). 2010. In: FARAH, Ivete; SCLEE, Mônica Bahia; TARDIN, Raquel. **Arquitetura paisagística contemporânea no Brasil**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Urbanização e fragmentação: a natureza natural do mundo. **Revista Geografares**. Vitória, v. 1, no 1, jun. 2000.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Ato CTAP 007/2014 Projetos Aprovados. 2014. Disponível em: <http://www.cultura.mg.gov.br/component/gmg/story/1995-secretaria-de-estado-de-cultura-divulga-projetos-aprovados-pela-lei-estadual-de-incentivo-a-cultura>. Acesso em: 15 de maio de 2015.

SEGAWA, Hugo. Arquitetura paisagística até 1930. 2010. In: FARAH, Ivete; SCLEE, Mônica Bahia; TARDIN, Raquel. **Arquitetura paisagística contemporânea no Brasil**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

SISTEMA FECOMÉRCIO. Pesquisa de Satisfação do Turista de Belo Horizonte. Belo Horizonte, maio, 2013. Disponível em: <http://belohorizonte.mg.gov.br/sites/belohorizonte.pbh.gov.br/files/anexos/belotur/pesquisa_d_e_satisfacao_turistica_junho_2013.pdf>

SIMMONS, George C. *Geological Survey Professional Paper 341-G. Geology and Iron Deposits of the Western Serra do Curral, Minas Gerais, Brazil. Prepared in cooperation with the Departamento Nacional da Produção Mineral of Brazil under the auspices of the Agency for International Development of the United States Department of State*. United States Government Printing Office, Washington: 1968.

TABACOW, José. Comentários. 1987. In: BURLE MARX, Roberto. **Arte e Paisagem: conferências escolhidas**. São Paulo: Studio Nobel, [1962] 2004.

TEIXEIRA, P.T.F. “A Individualidade Humana na Obra Marxiana de 1843 a 1848”. In: **Ensaio Ad Hominem** – N.1, Tomo I – Marxismo. SP: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.

UNEP. *Green Economy and Trade – Trends, Challenges and Opportunities*. 2013. Disponível em: <http://www.unep.org/greeneconomy/GreenEconomyandTrade>.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. Tradução de Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia nas Letras, 2011.

WU, Chin-tao. 2006. **Privatização da cultura: a intervenção corporativa na arte desde os anos 1980**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2006.